

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**CENTRO DE ESTUDOS GERAIS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**VALÉRIA CAIXETA FIGUEIREDO**

**Sistema Socioeducativo: uma falácia?**

**NITERÓI, 2011**

## FICHA CATALOGRÁFICA

F475 Figueiredo, Valéria Caixeta.  
Sistema socioeducativo: uma falácia? / Valéria Caixeta Figueiredo. – 2011.  
153 f.  
Orientador: Maria Lívia do Nascimento.  
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense,  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2011.  
Bibliografia: f. 150-153.

1. Adolescente; aspecto jurídico. 2. Adolescente; aspecto social.  
3. Assistência ao menor. 4. Delinquência juvenil. I. Nascimento, Maria Lívia  
do. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e  
Filosofia. III. Título.

CDD 305.235

**VALÉRIA CAIXETA FIGUEIREDO**

**Sistema Socioeducativo: uma falácia?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> MARIA LÍVIA DO NASCIMENTO

NITERÓI, 2011

# **VALÉRIA CAIXETA FIGUEIREDO**

## **Sistema Socioeducativo: uma falácia?**

Dissertação apresentada ao programa de pós- graduação em psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Lívia do Nascimento  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Kátia Faria de Aguiar  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvia Vasconcelos Carvalho  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional  
Universidade Federal do Espírito Santo

NITERÓI, 2011

## DEDICATÓRIA

“\_Essa angústia é uma questão de todo dia para quem trabalha no sistema socioeducativo. É uma batalha de todo dia! É uma falácia!”

Dedico a todos os que são utilizados como engrenagens de um sistema produtor, dentre outras coisas, de angústias.

Aos meninos, às suas famílias e aos trabalhadores.

## AGRADECIMENTOS

Ao começar a escrever os agradecimentos, uma sensação estranha: um frio no estômago, suor nas mãos, um grito preso na garganta... uma sensação parecida com a que sinto ao escalar uma montanha: ansiedade.

O que haverá de similaridade entre escalar uma montanha e escrever os agradecimentos de um trabalho acadêmico?

Paixão?

Medo?

Desafio?

O que virá agora?

Os agradecimentos são minhas últimas linhas nesse trabalho, o que pode indicar o início de uma outra construção. A escalada em uma montanha pode indicar, a cada garra que se encontra pela via, que pode ser necessário que se tome um outro caminho. As decisões são tomadas rapidamente, enquanto se está pendurado ali na rocha, e é isso que assusta, impulsiona e encanta.

A gente quer chegar lá em cima, mas em alguns casos, não sabe muito bem o que vai acontecer no caminho, que pode ser mudado a qualquer momento.

Escalar uma montanha é uma das melhores coisas que a gente pode fazer, mesmo sendo iniciante como eu sou nesta prática, porque o que percebo que há pela frente é uma infinidade de opções, de superações, de conquistas, não sem muito esforço, pelo contrário, muitas vezes, com dor.

O contato com a rocha é uma das sensações mais estranhas que a gente pode ter, porque é um mundo totalmente novo a ser explorado e que pode nos revelar infinitas e surpreendentes descobertas. A montanha está lá parecendo imóvel e por sua imponência parece nos comunicar que sabe tudo e a gente nada. Mas quando chegamos bem perto dela, quando estamos agarrados a ela, percebemos que não é bem assim. Ela não é tão imóvel, não está tão alheia à nossa interferência e ainda está sujeita a desgastes por condições físicas e climáticas. Não é nem tão poderosa como parecia. É uma rocha que pode ser conquistada.

Acho que nesse momento sinto sensações similares entre a escalada e a escrita dos agradecimentos porque talvez o mestrado seja muito parecido com uma escalada a uma montanha rochosa...

Este, que a princípio parecia ser, imóvel, cheio de saber, tendo tudo a ensinar, e eu, tudo a aprender, talvez me comunicasse a mesma imponência de uma montanha rochosa. A segurança de anos e anos de estabilidade e eu a insegurança de uma aprendiz, que confia mais nos equipamentos do que em si mesma.

Na escalada aprendemos com a natureza e com os instrutores.

No mestrado aprendemos com o mestrado.

No desenrolar do tempo, dos estudos, das aulas, da pesquisa, das orientações, de todo o universo desse acontecimento que é o mestrado, fui percebendo que confiar nos equipamentos, assim como aprendemos na escalada, é fundamental, mas uma boa dose de confiança naquilo em que se vai apreendendo no caminho, também se faz muito importante.

Assim, como não chamamos de instrutores àqueles que estão conosco quando construímos um caminho ao longo desse acontecimento, que de imóvel não tem nada, acredito que uma boa nomenclatura para estes que construíram comigo, seja “parceiros”.

E parceiros, tive muitos...

Os acasos com suas pistas, os encontros com suas surpresas, as pessoas com suas coisas todas. Todas as coisas que as pessoas têm: experiências, histórias, conhecimento, culturas, alegrias, tristezas, funcionamentos...

A tudo isso agradeço de maneira inominável, porque agradeço muito!

Neste lugar de escrita, citar alguns nomes parece extremamente difícil, porque quanto mais escrevo, mais pessoas e coisas me vêm à cabeça. Sinto-me subindo uma montanha e encontrando coisas pelo caminho, que me impulsionam a chegar até ali e a subir até o topo.

Agradeço à Lívia de uma maneira super especial.

Acredito que tenha sido muito difícil se deparar com alguém tão indisciplinada quanto eu, e por isso agradeço: por sua delicadeza e paciência em momentos nos quais nem eu acreditava que de toda a minha falação inicial sairia alguma coisa escrita. Digo isso porque, até cursar o mestrado, não havia me deparado com uma pessoa tão disciplinada quanto Maria Lívia do Nascimento, minha orientadora, que para mim, foi um suporte firme em momentos de indecisão, frustração e desânimo. Foi para mim como uma corda presa no alto da montanha. Por essa firmeza, eu também poderia chegar lá. A corda é realmente uma segurança. A gente é que sobe, mas ela é que nos equilibra. Obrigada Lívia, por trazer o equilíbrio, que em muitas vezes me faltou.

Agradeço à Kátia Aguiar por lidar comigo de uma forma ímpar: como um delicado trator! Kátia conseguiu a proeza de juntar trator e delicado em uma mesma frase! Acredito que por isso seja eficaz, sendo instrumento para preciosos dias de análises a respeito de um

funcionamento: a deriva. Como se manter em equilíbrio se se está sempre à deriva? Acho que ainda não sei, mas agradeço à Kátia, porque muitas coisas não estariam nesse trabalho se não fosse seu modo peculiar de me “tratoriar”, com carinho e cuidado. Valeu Kátia!

Uma pessoa que foi muito importante, mas que tive até então pouco contato, foi a Beth Aragão. Por acreditar na força da construção dos caminhos e não na apresentação de soluções prontas é que agradeço à Beth, pois foi precisa em me fornecer pistas e não soluções prontas. Agradeço a delicadeza e interesse com que entrou “de cabeça” em meu trabalho, em um momento, ainda de quase total dispersão. Desse modo, percebi que a qualidade do encontro não está no tempo, mas na intensidade. Foi um encontro rápido, mas potente.

Agradecer ao André Queirós por sua irreverência parece estranho, mas em muitos momentos foi esta irreverência que sustentou meu funcionamento pouco acadêmico e muito passional.

Existem pessoas que agradeço e não sei quando vou parar de agradecer, mesmo parecendo que não fazem mais parte de minhas construções. É que somente parece que não fazem parte, mas fazem. Acredito que tudo o que encontramos na construção de nossos caminhos passa a fazer parte de novas construções. Assim não posso deixar de agradecer a Claudia Abbês e a Silvia Vasconcelos Carvalho. Cada uma a seu modo também contribuiu na construção dessa pesquisa. Claudia, sempre me acreditando e Silvia, sempre me incentivando. Ela foi a primeira pessoa a me incentivar a cursar esse mestrado.

Aos demais professores também não posso deixar de agradecer.

Como não agradecer à Lilia Lobo? Ao Edu? À Cristina Rauter? Luiz Antônio? Roberto Novaes? E até mesmo Cecília Coimbra, que nunca foi minha professora, mas que foi um “lexotan”, antes de minha qualificação?

Não posso deixar também de agradecer à professora Nívia Barros, da pós graduação em Política Social, que, por seu posicionamento contra todo tipo de violência nunca deixou de colocar, tanto no curso do DEGASE, onde também foi professora, quanto na sala de aula, na disciplina que cursei com ela, o quanto esse sistema é um sistema punitivo, mas que “Apesar de isso se dar no concreto, não é isso o que a gente quer”.

Meus colegas de turma e de orientação!

Como falar em poucas palavras de tantas pessoas?

Meu grupo de trabalho: a alegria, a ansiedade, as conversas, as saídas, os e-mail na madrugada... as questões éticas-estéticas-políticas com as quais tivemos que nos virar... Muito bom! E o bom, é que “isso não para”! Ana Paula, Cristiane, Débora, Diana, Maria Clara, Nayara, Polyana, Roberta, *“Agora de tão leve os movimentos quase dançam. Novas ligações vão sendo*



*arranjadas, corpos-martelos-matérias. Estendem-se uns para os outros, formando redes móveis. O movimento não para. Balbuciam: O deserto é teu- Isso não para \_ O inferno –é teu- Isso não para- faz dele teu lar.”*

Não posso deixar de citar e agradecer a Aline que leu meu trabalho em um momento em que estava cheia de compromissos, mas nem por isso lhe deu menos atenção fornecendo contribuições super legais.

Alguns colegas também estiveram mais perto, como o Bruno, meu brother, Moniquinha, Geraldo, e citando estes, agradeço a todos os demais. Foram dois anos de intensa convivência em que aprendemos todos, com todos.

As orientações.

Turbilhão de idéias!

Quanta potência! Nem imaginava que orientações coletivas poderiam ser tão potentes e proveitosas!

Falando assim parece que eram momentos de apaziguamento de idéias, em que tudo se encaixava direitinho e saíamos dali cheio de estrelinhas em nossas cabeças.

Nada disso!

As orientações são desestabilizações: terremotos, tsunamis e furacões. Todos ao mesmo tempo! Mas é daí que gente tira o fôlego. As desestabilizações são bem vindas. As orientações sempre aumentam nossa potência, até mesmo quando nos entristecem, quando apontam cristalizações que até então não percebíamos. Nada como uma desestabilização para uma potente mudança de rumo!

Giovana, Rafael, Ana Paula, Zé, Izaque e até mesmo a “meteórica” Eliana, todos foram potente parceiros. Muito do que foi escrito nesse trabalho se deve às contribuições de cada um de vocês.

Rafael, com sua precisão cirúrgica, ao perguntar, “você acredita nisso?”, me levou a um mar revolto. Que bom!

Izaque, meu companheiro de caminhadas até o terminal de Niterói, nas quais conversávamos animadamente sobre nossos trabalhos, ainda sobre o impacto da orientação, acabou “mudando o ritmo do meu coração” (utilizando-me de suas próprias palavras), do meu pensamento e da escrita. A ousadia e empenho do Izaque, por muitas vezes me fizeram questionar a respeito de minhas próprias implicações com esta pesquisa. A leitura atenta no final foi uma surpresa. A gente percebe a generosidade das pessoas, principalmente quando a gente não pede nada, mas mesmo assim elas nos oferecem e nos dão. Izaque ofereceu seu tempo,

atenção e presteza em um momento fundamental. Sem que eu lhe pedisse, leu todo o meu trabalho, estando às voltas com sua qualificação. Valeu Izaque! Você foi parceirão!

Como não agradecer a Rita? Minha secretária querida! Valeu! Mesmo percebendo minhas desconexões, sempre quebrou meus galhos!

As pessoas que encontrei durante a pesquisa.

São muitas.

No primeiro dia encontrei o Maurinho, o que foi um presente pra mim.

A partir daí uma série de acontecimentos e conversas, propiciaram um desenho de pesquisa, o qual eu nem esperava.

Agradeço a todos com os quais conversei.

À Deise, que perdeu seu filho para um sistema que opera por mortificações de todos os tipos, até mesmo dos corpos, que nunca mais serão vistos.

Ao Sidney, que foi uma mola mestra. Não poupou tempo e nem esforço em me entregar pérolas de indignação, experiência e confronto, mas também de possibilidades de escape onde parecia estar tudo endurecido. Agradeço ao Sidney por enxergar as brechas e fazer vazar as multiplicidades.

André Porfiro, meu querido visionário, militante da utopia ativa da qual tanto precisamos! Sua participação nessa pesquisa foi fundamental, já que por meio de várias conversas, tanto as que tivemos pessoalmente, quanto as que tivemos ao telefone, pude ir percebendo, pelas artimanhas, como se desenvolve a política desse sistema.

O curso oferecido pelo DEGASE para os profissionais que trabalham com medidas municipalizadas foi uma “sopa nutritiva” para as análises durante a pesquisa e construção desse trabalho. Aqui agradeço à Sandra, que me acolheu de primeira e também à Mônica. Agradeço aos professores e “operadores”, que pacientemente esclareciam minhas dúvidas em relação àquilo que, para mim, e para eles, parecia absurdo!

Quico Cordas, que tem feito a mágica de me fazer entender, ler e escrever em inglês.

Agradeço aos amigos de caminhada e de vida que torceram por mim e sempre perguntavam como ia o trabalho.

Agradeço, com muito carinho, ao Jan, Luan, Cora, Mariá e também ao Guil, que durante o período do Mestrado passou a fazer parte dessa família que amo, e que em todos os momentos me suportou. Nos momentos de chatice, que foram muitos, nos momentos de ansiedade, nas ausências, nas ajudas com a informática e com a máquina que se chama computador, o qual ainda não é meu amigo íntimo. Minha família é a solteira e o mosquetão que me sustentam em qualquer escalada da vida. Sem eles, não subo nem um morrinho.

Aos meus pais, que mesmo de longe acompanharam essa caminhada, também não posso deixar de agradecer. Meus pais me incentivaram sempre a ler, estudar, trabalhar... viver e me alegrar, de maneira a que a vida seja construída por conquistas, mesmo quando tudo está difícil.

Quando a gente chega ao topo da montanha e olha de lá o horizonte, o primeiro pensamento é: Ufa! Cheguei até aqui! Pra onde irei da próxima vez?

Chegar ao topo não é o limite máximo, é um convite. Outras montanhas há que se escalar, outros horizontes a se vislumbrar.

Lá do alto, olhando toda a paisagem, é impossível não pensar que todo o caminho poderia ter se dado de qualquer outro jeito.

Se houve vento ou não, se havia neblina ou não, se a temperatura da rocha estava muito quente, se estava escorregadia... fatores que interferiram, de uma forma ou outra, sempre são lembrados. As condições nos impulsionaram a estamos lá no alto.

Vento, sol, neblina, condições que podem mudar em uma única escalada. Durante uma subida. Uma entre muitas...

Dispersões, desestabilizações, alegrias, construções, reconstruções, situações que podem se dar ao acaso dos encontros, como dados jogados sobre a mesa, durante a construção de uma pesquisa para a escrita de uma dissertação.

Ainda o frio no estômago, o suor nas mãos, o grito preso na garganta...

Agradeço a Deus, por jogar os dados.

## RESUMO

Os textos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento socioeducativo (SINASE), que trazem uma regulamentação acerca das medidas legais aplicadas aos adolescentes que praticaram atos infracionais, preconizam que essas medidas devem ser de caráter socioeducativo.

Temos aí então um sistema que deveria ser diferente de uma escola, mas também diferente de uma prisão. Ao colocarmos em análise o cotidiano desse sistema, no entanto, algumas pistas nos indicam a atualização de práticas educativas, de vigilância, controle e punição.

Em muitos casos os atendimentos prestados aos jovens que cumprem medidas socioeducativas são percebidos e nomeados pelos profissionais que trabalham no sistema como uma FALÁCIA. A partir dessa construção, o presente trabalho busca pensar os atendimentos prestados aos jovens que cumprem tais medidas. Apesar de ser nomeado pelos trabalhadores como “falacioso”, esse sistema serve a um tipo de funcionamento, e é certo que nele há positividade: governos se estabelecem, ONGs, especialismos e empregos são criados.

Na busca por um caminho que dê visibilidade a esse funcionamento utilizando-me de algumas ferramentas metodológicas como o diário de campo, entrevistas, observação participante, além de uma atitude de espreita que propiciou o traçado da pesquisa, busco as tais pistas que evidenciam composições de práticas nesse sistema.

A evidência a ser afirmada, no entanto é a de que, entre as práticas operadas nesse sistema, novas possibilidades podem ser forjadas pelo investimento em encontros que aumentem a potência inventivo/criativa de ser e estar no mundo de profissionais, jovens, contadores de histórias, militantes, professores, pesquisadores, leitores... Todos nós.

Palavras chave: sistema socioeducativo, medida socioeducativa, falácia, jovens, práticas, encontros.

## ABSTRACT

Legal texts, like the Statute for Children and Adolescent (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) and the National Socio-educational Care System (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE), that bring a legal regulation on the measures applied to adolescents who have committed infractions, advocate that they must be socio-educational.

So we have so a system that should be different from a school, but also different from a prison. By placing in the daily analysis of this system, however, some clues indicate the update of educational practices, surveillance, control and punishment.

In many cases the care given to young people who meet socio-educational measures are perceived and named by professionals working in the system as a fallacy. From this construction, the present dissertation attempts to think about the care given to young peoples who meet such measures. Despite being nominated by the workers as “fallacious”, this system seres one type of operation, and it is certain that it is positive to establish governments, NGOs (ONGs), experts and jobs are created.

In the search for a way to give visibility to this operation using me some methodological tools such as field diary, interviews, participant observations, and a attitude of stalking that resulted in the course of the research, seek the clues that such compositions show practices in this system.

The evidence to be asserted, however is that, among the practices operated in this system, news possibilities can be forged by investment in encounters that increase the power inventive/creative being in the world of professionals, young peoples, storytellers, activists, teachers, researchers, readers... All of us.

Key words: socio-educational system, socio-educational measure, fallacy, young peoples, practices, encounters.

## SUMÁRIO

<b>PREÂMBULO: Afinal... Isso não para!</b> .....	16
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
1. “Quem vai querer me conhecer?” Histórias, lembranças, predestinações... Repetições.....	19
2. O Caminho que se faz, refaz, vai, volta, retorna, contorna... enquanto se caminha.....	28
3. A escrita, a ferramenta, os encontros... O ACASO.....	44
<b>CAPÍTULO I: Movimentos, discursos e práticas para o controle da juventude pobre</b> .....	<b>54</b>
1. Breve histórico sobre o acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil: do Império ao ECA. ....	54
2. Medida socioeducativa: de que tipo é essa medida? .....	58
3. Das instituições totais às práticas de controle no contemporâneo .....	66
4.O SINASE .....	85
<b>CAPÍTULO II: Acreditar na falácia ou operar na diferença?</b> .....	<b>90</b>
1.Condições de trabalho dos operadores do sistema socioeducativo em meio aberto: a partir da participação no Curso do DEGASE. ....	90
2.Projetos:a aposta na “pedagogia da presença”.....	105
Plantando uma esperança.....	108
Pousada dos Meninos.....	110
Roupa de Marca.....	111
Cecult.....	112
Pode Ser Visto .....	113

<b>CAPÍTULO III: De volta ao mar .....</b>	<b>121</b>
1. O desalojar contínuo das ondas .....	121
2. De quando não gostamos dos enunciados do SINASE. Da escuta atenta à “má-vontade” na escrita.....	123
3.O doce que é dado e tirado de dentro da boca. Quais os efeitos dessa intervenção?.....	128
4. Novo DEGASE: Bem vindos à máquina do senhor Bicho-Papão.....	133
<b>E... Concluindo... O grande mar... a partida... e a orientação da “rosa louca dos ventos.”.....</b>	<b>140</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>148</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>150</b>

## Preâmbulo

### Afinal... Isso não para!

Algo de que gostei...e gostaria de compartilhar...

“Tem coisas que acontecem e que eu acho realmente belas.

Uma delas é quando a gente se apropria daquilo que diz acreditar e passa a funcionar de maneira diferente...

Acho que quando isso acontece algo novo toma conta de uma parte de nossa existência que não somente pensa, mas passa a viver de acordo com aquilo pelo qual se apaixonou. Aliás, acredito também em existências potentes e apaixonadas, vívidas de um devir militante e criador de mundos, que não só os possíveis, mas outros, diferentes, dados a experimentos mais do que a formatações.

Acho que quando passamos por esse processo de apropriação apaixonada daquilo que buscamos, é que percebemos não haver um objeto o qual se busque, porque os “supostos” objetos tornam-se eles mesmos em objetos de transformação, e vivemos, e respiramos, e sonhamos em acordo com essa novidade: nossa busca não é por “um objeto” que irá satisfazer nossa vontade de saber de tudo, porque ele mesmo não está/existe nesse lugar de saber naturalizado, mas se constrói, à medida que um caminho se constrói... e isso não para! E se permitirmos a nós mesmos os contratempos das errâncias, também nós não paramos quietos, mas nos percebemos como diferentes a cada dia, nem que seja só “um pouquinho”.

Quão potente é a descoberta de que somos engendrados durante um processo!

Se o caminho não está lá prontinho, mas se faz enquanto a gente caminha, o importante então é caminhar bastante. É mais ou menos como o Gato disse para Alice:

“ \_ Gatinho Maltês, começou ela (...) \_ Por favor, como devo fazer para sair daqui?

\_ Depende muito de onde você que ir.

\_ Onde, não tem importância.

\_ Então não tem importância o caminho que você tomar, respondeu o gato.

\_ O que eu quero é sair daqui, acrescentou Alice, como explicação.

\_ Ora, isso você consegue na certa, se andar bastante, disse o Gato.

Alice percebeu que não poderia negar isso...” (CARROLL, s/d, p.55)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> CARROLL, L. *Alice no País das Maravilhas*, Editora do Brasil, s/d.



Acredito que por pensar assim, procuro viver afirmativamente enquanto construo um caminho que possa me levar não a um lugar determinado, hermeticamente fechado como o espaço da conquista, da resposta, ou do acerto, sem desvios ou quebradas, mas um caminho que me leve a lugares vários, que a mim se apresentem justamente porque/enquanto caminho.

Nesse momento, empreendo a construção de uma dissertação.

Tenho vívido em meus dias, todo o trabalho da pesquisa e da escrita, tanto que acordei essa madrugada e... estranho! Parece que sonhava, que conversava com alguém, ou ...que pensava alto ao escrever... não sei bem. Acho que, em sonho, falava da pesquisa com alguém. Falava a respeito do que penso em relação ao processo de pesquisar, ou como um trabalho acadêmico, pode ser instrumento de intervenção. Era mais como uma fala daquelas que a gente diz para as pessoas quando quer que elas compartilhem de uma descoberta. Não uma explicação, mas um compartilhar...

A fala era a seguinte, e eu a sei bem porque escrevi às 03hs e 20min, daquela madrugada:

‘Acredito no trabalho acadêmico como instrumento de uma micro-intervenção. Como disparador de um processo de desalojar conceitos estabelecidos e solidificados, e dessa maneira, participante na composição de um plano de diferenças e de possibilidades em oposição a um estado de coisas imutável.

Acredito na pesquisa como instrumento de intervenção em quem pesquisa, naquilo que pesquisa, e em tudo o que se coloca ao redor. Por isso também nós pesquisadores estamos o tempo todo em processo de construção e reconstrução juntamente com aquilo o que pensamos estar construindo. Também nós somos desalojados, também nós passamos por intervenções precisamente cirúrgicas, capilares, mas... potentes. Transformadoras.’

Tão logo escrevi, não conseguia mais dormir.

O efeito do desalojar de conceitos e paradigmas, das intervenções propostas pelo processo da pesquisa e da escrita são para mim, uma face potente desse processo, que enquanto se faz, refaz o “mundo” ao seu redor.

Acredito nessa força.

Acredito nessa potência contínua.

Isso não para!”<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Diário de Campo, quarta-feira, 27 de abril de 2011

## **Brincar**

Brincar...  
Como é gostoso brincar

Pegar a bicicleta e andar,  
Passear muitas horas  
Sem se preocupar.

Brincar...  
Como é gostoso brincar!

Jogar bola no mar  
Sempre a se divertir  
Para nunca parar de sorrir.

Brincar...  
Como é gostoso brincar!

Fazer naviozinhos de jornal,  
Colocá-los no mar,  
Para que possam navegar.

Oh! Quem é que pode inventar  
A alegria de brincar?

(A.V.)<sup>3</sup>

## **INTRODUÇÃO**

---

<sup>3</sup> As poesias com autoria marcada por iniciais são de jovens que cumprem medida de privação de liberdade em Unidades de Internação do DEGASE. Encontram-se compiladas no livro “Nossa voz - Poesias e prosas”, (DEGASE, 2000) “‘Nossa Voz’ vem se colocar como uma forma de expressão desses adolescentes de cabeça baixa e mãos para trás.” (DEGASE, 2000, conta-capa)

## 1. “Quem vai querer me conhecer?”

### **Histórias, lembranças, predestinações... Repetições.**

Meu interesse, ou melhor, minha inquietação em relação à questão da aplicação de medidas socioeducativas aos adolescentes autores de ato infracional<sup>4</sup> deve-se ao contato que tive com o universo de crianças e adolescentes, no trabalho como psicóloga em um abrigo. A população atendida nesse estabelecimento era encaminhada pelo Juizado da Infância e da Juventude e pelo Conselho Tutelar, sendo proveniente de famílias pobres que supostamente estavam em situações tidas como de risco.

Por vezes, eram submetidos a entrevistas na DPCA (Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente), ou nos Fóruns de Niterói ou de São Gonçalo. Nessas ocasiões eu podia observar os adolescentes algemados ou atrás de grades e em algumas circunstâncias pediam coisas como água ou biscoitos.

Naquelas ocasiões ouvi relatos de delitos que haviam sido cometidos pelas crianças e pelos adolescentes abrigados ou mesmo pelos que moravam na comunidade próxima<sup>5</sup>, a qual o abrigo atendia em parceria com a Prefeitura de Niterói, com uma escola de ensino fundamental de 1ª a 4ª série. Mesmo assim, diante de relatos detalhados, eu não deixava de vê-los e percebê-los como as crianças e adolescentes alegres, barulhentas, encrenqueiras, contadoras de histórias, que estavam sempre ali comigo. Nunca percebi nenhum deles como infratores. Aquelas mesmas crianças e adolescentes cantavam comigo, brincavam comigo, passeavam comigo, desenhavam, dançavam, sonhavam, riam e choravam... Os que não eram internos do abrigo, que somente freqüentavam a escola e os projetos, ao me encontrarem na rua vinham correndo e me abraçavam, estivéssemos nós onde estivéssemos, o que por vezes causou estranhamento nas pessoas que passassem pela rua ou que estivessem perto. Instintivamente seguravam suas bolsas. Eram crianças e adolescente que vinham correndo ao meu encontro, ou eram “menores”?

---

<sup>4</sup> Segundo VOLPI (2002) “*Não existe ainda um consenso geral sobre como denominar os adolescentes que praticam atos infracionais. Os meios de comunicação social, em geral, têm preferido usar formas estigmatizantes, referindo-se a eles como infratores, delinquentes, pivetes (...). A opinião pública em geral tem reproduzido estas expressões, acrescentando outras (...) como: bandidos, trombadinhas, menores infratores e outras. (...) Entre os profissionais que atuam na área há ainda os que se expressam de maneira preconceituosa, entretanto, um grupo cada vez maior, busca sua caracterização a partir do que eles realmente são...*” (VOLPI, 2002, p. 07). Eles são pessoas. Pessoas jovens. Nesse trabalho buscamos não enquadrá-los em uma idéia que caracterize uma suposta identidade, como “infrator”. Portanto os jovens que cumprem medidas socioeducativas poderão ser chamados de jovens, de adolescentes ou de meninos. Quando tivermos que recorrer à expressão “infrator” por motivos contextuais, este termo se encontrará entre parêntesis, por entendermos que não seja este o único modo de expressão desses jovens.

<sup>5</sup> Comunidade do Sabão, no bairro de São Lourenço, no Município de Niterói- Rio de Janeiro.

Em relação a esse período de trabalho no abrigo, inquietava-me o fato de não serem problematizados<sup>6</sup> os efeitos das propostas de trabalho ali realizadas, pois percebi que as crianças e os adolescentes abrigados repetiam, após saírem do abrigo, as condições com as quais conviviam, e não poucas vezes pais e mães abrigados, tinham filhos abrigados. Pais e mães que estivessem presos não poucas vezes seriam pais e mães de filhos presos.

Repetições...

Nas histórias que aquelas crianças e adolescentes me contavam, às vezes com espanto, às vezes com dor, às vezes com “naturalidade”, eu podia perceber claramente que algo sempre retornava. Ao falarem de suas famílias, da situação da rua, do abandono, das infrações ou mesmo das prisões, percebi que suas histórias eram muito parecidas com a de seus familiares. Além dos familiares que haviam sido presos quando adultos, sempre havia a história de um primo, um irmão, um colega que havia cumprido medida socioeducativa e fora preso após completar dezoito anos. Ouvia comentários como: “Ah! Ele foi lá pro Padre<sup>7</sup>, mas ele não tinha jeito não! Agora tá preso! Nunca mais vi meu irmão...” Lembro de um menina, a D. que tinha uma irmã que estava no Santos Dumont<sup>8</sup>. Como era muito arteira, sempre ouvia ameaças do tipo: “Ela quer ir lá encontrar a irmã dela!”

Era como se a maioria deles acreditasse que pudesse também ser preso um dia. O estranho é que eu percebia isso também na fala de quem trabalhava com eles: “- Aonde a família chegar eles chegarão também.”, era o que eu ouvia. E quando se falava em “chegar”, era da rua, do sinal, do crime ou da prisão, que se estava falando. Uma “construção de destinos”<sup>9</sup> marcada por uma lógica de repetição.

---

<sup>6</sup> Problematização aqui, não como ficar pensando a respeito de, ou falar sobre um problema, mas sendo problema aquilo que nos força a pensar, tomando pensamento não no sentido de reflexão ou contemplação, mas de criação. Um problema tem duas faces, uma concreta, localizável, e uma não localizável, que tem a ver com o funcionamento das práticas. Segundo Deleuze, a partir desse problema que nos força a pensar, numa tentativa de dar conta deste é que se dá a criação de conceitos. De acordo com Machado (1993), “O objetivo da análise é estabelecer relações entre os saberes” (p. VII). Problematizar, portanto, não é tomar uma situação como causa-efeito, é tentar perceber como as coisas funcionam, para que servem, e não chegar a respostas, soluções ou opiniões do tipo certo/errado.

<sup>7</sup> Instituto Padre Severino. Unidade de internação provisória.

<sup>8</sup> Educandário Santos Dumont (ESD) - Unidade de atendimento a adolescentes em conflito com a lei do sexo feminino, para execução de medida socioeducativa de internação e internação provisória.

<sup>9</sup> Em um comentário sobre essa “construção de destinos”, a professora Kátia Aguiar coloca que a “construção de destinos e a não visibilidade das trajetórias é (...) uma questão nevrálgica para os denominados trabalhadores sociais.” Recentemente tive notícias de um menino que àquela época estava abrigado porque seu pai havia sido assassinado e sua mãe estava presa. Em uma ocasião em que eu chegava à sede administrativa do abrigo os funcionários já foram me encontrar dizendo: “-Vai lá que o W. tá quebrando tudo!” Foi uma possibilidade de encontro. Tornamo-nos “amigos”! Mas, retornando à notícia, esta infelizmente não era boa: W. havia fugido do abrigo. Após algum tempo foi preso. Fugiu, levou um tiro e após ter sido internado, estava preso novamente. A não ser por esse dia do “quebra-quebra” (que nem era tanto assim!), conservo em minha lembrança a imagem de W. sempre brincando, cuidando dos meninos menores e sorrindo.

Ainda nessa mesma época comecei a perceber que a mesma prática de “construção de destinos” dos abrigados, também se dava para os adolescentes que por autoria de ato infracional estavam em conflito com a Lei e cumpriam medidas socioeducativas. Em dado momento, quando fui acompanhar uma menina ao Fórum de São Gonçalo, pude ouvir de um agente de disciplina que os meninos que cumprem as medidas, certamente “vão parar em algum presídio”, “vão ser ‘preso adulto’”. Trágica<sup>10</sup> história de vida, esperada, marcada (muitas vezes nos corpos) e infelizmente estatisticamente comprovada. Os adolescentes do abrigo, na maioria das vezes, voltam às ruas, ou se envolvem nas mesmas “situações de risco” que seus pais... Os adolescentes autores de atos infracionais, em sua maioria “vão parar em algum presídio” O que acontece ou não acontece aí?

Repetições...

Questionamentos me vêm sobre o funcionamento de uma instituição que aliada a essas repetições, reproduz uma lógica prisional cristalizada, um “*Cárcere que aprisiona e protege por meio de sólidas fronteiras de predestinação*” (BAPTISTA, 2001, p.200). Indo a campo, procuro “estar com” os trabalhadores que “operam” medidas socioeducativas junto aos adolescentes que estão em conflito com a lei por autoria de ato infracional, e constato o que já me era denunciado: que praticamente nada é feito que se pareça com medidas realmente socioeducativas. Baseado no que tenho ouvido me pergunto: o que de fato são medidas socioeducativas? <sup>11</sup>A que estão aliadas?

---

<sup>10</sup> Trágica aqui não como o entendimento do senso comum, o qual liga esse termo a um acontecimento ruim, uma tragédia, pensamento este que colaboraria com as construções de destinos que tiram das ações toda a positividade criativa ao apontar um lugar demarcado a chegar, como dito no texto, “quando se falava em ‘chegar’, era da rua, do sinal, do crime ou da prisão, que se estava falando”. Colocamos “dramática”, não num sentido negativo de causa de dor e desespero, mas buscamos uma certa potencia inventiva, positivada pela afirmação da vida, mesmo em condições supostamente adversas a essa afirmação. Assim sendo evocamos uma associação à tragédia como proposta por Nietzsche, que, em suas análises a respeito da tragédia grega, concebe o conceito de “consolo metafísico”, o qual fala da idéia de que mesmo a morte do homem não é o fim de sua existência, pois que a vida se perpetua na natureza. Desse modo, na tragédia grega, a morte do herói não simboliza seu trágico fim, mas sim sua transfiguração na natureza. O espectador grego poderia compreender por toda a encenação teatral, que ele, “um homem comum, também poderia superar as suas limitações pessoais diante das situações problemáticas.” (BITENCOURT, 2008, p.53) Da mesma forma acreditamos que qualquer pessoa e no caso, qualquer jovem, envolvido nas mais diversas situações, pode criar, lugares diversos por onde possa passar, ou temporariamente habitar, como um território de passagem e não um lugar onde vá “chegar”, como se aquele fosse seu destino, ou seu “fim”. Preferimos afirmar essa percepção “*de que a potência de viver supera os obstáculos decorrentes do jogo do acaso.*” (BITENCOURT, 2008, p.53)

<sup>11</sup> As Medidas Socioeducativas estão previstas no Livro II, Cap.IV Seção I, Art.112, da Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA). São elas: I- Advertência; II- Obrigação de reparar o dano; III- Prestação de serviços à comunidade; IV- Liberdade Assistida; V- Inserção em regime de semi-liberdade; VI- Internação em estabelecimento educacional; VII- Qualquer uma das previstas no Art.101, I a VI. As medidas previstas no Art. 101 corresponderão ao ato infracional praticado por crianças. Art.2º, Livro I, Título I: Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade. No Art. 103 é dito que ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal, e no Art. 104 especifica-se que os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, estando sujeitos às medidas da lei citada.

Para o cumprimento dessas medidas, os adolescentes autores de ato infracional, são inseridos em um sistema de responsabilização específico, o sistema socioeducativo<sup>12</sup>, e passam, de forma muito rápida, e até mesmo abrupta, de estudantes, filhos, netos, sobrinhos, irmãos, primos, que são, a “infratores”. Passam a ser percebidos como “infratores”, e socialmente, somente como “infratores<sup>13</sup>”.

Somente “infratores” é o que eles são?

Não creio!

Repetições<sup>14</sup>...

O tratamento dado a esses meninos, em alguns momentos não é diferente daquele dispensado aos “presos adultos”, afinal “são todos marginais”. Estão vigiados, contidos, punidos e em muitas vezes literalmente presos, “depositados” nas Unidades de Internação (UIs). Quando não, estão submetidos à vigilância e ao controle que se dá de outra forma (não menos perversa), pelo modo como são empreendidas as medidas em meio aberto: liberdade assistida (LA) ou prestação de serviço à comunidade (PSC).

Creio que nessa brevíssima exposição alguns pontos se anunciam:

- O que pode ser evidenciado a partir das práticas operadas no sistema socioeducativo?

A que se aliam essas práticas que “operam” pelo pareamento educação-punição?

---

<sup>12</sup> Na tentativa de entender o Sistema socioeducativo, a pergunta “O que é?”, deve ser deslocada para “Como funciona?”. O sistema socioeducativo funciona atualizando procedimentos disciplinares (escola/prisão) e de controle modular (vigilância a céu aberto). É um território onde se operam práticas coercitivas no atendimento específico para a juventude, no qual são inseridos os jovens em conflito com a lei por autoria de ato infracional. É, portanto, um sistema com lógica e funcionamento educativo-punitivo-carcerária, composto por vários atores dentre os quais o Juizado da Infância e Juventude, os trabalhadores que operam as medidas junto aos adolescentes, o Ministério Público, o SINASE, além de toda a rede social de assistência. No estado do Rio de Janeiro as medidas de privação de liberdade e semi-liberdade são aplicadas pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) e as medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade são aplicadas, nos municípios, pelos Centros de Referência Especializado de Ação Social (CREAS). Como acreditamos que todo território apresente possibilidade de saída, acreditamos que o sistema socioeducativo, seja também lugar de encontros que possam produzir diferença.

<sup>13</sup> A construção dessa “verdade” a respeito de “quem seja” esse jovem está ligada ao dispositivo saber-poder que produz discursos que funcionam como verdadeiros. Nascimento (2005) fala a respeito da construção dessa verdade que determina uma essência ao jovem que cometeu ato infracional e lhe atribui uma identidade. No entanto, “*ao analisar sua vida, tida como transgressora,*” podemos perceber aí uma “*possibilidade de inscrição no mundo capitalista, como uma forma de escapar aos constrangimentos que atuam sobre sua potência de viver.*” (NASCIMENTO, 2005, p.153) e não como uma marca identitária do tipo “infrator”. Segundo Foucault (1993) “*O problema não é mudar a ‘consciência’ das pessoas, ou o que elas têm na cabeça*”(p.14) mas o regime de produção de verdades ligado aos sistemas de poder.

<sup>14</sup> A filosofia deleuziana é tida como a filosofia da diferença, onde a repetição não é percebida somente como sendo repetição do mesmo, uma vez que na repetição há sempre algo distinto, por mais que a percepção não acompanhe. Ou seja, existe potência na repetição. Toda repetição tem uma face sintomática, do mesmo, e uma face criadora. Vivemos, nos agenciamos ao acaso dos encontros, aqueles que aumentam e aqueles que diminuem a potência de existir. Experimentamos nesses encontros e afirmamos aqueles que aumentam essa potência, mas não é possível prever se um encontro será de um tipo ou de outro. Na repetição há sempre a possibilidade de, dependendo da maneira como o desejo se agencia, produzir diferença, sendo uma potente experimentação desejante de construção de mundo. É produção. Se este processo, por algum motivo cessa, deve ser recuperado para que não se fixe em um estado de coisas cristalizado, endurecido. Neste caso há a necessidade de algo que funcione como intercessor, que seja capaz de possibilitar o resgate da experiência da repetição criadora. A esse respeito ver DELEUZE (1988)

- Essa questão chama minha atenção, ainda mais quando associada a outras que vêm tomando corpo nesses proveitosos meses de pesquisa de campo, nos quais percebo certa “preferência” pela internação em detrimento da Liberdade Assistida ou da Semiliberdade, que são medidas socioeducativas em meio aberto. Além disso, há resistência ao fechamento de uma unidade de internação, o Educandário Santo Expedito, apesar de manifestações por parte da sociedade civil para o encerramento de suas atividades, por não ter condições favoráveis de atendimento aos meninos.

“Educandário? Educandário de quê? Não educa nada! A não ser para ser ‘preso adulto’” (Diário de Campo, entrevista com S. ex-agente educacional, ex-diretor de unidade de internação e ex-diretor do DEGASE, 09.11.09)

- Além disso, há uma outra coisa que me incomoda, como diz Deleuze, se dirigindo à Foucault: *“A meu ver, você foi o primeiro a nos ensinar- tanto em seus livros, quanto no domínio da prática- algo de fundamental: a indignidade de falar pelos outros.”* (FOUCAULT, 1993, p.72)

Aqui dou um grande e profundo suspiro e me explico:

Quando pensei em realizar a pesquisa, acreditei que poderia estar com os meninos usuários do sistema socioeducativo, realmente falar com eles, e não sobre eles. Era o que eu queria: falar com eles. Fiquei logo sabendo que não poderia.

Ainda não muito conformada com esse fato, saí a campo para chegar o mais próximo possível. Pensei em conversar com os profissionais que podiam estar ou “chegar” perto dos meninos. Qual foi o meu espanto quando um dia, em conversa com a psicóloga e a assistente social de uma ONG do Rio de Janeiro, reconhecida por seus serviços prestados aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, ouvi que os profissionais da entidade para a qual trabalham não mais poderiam ter acesso aos meninos.

- Por que não se pode chegar perto desses meninos? O que não se pode ver ou ouvir? Ou ainda: por que não se pode ver ou ouvir? A quem, ou, o quê, se quer proteger?

Na busca por pistas, afinando a escuta ao falar com aqueles que chegam até os meninos, foi que pude “ouvir” algo que realmente me balançou:

“Quem vai querer me conhecer?”

Foi o que um menino perguntou à Assistente Social, quando esta realizou uma atividade em uma unidade de semiliberdade.

Era minha primeira entrevista... Pude ouvir, aquele menino, que talvez já acreditasse carregar em seu peito como que uma plaquinha onde se lê “Cuidado: ‘menor infrator’”. Quem vai chegar perto? Quem vai querer conhecê-lo?

Diante desses primeiros pontos começo a delinear um percurso de ação para tentar percorrer um caminho pelo qual acredito seja proveitoso para dar visibilidade a essas questões. Talvez esse caminho seja a metodologia.

O Sistema socioeducativo pode ser problematizado. Tal sistema funciona, mas pra que? Como funciona? Que práticas se engendram para que se perpetue a lógica prisional que prevê que aquele menino logo estará em um presídio?

Que forças estão em jogo quando a escolha das medidas a serem aplicadas ainda recai sobre a internação como opção eleita e há a manutenção e reforma de unidades grandes e com arquitetura de prisão?

Como se chegou à naturalidade de “prender” jovens, que, segundo o ECA, são adolescentes, “pessoas em desenvolvimento”<sup>15</sup>? (Art.6, LIVRO I, Parte I). Se desenvolvimento pressupõe experimentação, sendo que esta envolve riscos, errâncias e não erros<sup>16</sup>, como emerge e se perpetua a lógica que conjuga punição-educação?

---

<sup>15</sup> Segundo COIMBRA, BOCCO e NASCIMENTO, (2005) “não podemos deixar de colocar em análise alguns dos efeitos que a concepção desenvolvimentista presente no ECA vêm produzindo, uma vez que essa legislação é o principal texto jurídico que dirige as ações voltadas para a infância e para a juventude, e seu discurso está pautado pela noção de adolescência como período universal” (p.5). Segundo as autoras, ligada à concepção desenvolvimentista, a adolescência seria uma fase do desenvolvimento pela qual todos passariam de modo similar, inclusive com características inerentes a essa etapa, não sendo levadas em conta as multiplicidades, as invenções e as criações de outros modos possíveis de existência, que não aquele tipificado por uma suposta adolescência padrão. Penso que todos nós estamos em desenvolvimento, não no sentido desenvolvimentista, de que chegaremos ao ‘lugar da perfeição’, mas em desenvolvimento, no sentido de desenvolver, inventar, experimentar, modos de ser e estar no mundo que independem da idade, “etapa”, “fase”, ou como se queira chamar, mas que tornem nossa existência realmente ética/ estética em todos os momentos nos quais experimentamos novos tons, novos sabores, novas cores, novas vibrações de acordo com as intensidades que a vida nos apresenta no transcorrer de seu tempo.

<sup>16</sup> Tomando o desejo como potência, experimentar é possibilidade de uma produção desejante, numa atividade de produção incessante. É ousar criar maneiras várias de ser e estar no mundo, inventar, “experimentar nas” linhas de fuga. É buscar novos encontros. O desejo é fluxo, é passagem. Não é bom e nem mal, depende de como se agencia nos encontros. Segundo Deleuze, “*O desejo é revolucionário porque quer sempre mais conexões e agenciamentos.*” (DELEUZE e PARNET, 1998, p.94) e ainda, “*O desejo nunca deve ser interpretado, é ele que experimenta.*” (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 111)

O processo de construção da vida é incessante e contínuo, não existindo um sujeito desejante ou um objeto do desejo, mas ambos se construindo a todo o momento. O Plano em que a produção da vida se dá pelo processo de construção a todo o momento é o Plano de Imanência.

O Plano de Imanência é construído a cada momento, é o plano onde as coisas se gestam e se produzem. Ele funciona como uma “peneira”, que permite algumas configurações, e assim constroem-se os territórios.

A dimensão da experimentação se dá o tempo todo, não havendo desse modo, sujeito e objeto previamente configurados, mas sim a produção de modos de subjetivação e objetivação que se dão nesse plano de imanência, no movimento, no processo, nos encontros.

A produção de subjetividade é como um movimento de dobrar-se sobre si mesmo, de ultrapassar-se a todo o momento e se dá no agenciamento, no encontro.



Percebo a manutenção de uma lógica penal punitiva, um modo de educar pela punição que se perpetua, apesar de uma lei complementar protetiva como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o que “parece ser” estranho para um sistema, que se propõe, socioeducativo. Estranheza essa que fica expressa quando os agentes de disciplina, com os quais conversei naquele dia no Fórum, afirmam que os meninos “vão parar em algum presídio”. Que enlaces se dão aí? Pois o termo “medida socioeducativa” pressupõe (a meu ver...) outra pedagogia.<sup>17</sup>

Muitas questões! Muitas entradas...

Não penso em respostas, ou em algo que coloque um ponto final em minhas inquietações, mas penso que metodologicamente vou construindo um traçado. O traçado de um caminho que dê visibilidade a um certo campo de forças, já que essas práticas não “saíram do nada”... Foram emergindo, surgindo, se compondo. Linhas foram se engendrando, se conectando, desconectando, reconectando... Como rastreá-las? Cartografia?

Pensei ser necessário um levantamento bibliográfico para produzir um breve histórico sobre as práticas de internação de adolescentes no Brasil até a vigência do ECA, com uma análise dos campos de forças<sup>18</sup>. Além disso, entrevistas, que, em alguns casos são mais como agradáveis conversas<sup>19</sup>, com técnicos, operadores e agentes do sistema socioeducativo, pessoas envolvidas na luta pela defesa dos direitos dos jovens que cumprem as medidas e com mães de

---

Não há como prever se os encontros aumentarão ou diminuirão a potência de existir, mas quanto maior o número de encontros que uma pessoa tem, maior a capacidade de se potencializar. No entanto, não há garantias de que ao experimentar nos encontros, o desejo se agencie de maneira a potencializar-se. A experimentação assim envolve surpresas e riscos, as garantias são somente as de que, na construção de uma vida está-se sujeito a bons e maus encontros, e que durante esse processo a errância é constitutiva da vida, sendo nesse sentido, produtiva. O termo “errância”, em contraposição a “erro”, não pressupõe falha em relação a uma verdade absoluta a ser alcançada, ou mesmo desvio de um comportamento padrão a ser “copiado”, não se relaciona a um princípio e um fim pré-estabelecidos, maneiras pelas quais compreenderíamos um determinado modo de existência como correto, em detrimento de outros tantos, como um caminho no qual houvesse somente uma entrada e uma saída. Compreendemos errância como construções que podem ir se modificando a todo tempo, pois que somos transitoriedade e o desejo, ao se agenciar, maquina conexões múltiplas. É sempre produção. Como já dito, no plano de imanência há momentos de territorialização, ou seja, momentos onde esse processo de produção produz algum território, mas esses territórios são fugazes. Não existe algo transcendental, de fora, que organize esse funcionamento, a transcendentalidade aqui é experimentação, é errância. Não há garantias. A vida não é equilíbrio, é errância, multiplicidade, experimentação.

<sup>17</sup> A ser referida no Capítulo II do presente trabalho.

<sup>18</sup> A esse respeito ver Foucault (1993) Para Foucault, o poder se constitui em rede e permeia todo o corpo social, não estando localizado em um lugar, e nem sendo propriedade de alguém. É relação de forças, ou seja, uma força agindo sobre outra, um campo de forças em combate. (DELEUZE, 1992, p.115)

<sup>19</sup> Faço esta pequena distinção entrevista/conversa por procurar passar a percepção de que uma entrevista pode se dar de maneira endurecida somente, ou deixar que algo passe entre aqueles que estejam envolvidos na situação em questão. No caso, na maioria das vezes, meus interlocutores participaram de algo que se passava entre nós que era capaz de nos deslocar do lugar onde estávamos. Algo era produzido ali que não era nem “eu” nem “eles”, era mais como um “já não estou mais do mesmo jeito que estava... O que se passou aqui?” Ou seja: naquelas conversas fomos todos afetados por algo que passava entre. Pegamos esse “algo” e não saímos ilesos, fomos capturados. Deleuze e Parnet (1998) falam do que seja uma conversa e daquilo que se dá quando dessa captura, que é uma dupla captura produtora do novo.

meninos inseridos ou que já passaram pelo sistema têm acontecido, e tem sido um poderoso instrumento de análise.

Tenho participado de eventos, nos quais fico indignada com o descaso que se tem com esses meninos, que já não são somente os pobres, os carentes, os violentados (para esses ainda se tem “compaixão”), mas são os “inimigos”.

S: “Ele já tinha passagens pelo sistema. Dessa vez foi apreendido no dia 31 de dezembro de 2007, por ter praticado um roubo... Já entrou na unidade como ‘inimigo número um’ do sistema e ‘inimigo público’”

V: Já era um “preso adulto”? Fazendo uso da sua expressão...

S: Já. Apesar dos dezessete anos dele...

V: Pelo que você está falando, me parece que chega uma hora em que já não há uma diferença de olhar... Acho que não se “lembram” do fato de que os meninos que estão sendo ‘presos’ têm menos de dezoito anos e são ‘protegidos’ pelo ECA.

S: Isso!

(Diário de Campo, entrevista com S. ex- agente educacional, ex-diretor de unidade de internação e ex-diretor do DEGASE, 09.11.09)<sup>20</sup>

Importante também, e grande aliado nesses dias é o “famoso” Diário de Campo. Digo “famoso”, porque é aquele que tanto me fez perguntar: “\_ Mas, o que posso escrever aí? ”, “\_ Como posso utilizá-lo?” Ao longo do processo percebo que ele é realmente uma poderosa ferramenta de análise, além de ser um “grande aliado” no qual posso “desaguar” longos suspiros. Grande companheiro! Estou certa que muito “falou” nessa dissertação, pois é a ferramenta de construção da pesquisa no lugar mesmo onde ela se dá: no campo, no lugar dos confrontos, no lugar das atualizações, onde nos lembramos a todo tempo da teoria, dos autores, dos comentários dos professores e colegas e... encontramos, ou não, o que imaginamos, estudamos, lemos, e aprendemos. Ali, no momento em que se constrói o diário, com toda a correria e exultação, experimentamos: vivemos.

Como pesquisa acadêmica, certamente utilizei conceitos, tomados como ferramentas de trabalho na construção dessa obra. Agenciamento, encontro, acontecimento, singularidade... controle, punição, disciplina, sistemas de saber-poder...

“*Quanto a mim, os autores que gosto, eu os utilizo.*”, disse Foucault (1993, p. 143). Eu também! E gosto principalmente dele. Mas também, um tanto quanto bastante, de Deleuze e

---

<sup>20</sup> Nessa conversa falávamos a respeito desse jovem, que foi preso e morto dentro de uma unidade de triagem do sistema socioeducativo.

Guattari. Esses realmente usei! Até porque me utilizo de seus conceitos como apoio, como “operadores”. Acredito na força propulsora desses conceitos operando desestabilizações de lugares supostamente naturalizados para lugares repletos de possibilidades de se construir novas maneiras de se viver. Não lugares permanentes, mas lugares novos. Talvez, melhor dizendo, lugares sempre em construção, de uma construção arejada pelo “líquido e o gasoso” que as terras endurecidas tanto necessitam...

Portanto, depois de tudo perder, tudo recomeço.

Digo isso assim dessa forma, porque depois de já ter algumas páginas digitadas, algumas entrevistas e conversas transcritas, alguns textos já escolhidos na rede e salvos em pastas... por um gravíssimo descuido, esses arquivos foram perdidos. A essa época, justamente, minha orientadora havia pedido para que enviasse algumas páginas escritas com o que já havia conseguido até então. “Justamente agora!” Foi o pensamento inevitável. Como tudo o que eu tinha havia se perdido... enviei um e-mail, no qual falava de como me sentia e gostaria de compartilhá-lo:

“Estou sentada em frente ao computador já tem um tempo e só consigo ler... não escrevo nada.  
Sabe... estou me sentindo como alguém que iria fazer uma colcha de retalhos, daqueles quadradinhos.  
Alguém que, sentada embaixo de uma grande árvore, cortava retalhos.  
Só que depois de ter recortado todos, por um momento de descuido em que não colocou um peso em cima, veio em forte vento e... lá se foram todos aqueles retalhos, cada um com suas histórias, com suas cores, com seus sons,  
todos voando ao vento que sopra para todos.  
Como não colocar uma pedrinha que fosse sobre aquela bela produção?  
Não sei!  
Não tenho resposta para o que parecia ser tão óbvio.  
Agora, tesoura na mão e tantos metros de tecido, não sei por onde começar.  
Várias entradas para uma produção que já se encorpava, que já me arejava e me tirava o fôlego ao recortar cada quadradinho.  
Cada um com suas histórias...  
Na verdade estou cansada, mas acredito na força positiva das coisas que acontecem.  
Não consigo escrever nada agora, mas daqui a cinco minutos já é um outro tempo.

Quem sabe o que o vento me trará agora?

Abraço, Valéria.”

(e-mail enviado à Kátia Aguiar em 07 de dezembro de 2009)

Que bom seria, tivessem todos igual chance! Esfriar a cabeça, recomeçar, reescrever histórias... Até mesmo os meninos que, tentando viver, escorregaram numa casca de banana chamada norma e foram declarados culpados de tumultuar a ordem pública da calçada por onde passavam.

\_OPS!

\_Quem jogou a casca?

## **2. O Caminho que se faz, refaz, vai, volta, retorna, contorna... enquanto se caminha:**

Para que se chegue a qualquer lugar que seja, é necessário que se parta de algum lugar. Segundo Deleuze (1998) “*As coisas só começam a viver no meio*” (p. 68), portanto, acredito que já estava no meio, no entre, no lugar dos encontros, quando iniciei a pesquisa, pois que já “vivia” exposta aos “contágios” e ao “vento”, às “chaves no vento” que viessem a “fornecer a meus pensamentos uma corrente de ar fresco” (DELEUZE, 1998, p.89)

Parti então, não de um início propriamente dito de pesquisa, que se desse ali, naqueles dias em que ia à campo, ou escrevia, pois penso como o diz Primo Levi: “*Se não de fato, pelo menos como intenção e concepção o livro já nasceu nos dias do Campo.*” (LEVI, 1997, p. 07) Assim acredito que essa pesquisa já tenha se iniciado nos dias de trabalho com as crianças e adolescentes do abrigo e da comunidade local.

Após o período de trabalho no abrigo senti que precisava buscar fontes para “acalmar meus ânimos”. Gostaria de entender um pouco mais a lógica de funcionamento que nele circulava, através da qual suas práticas eram tomadas como naturais. Foi assim que iniciei o curso de Especialização em Clínica Transdisciplinar e Instituições Públicas na Universidade Federal Fluminense.

Me apaixonei!

Até então não conhecia, teoricamente, uma clínica que operasse daquela maneira, apesar de intuitivamente o fazer. Confesso que foi um alívio em certos momentos perceber que o que havia tentado realizar no abrigo não era algo “tão estranho assim”...

Uma prática não deve ser neutra, deve ser colocada a todo o momento em análise e operar por desconstruções de contextualizações históricas que nos parecem naturais, para compor aí espaço para singularizações. Nessa tarefa o sujeito do conhecimento e o objeto de seu conhecimento se constroem ao mesmo tempo.

Esse tipo de intervenção, que opera por desconstruções, desarticula territórios supostamente alojados quando sai a rastrear as composições filamentosas de suas linhas duras, flexíveis ou de fuga, conforme aponta a análise micropolítica proposta por Deleuze (DELEUZE e PARNET, 1998). A Micropolítica é a maneira de pensar os processos sociais pelo estudo das linhas que compõem o mapa do desejo. Estas são linhas que se embaralham o tempo todo. *“as coisas, as pessoas, são compostas de linhas bastante diversas, e que elas não sabem, necessariamente, sobre qual linha delas mesmas elas estão, nem onde fazer passar a linha que estão traçando: em suma, há toda uma geografia nas pessoas, com linhas duras, flexíveis, linhas de fuga.”* (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 18) As linhas duras são as que falam de territórios endurecidos, as flexíveis as que fazem com que o devir passe, produzindo desvios, mas não desterritorializações e as de fuga, as que produzem a desterritorialização das práticas.

De maneira similar, a Análise Institucional<sup>21</sup> pretende analisar o jogo das forças sociais a partir das tensões entre o instituído e o instituinte, tomando a instituição como uma dinâmica que se constrói na história, sendo, portanto móvel e não estática. Nesse jogo de forças, uma ferramenta potente são os analisadores, acontecimentos que trazem questões, fazendo com que a instituição seja colocada em análise (LOURAU, 1993).

Segundo Foucault, o poder não se localiza em um lugar, ele circula em rede... *“nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem”* (FOUCAULT, 1993, p.183). Essa concepção de poder, em rede supõe relação de forças e conhecendo esse funcionamento, podemos observar de quais mecanismos de saber se apropria em cada momento histórico.

Descortinando esse funcionamento e analisando os momentos históricos que produzem práticas sociais de acordo com as contextualizações a que estão relacionadas, pode-se perceber que a sociedade se utiliza dessas diferentes práticas em diferentes momentos para disciplinar, modular, controlar as pessoas.

---

<sup>21</sup> Embora no presente texto as análises não sejam feitas pela micropolítica nem pela análise institucional, essas duas orientações metodológicas acompanharão alguns momentos dos debates aqui apresentados.

Michael Foucault fala de uma sociedade disciplinar, característica da sociedade do início do século XIX, que tinha por finalidade disciplinar corpos, docilizando-os para que desempenhassem tarefas produtivas para o mercado, com vistas à acumulação de capital pela classe burguesa. No contemporâneo, conforme proposto por Gilles Deleuze, esse funcionamento convive com o que foi por ele nomeado de sociedade de controle, sob o sistema global do capital de Capitalismo Mundial e Integrado, voltada para o consumo.

Esse funcionamento é modulador, e quanto mais produz modos de ser e estar no mundo, mais produz necessidades de consumo, e assim Félix Guattari nos fala de uma produção de subjetividades desejantes ao invés de um sujeito da falta.

Assim, “devidamente instrumentalizada”, utilizando-me de ferramentas que não me traziam respostas prontas, e que acredito por isso sejam excelentes ferramentas de análise, dei início às leituras para a confecção da monografia para conclusão da especialização.

Indo à história percebi as mesmas repetições que eu observava no meu dia-a-dia. Lá estavam histórias parecidas, situações, populações, estratégias saber-poder, enfim lá estávamos nós na história e no aqui e agora: eu, os abrigados, os que fugiam, os que retornavam, os que cometiam pequenos delitos, os jovens da comunidade, as famílias pobres, os que eram presos, os que morriam, os que caminhavam, os que sonhavam... Todos nós. Era já um início. Questionamentos, que já não diziam respeito somente ao abrigo, pois percebi, como já disse, que havia um “destino” muito comum para os abrigados: a prisão, o Sistema Penitenciário. Antes do Sistema Penitenciário, porém, o Sistema Socioeducativo.

Era preciso que eu navegasse outros mares, mas seriam mesmo outros?

O abrigo é medida de proteção para criança e adolescente que estão em situação, ditas, de risco. As medidas socioeducativas são medidas de contenção e controle para adolescentes que são considerados, eles mesmos, ‘o risco’. De qualquer maneira estamos falando de adolescentes pertencentes a uma população pobre, que ora está como dito, em risco, ora oferece, suposto risco. Como a solução legal para esses adolescentes é o abrigamento, no caso da situação de risco, ou o cumprimento de medidas socioeducativas, no caso de autoria de ato infracional, percebe-se uma estratégia de dominação capitalística típica de uma sociedade de classes, em que a estratégia de dominação de uma classe burguesa, ora desqualifica os modos de vida da classe pobre, ora (além de desqualificar) culpabiliza e criminaliza a mesma. No que tange aos adolescentes autores de ato infracional, essa estratégia se atualiza em práticas que se perpetuam e se enlaçam, conjugando educação-punição no Sistema Socioeducativo.

Portanto, na tentativa de entender a lógica de perpetuação e os enlaces das práticas que conjugam educação-punição no Sistema Socioeducativo, é que mais uma vez, empreendo a

construção de uma pesquisa, não para solucionar questões ou trazer respostas, mas por acreditar que “... em tempos em que se investe na desesperança, a convicção de que todo trabalho acadêmico é uma ferramenta de luta” (Scheinvar, 2009, página inicial de Agradecimentos), lhe confere um caráter, no mínimo transformador, na medida em que desaloja conceitos.

No primeiro capítulo, Movimentos, discursos e práticas para o controle da juventude pobre, penso nos “operadores” proteção, prevenção, educação, contenção, punição, os quais constituem o campo problemático: o Sistema Socioeducativo.

Empreendo uma brevíssima narrativa histórica de como se deu a emergência dessas medidas. Uma narrativa apenas para nos situar em pontos emergentes e não estagnados.

Creio que seja importante que se fale sobre as instituições totais, e suas práticas de contenção e disciplinarização dos corpos para que “docilizados”, tornem-se úteis.

No Brasil o início do século XX tem como preocupação o fato de que crianças e adolescentes que não estivessem dentro da “norma” higienista de desenvolvimento da Nação deveriam ser reguladas, controladas, regeneradas, (salvas!), pois eram uma ameaça, eram perigosos. Na verdade não só crianças e adolescentes, mas todos os adultos, loucos, marginais, vagabundos, que perambulavam pelas cidades. Obviamente que a nenhum destes se queria ver perambulando.

“Vemos delinear-se uma oscilação, que podemos observar até os dias de hoje: ora o foco das discussões incide sobre a defesa da criança, que deve ser protegida; ora sobre a defesa da sociedade contra essa criança, que deve ser disciplinada, vigiada. Surgem caminhos paralelos: um vai dizer respeito à criança abandonada, pobre e desassistida, outro à criança delinqüente.” (BULCÃO, 2002, p.69)

Esse cenário, portanto, é o terreno no qual em 1927 é promulgado o primeiro código de “menores”, que diferenciava o “menor” abandonado, perambulante, delinqüente, da “criança de família”. Diferentes estabelecimentos de acolhimento surgiram nessa época.

Mais tarde, em 1979, com o segundo Código de Menores, há a preferência pelo termo “situação irregular” para essas mesmas crianças e adolescentes abandonados, perambulantes delinqüentes. Era um período em que o país passava por mudanças, e havia uma “abertura na janela” da política, com o fechamento de unidades de internação que inclusive eram chamadas de “sucursal do inferno”.

Na década de 1980 começava-se a pensar em medidas para os adolescentes que fossem autores de atos infracionais, que tivessem um caráter educativo. Desta feita em 1990, cria-se uma Lei que visava à proteção de crianças e adolescentes, e que não utilizava mais o termo “menor”.

Lei Nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, que entre seus artigos, dispõe sobre as Medidas Socioeducativas para crianças e adolescentes autores de ato infracional.

Neste primeiro capítulo, teço breves considerações a respeito de qual tipo é essa medida, pois há discussões que questionam se as medidas socioeducativas teriam caráter penal-sancionatório ou educativo. Sem que se chegue a um lugar de conclusão, há que se pensar que o não rompimento com práticas cristalizadas (sanção penal) leva a dificuldades para que se implementem significativas mudanças (práticas socioeducativas) no estado de coisas que se institui, nesse caso, no atendimento aos jovens que cumprem medidas socioeducativas.

Quando, terminologicamente, se pensa em medidas socioeducativas, pensa-se em socializar, educar, promover e não em prender. Infelizmente, o que se observa na maioria dos estabelecimentos para cumprimento de medidas socioeducativas de internação é que são verdadeiras prisões, como diz claramente a professora Esther Arantes em seu discurso na ALERJ em dezembro de 2009, por ocasião de Ato Público em prol do fechamento de uma unidade de internação:

“Não que os estabelecimentos destinados à privação de liberdade dos adolescentes se encontrem em melhores condições que as prisões dos adultos, como demonstrou inúmeras visitas a unidades do sistema socioeducativo, quando são constatadas situações de extrema violação dos direitos dos adolescentes, confirmando uma realidade já sabida e inúmeras vezes denunciada: unidades superlotadas, projetos arquitetônicos semelhantes às prisões, presença de celas fortes e castigos corporais, ausência ou precariedade dos projetos socioeducativos, desconhecimento por parte dos adolescentes de sua situação jurídica, procedimento vexatório de revista dos familiares por ocasião das visitas, adolescentes acometidos de sofrimento mental, dentre outros. Assim, forçoso é reconhecer a inadequação das unidades em relação aos parâmetros do Estatuto e do SINASE, servindo a maioria delas apenas como contenção e encarceramento para os adolescentes, fato esse que tem sido apontado por muitos como constituindo-se em efetiva redução da idade penal no Brasil, uma vez que a partir dos doze anos de idade os adolescentes estariam sendo, na realidade, processados, condenados; cumprindo as medidas socioeducativas de privação de liberdade: pena, em estabelecimentos socioeducativos: prisões. (ARANTES, 2009)

De acordo com a Análise Institucional, instituições se diferenciam de estabelecimentos. Os estabelecimentos são os prédios, o lugar geográfico. Instituições como práticas sociais são historicamente produzidas. Cito então como exemplo da existência de instituições que se “materializam” em estabelecimentos “carcerários”, o Educandário Santo Expedito (ESE),



justamente a unidade de internação objeto da proposta de fechamento por ocasião desse Ato Público.

O “Educandário” Santo Expedito é uma antiga unidade prisional para réus primários, o Presídio Muniz Sodré, localizado no interior do Complexo Penitenciário de Bangu. É uma unidade com parâmetros arquitetônicos de presídio, com celas e galerias, como toda unidade prisional, e que foi transformada em unidade provisória para a internação dos adolescentes que estavam na Escola João Luis Alves, quando essa passou por reformas, no ano de 1997.

“Insta salientar que a referida unidade de internação por conta de ter sido desenhada e projetada para fins de unidade prisional encontra-se localizada dentro do complexo penitenciário de Bangu, portanto não há que se falar em adequação as condições mínimas para promoção de medidas socioeducativas, como é estipulado no Estatuto da Criança e do Adolescente.” (Projeto Legal, 2009)

O caráter provisório de internação nessa unidade, no entanto, se tornou permanente, pois que continua funcionando até hoje, apesar de mobilizações para seu fechamento.

A resistência ao fechamento de uma unidade de internação do tipo do Educandário Santo Expedito, com arquitetura e parâmetros prisionais, aponta para dificuldade de implementação efetiva de algumas diretrizes do Estatuto. Para exemplificar algumas dessas diretrizes, citamos aqui o Art. 185 e o §2º do art. 121:

Art. 185- A internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional.

§1º - Inexistindo na comarca entidade com as características definidas no art. 123, o adolescente deverá ser imediatamente transferido para a localidade próxima.

Art. 121

§2º- em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida.

O fato dos jovens serem mantidos em um estabelecimento construído para ser uma prisão, vai de encontro ao Art. 185. A simples mudança de nome de Presídio para “Educandário”, não faz deste um estabelecimento socioeducativo. Além disso, a necessidade de permanência de um estabelecimento deste tipo aponta para o fato de que a medida de internação em unidades fechadas ainda é a mais utilizada pelos juízes, apesar do Estatuto propor que somente seja aplicada em último caso.

Ainda que existam inúmeras dificuldades na implementação efetiva do Estatuto, nesse momento nos atemos somente àquelas que dizem respeito ao tipo de estabelecimento onde os jovens são internados para cumprimento da medida de internação. Tendo-se em vista essas dificuldades, na busca por um redimensionamento da política de atendimento socioeducativo, foi elaborado e publicado um projeto de lei que apontasse uma direção oposta ao internamento em tais unidades de tipo prisionais, já que a opção em se internar cada vez mais jovens não tem se mostrado eficaz para “ressocialização<sup>22</sup>” dos mesmos, o que se percebe, de fato, é a reincidência e futura “prisão em idade adulta”..

Esse projeto de lei é o SINASE<sup>23</sup>, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que se propõe implementar uma política socioeducativa, e não somente punitiva, trazendo as medidas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços a comunidade) para a responsabilidade dos municípios.

Após essa breve análise histórica das forças em movimento que levaram à instituição de medidas socioeducativas para adolescentes autores de ato infracional, passo no segundo capítulo a falar sobre as pessoas que “operam” essas medidas junto aos adolescentes.

O fato de se optar pela municipalização das medidas socioeducativas pode sugerir uma suavização da medida (assim como o fim do suplício parecia ser para o “bem” dos condenados na busca de uma pena mais humana) que finalmente aponte para instituição de práticas menos violentas no atendimento aos jovens autores de ato infracional. Ou pode sugerir ainda, uma nova estratégia de controle a “céu aberto”, que pelo tipo de atendimento oferecido, pretenda somente gerir a massa de “jovens perigosos” de uma outra maneira, qual seja esta: o descaso que “deixa morrer”

Participando de um “Curso de Formação Continuada para Operadores do Sistema socioeducativo em Meio Aberto”, estive em contato com esses operadores em uma grande parte das 160 horas de curso ministrado pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), órgão estadual responsável pelo cumprimento das medidas em meio fechado. “Visando à interface entre as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e às de Restrição de Liberdade”, o DEGASE ofereceu esse curso para os profissionais que se responsabilizarão por operar as medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços a Comunidade (PSC)

---

<sup>22</sup> A esse respeito ver: BATISTA, V. M. (2008). Nesse texto a autora diz que já não se pode crer nas “ilusões ‘re’: reeducação, ressocialização, reintegração. Pelo contrário, a clientela do sistema penal foi sempre a dos dessocializados, desintegrados, desclassificados. A prisão surge como grande fracasso nos objetivos explícitos...” (p.195)

<sup>23</sup> O SINASE é um conjunto de normas que define atribuições e responsabilidades dos governos municipais, estaduais e federais no atendimento aos adolescentes “em conflito com a lei”. Com isso pretende que a lógica prisional seja deixada de lado em detrimento de um caráter realmente socioeducativo, ancorado nos direitos humanos.

que a partir do SINASE, passam a ser municipalizadas<sup>24</sup>. Dessa forma, a proposta é falar sobre as condições de trabalho desses operadores, suas práticas, suas angústias, frustrações, possibilidades... e para isso me utilizo de um Diário de Campo empreendido durante os dias de curso.

Apesar de ser um curso para operadores em meio aberto, tenho contato também com profissionais que trabalham em Unidades de Internação e Semiliberdade, e por meio desse curso tive finalmente a oportunidade de “estar com” e “falar com” pessoas e não somente “falar sobre” elas, que é justamente o que eu não queria.

Estive com pessoas que operam medidas socioeducativas junto aos meninos.

Estive com essas pessoas. Falei com elas!

Falar com é diferente de ouvir... Falar com é participar...

Foi por estar ali com essas pessoas, que em muitos momentos nos indignamos junto. Em muitos momentos partilhamos lugares diferentes que se complementavam: a escuta, o discurso, a denuncia, a teoria, as práticas...

“\_Escreve isso aí!”

“\_Deixa eu te contar uma coisa...”

Eu ouvia, falava, questionava, escrevia e também contava.

Meus assombros muitas vezes levaram a que eles próprios pensassem naquilo que me contavam. Já não era uma narrativa, ou uma denúncia somente. Algo mais se passava ali. Não era o lugar de respostas ou soluções (como muitos queriam), senão de problematizações... Naqueles dias de curso, os operadores queriam ser ouvidos, queriam ter voz, queriam soluções, mas, sobretudo, ganharam um espaço para colocar suas práticas em questão. Em alguns momentos me parecia que queriam que suas vozes fossem levadas a outros lugares, longe... daquelas paredes... Mas percebi também que uma nova empreitada se construía: não estavam ali para “aprender” a atender os meninos que até então eram atendidos pelos técnicos do DEGASE e também não estavam ali para copiar soluções prontas, visto mesmo que não existem, mas sim

---

<sup>24</sup> As Medidas Socioeducativas em meio aberto devem ser executadas nos municípios de origem dos adolescentes, os quais serão atendidos pela equipe técnica especializada dos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Os CREAS possuem uma equipe básica de referência composta por Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, e alguns municípios já contam com Advogado. Essa equipe será responsável pelo acompanhamento dos adolescentes na execução das medidas de liberdade assistida (LA) e prestação de serviço à comunidade (PSC), sendo que as medidas serão executadas através da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), o qual deverá ser elaborado em conjunto com o adolescente e com sua família. Esses profissionais que executam as medidas socioeducativas nos municípios é que são os denominados “operadores do sistema socioeducativo em meio aberto”. Os profissionais, que trabalham nas Unidades de Internação e Semiliberdade do DEGASE são denominados técnicos e o pessoal responsável pela vigilância e disciplina são agentes de disciplina ou agentes educacionais.

para, a partir de seus próprios questionamentos, de seus próprios experimentos, de suas próprias tentativas, construírem eles mesmos, escapes para aquilo que parecia endurecido, cristalizado.

Partindo desse princípio, portanto, direciono toda uma construção de pesquisa baseada no contato com essas pessoas que operam as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. A partir desse contato, utilizando-me do diário de campo, passo a problematizar as práticas desses operadores, empreendendo um rastreamento que possa desvelar os possíveis entrelaçamentos que se dão na perpetuação da lógica educacional-punitiva desse sistema.

Aqui, percebo que tenho muitas questões. Um recorte faz-se necessário:

Em face de tudo o que ouço e percebo no Curso, algumas ordenações dessas questões tomam corpo em um caminho que aos poucos vai se construindo pelo rastreamento daquilo que passa entre as formas do saber. Uma micropolítica.

Primeiramente é preciso que haja o desdobramento daquilo que para mim se colocava como um problema: O fato de que as medidas socioeducativas ao invés de educar / ressocializar, acabam somente por punir.

Por várias vezes ouvi dos operadores que faziam o Curso, expressões como:

“\_Parece que não estamos fazendo nada! Isso tudo é uma falácia!”,

“\_Os municípios não têm o que fazer e o Plano Individual de Atendimento (PIA) acaba ficando engessado... É uma falácia!”, “\_Essa angústia é uma questão de todo dia para quem trabalha no sistema socioeducativo. É uma batalha de todo dia! É uma falácia!”

O que para mim era um problema foi aos poucos tendo seus contornos ampliados, pois saber que as medidas socioeducativas são operadas por meio de práticas de contenção, vigilância e controle, aliançadas à práticas educativas, já era sabido. O que me incomodava então?

Na qualificação, a constatação: Isso é um falso problema! Pois se pensarmos a educação a partir das análises de Foucault, constataremos que toda educação é ortopédica e as práticas educativas funcionam como coercitivas, a favor de um certo funcionamento normativo.

Na orientação: O quanto isso é um falso problema?

A essa altura do campeonato, uma exclamação e uma interrogação com a mesma sentença era demais para mim...

“Pensava-se estar no porto e de novo sé é lançado ao alto mar...” (Deleuze, citando Leibniz. DELEUZE, 1992, p. 118). Assim mesmo me senti: De volta ao alto mar...

Um colega de orientação jogou a última gota para que se entornasse de vez um balde cheio de pontuações, exclamações, interrogações: “Você acredita nessa falácia?”

Foi aí que fiquei pensando: existe uma construção social do lugar ocupado por esses meninos. Cumprindo as medidas, eles participam de um circuito econômico- produtivo.

Especialismos, ONGs, projetos, programas políticos que ganham eleições e outras coisas mais são produzidos durante a permanência dessas práticas punitivas de contenção e vigilância destinadas a eles. Os operadores dizem que é uma falácia, pois que a medida não funciona. Entretanto, o que se percebe é um certo funcionamento, próprio do modelo capitalístico.

O quanto isso é um falso problema? Dizer que educa, mas na verdade o que se estabelece é um vigiar e punir, que para ser convincente, se acopla ao discurso da educação! Seria mesmo uma falácia?

Seria mesmo uma falácia algo que funciona para a produção de corpos descartáveis, que servem à manutenção desse sistema econômico-produtivo no qual esses corpos já não são mais adestrados para o trabalho, mas por serem perigosos devem ser encarcerados, gerando lucro até que ali mesmo morram? E, como há muitos “perigosos”, certamente outros virão alimentar esse sistema que não para.

É uma falácia?

Apesar de perceber na fala dos operadores uma certa irritação e angústia, quando nomeiam seus atendimentos como “uma falácia!”, penso essa angústia como um analisador que propõe questionamentos como: Que efeitos essa angústia traz? Paralisação? A paralisação produz potência pra quê? A que estão aliadas essas práticas produtoras de angústia/paralisação àqueles que operam as medidas junto aos meninos?

Com base nessas questões é que procuro desembaraçar as linhas de uma certa zona de sombreamento que imprime força a um sistema produtivo com o nome de socioeducativo.

Acho que rachar esta lógica é exatamente expor o controle perverso que captura a todos, e que é evidenciado pelas práticas, não somente as punitivas, mas as angustiantes e paralisantes. Não só os meninos são produzidos como descartáveis, mas os operadores são produzidos como angustiados, paralisados, como se fosse deles a responsabilidade de reeducar e ressocializar, coisa que não se opera.

Digo que são produzidos como angustiados, paralisados, a partir de falas como as citadas acima e também de outras tantas que diziam, da paralisia frente a um sistema que não garante o implemento de suas ações e projetos, porque se tentassem iriam “acabar tendo uma ulcera”.(sic)

Percebo que os operadores têm realmente que “se virar”, e como estão já cansados desse estado de coisas, acabam reproduzindo alguns movimentos de um sistema maior, qual seja: manter os meninos do jeito que estão: prontos para ingressarem nos presídios para “presos adultos”. Essa talvez seja a maior angústia.

A maioria dos operadores dizia que não tinham o que fazer com os meninos, então ficavam conversando com eles. Lembro-me que um dos operadores contou que formaram um grupo com os meninos que cumpriam a medida em seu município. Nesse grupo os meninos se conheceram e marcaram encontros fora daquele espaço de atendimento. Se encontraram e acabaram empreendendo alguns assaltos. O que foi proposto àqueles meninos? Que novos arranjos lhes foram apresentados? Não coloco em questão erro/acerto, não falo de comportamento certo ou errado<sup>25</sup>. Aqueles meninos organizaram-se pra promover o que foi potencializado naquele encontro. O que questiono é: a quem serve que se mantenha essa mesma qualidade de encontro? O encontro com o “infrator” somente? Sim, porque aqueles meninos que se organizaram, empreenderam uma estratégia em conjunto, se agenciaram com o que lhes é proposto: Vocês são infratores. Para vocês não há nada de novo! “Vão parar em algum presídio!” Para eles só o descaso, que também é uma forma de punição. Aqueles meninos foram presos e cumprem nova medida. A máquina que alimenta o sistema não pode parar. Talvez o descaso seja justamente o elemento propulsor dessas engrenagens. Ocorre que para quem está na ponta, junto aos meninos isso é angustiante, por parecer que operam uma falácia.

Empreendo assim a tentativa de expor as vísceras de um sistema perverso que se diz “bonzinho”.

O que mais se esconde nas zonas de sombra do sistema?

O que mais “pode ser visto”?

Minhas questões parecem não se alojar em nenhum porto seguro. Parecem cada vez mais se lançar nesse mar citado por Deleuze...

Busco então problematizar esse funcionamento buscando uma ancoragem provisória, na qual a âncora não permaneça abaixada por muito tempo, com o imenso mar chamando a novas

---

<sup>25</sup>Segundo o pensamento de Spinoza (2009), a questão não é entre certo e errado. Não há “o certo” e “o errado”, mas sim o que aumenta ou diminui a potência. Para Spinoza, acreditar, por exemplo, que alguém nasce com uma tendência para o negativo, para a delinquência, é uma idéia limitada, acometida de despotencialização. Quando se acredita nisso, passa-se a pensar que exista a necessidade da norma, da rigidez. Para ele o mau é efeito de encontros externos, ou seja, na filosofia spinozista, o negativo é externo. Desse modo, para Spinoza não há nada no homem que seja ruim, algo que seja destrutivo, o que ocorre é que este está sempre na luta para processar as coisas da melhor forma, a fim de que o que venha de fora não o destrua. A destruição não está no ser, está no encontro, afinal “*Cada coisa esforça-se, tanto quanto está em si por perseverar em seu ser.*” ( SPINOZA, 2009, p. 105) Quando se acredita que exista no homem algo de ruim ou negativo, passa-se a tentar impor limites a essa suposta “maldade” interior, e a situação limite para essa imposição será o encarceramento.

descobertas. Antes a surpresa do alto mar, do que a repetição rotineira da segura ancoragem. Um pouco de porto, um pouco de mar...

As desestabilizações do tipo “Isso é um falso problema!” são bem vindas, afinal só aprende a navegar bem quem sai do porto rumo à afirmação dos acasos. Quem aprende a ir com o vento, quem se mantém na crista da onda: o lugar dos encontros. Encontrei-me com o alto mar nas desestabilizações oferecidas pela qualificação. Só avisto o porto ao longe, mas ainda não quero voltar. Afinal, pode até ter-se tornado um jargão, mas a verdade é que “navegar é preciso; viver não é preciso”.<sup>26</sup>

No capítulo pretendo trazer ainda relatos de práticas de profissionais que se encontram com os meninos. Encontros de uma outra ordem, que não a preestabelecida...

Gosto de falar de bons encontros e acredito que em todos os lugares eles sejam possíveis, gostaria de citar alguns projetos que propiciaram conexões para além de algemas, grades ou descaso. Projetos com os meninos, para eles, no meio deles, junto, ao lado, entre. *“Mostraremos que a medida socioeducativa construída com a participação do adolescente pode criar belas histórias, como com qualquer outro público juvenil e trazer, pela peculiaridade deste público, surpresas muito agradáveis”* (FUTURO, TELLES e SOUZA, p.02, S/D) É justamente o que diz S. quando falo com ele por ocasião de entrevistas, as quais na verdade, sempre foram agradáveis conversas entre dois amigos como aquelas que se dão entre os que partilhavam das mesmas idéias. E foi assim que ele foi me contando sobre vários projetos que foram possíveis por serem frutos de encontros entre profissionais e meninos, ou seja, entre pessoas em um determinado lugar, que naquele momento era uma Unidade de Internação ou de Semiliberdade, sendo que estes espaços, naqueles momentos foram o meio mesmo onde se efetuaram esses encontros, foram parte destes.

“Roupa de Marca”. Alguns meninos diziam que cometiam delitos para comprar “roupa de marca”. A partir de então se decidiu criar uma marca própria para esses meninos, com camisas que eram estampadas com seus próprios desenhos. “Essa é a sua marca!”

“Cecult”. Responsável por atividades culturais. Os meninos gostaram tanto dessas atividades que a “punição” para eles passou a ser não participar das atividades, como os passeios

---

<sup>26</sup>Referência ao poema “Navegar é preciso”, de Fernando Pessoa. Por uma certa percepção, que talvez não seja a mesma do autor, na primeira oração pensa-se em uma precisão, não no sentido do que é calculado, em que não se permita sequer desvios. Mas uma precisão sujeita a desvios, que conte mesmo com eles. Não o adjetivo “preciso”, mas o verbo precisar, como necessitar... de surpresas. Diante disso, o medo é de estar sempre em meio à calmaria e não sair do lugar... Na outra oração, “viver”, não pelo traçado de um caminho preestabelecido. Não! Nesse sentido, deste não se precisa! O que se precisa é a invenção. A invenção da vida em alto mar. “Quero para mim o espírito [d]esta frase, transformada a forma para casar como eu sou...”(2ª estrofe, vs. 3 e 4)

externos. Alguns meninos podiam levar até mesmo seus parentes em passeios a museus ou ao Corcovado, ou à Opera. Infelizmente esse programa durou somente até 2002, pois quando mudou a direção foi dito que aquelas atividades, das quais eles tanto gostavam, não faziam parte de sua cultura.

“A horta”. Poucos recursos, grandes resultados.

“Íríamos resolver dois problemas em uma única atividade: a permanência, na maior parte do dia, em local tão insalubre e desconfortável e a ociosidade, intermediada pela violência. Passaríamos o dia em um espaço mais aprazível, com relações menos violentas e sem a intervenção de funcionários que tinham a pratica de depreciar os jovens. (FUTURO, TELLES e SOUZA, p. 06)

Fazer uma horta numa Unidade. Novos agenciamentos entre agentes de disciplina e meninos. “Plantando uma esperança”: o respeito pelos meninos, as afirmações.

Encontros, afirmações, bons resultados, a alegria do primeiro sorriso que se viu em um menino...

A “Escuta da Noite”, a qual fala sobre a experiência de um agente de disciplina que opera práticas de escuta durante as madrugadas. O tempo das madrugadas, que em muitos casos é um tempo de apreensão por parte dos agentes (rebeliões, fugas, violências) se transformou em tempo de conhecimento mútuo. Aconteciam conversas, histórias, certamente mudanças... nos meninos, no agente... entre essas pessoas que conversavam.

“Pode ser Visto”, uma exposição de pintura com telas feitas pelos meninos que cumprem medida de semiliberdade. Esse projeto propõe que o menino que cumpre essa medida “deixe as manchetes policiais de jornais e ‘Pode ser visto’ preenchendo os espaços em branco da tela (...) Cala o discurso de diminuição de idade penal e ‘Pode ser visto’ instituindo um espaço de experimentação.”(Conforme folder do projeto). Esse projeto é implementado por técnicos de uma unidade de semi-liberdade e “por acaso” tenho o prazer de conhecer o responsável por esse projeto, que inclusive é quem leva os meninos ao cinema, a museus e a empresas, porque acredita que essas atividades façam parte do cumprimento da medida: “Tem que ser significativa essa passagem”, foi o que me disse.

Partindo dessas observações começo a pensar sobre o fato de que os operadores operam de acordo com o que lhes é possível, estando alguns, no entanto, conectados com algo que lhes propicie inventar novas práticas que transformam esse possível em possibilidades<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Campo de possíveis: Todo desejo opera agenciado numa conexão rizomática, ou seja, em rede. É uma operação que se dá por conexões que vão se ampliando pelos agenciamentos, sendo que não há um ponto central



Penso que seja esta uma grande questão: entre práticas de punição e práticas de educação, outros possíveis.

Nem educação sem punição, nem punição sem educação... Possibilidades: “Pedagogia da presença”... Corpos emprestados para que potências outras se agenciem no encontro operador-menino, menino-educador, não só as “tristes”, mas as que convoquem a alegria de experimentar novos modos de ser e estar no mundo. “... *ser digno no que acontece, em extrair alguma coisa alegre e apaixonante no que acontece, um clarão, um encontro, um acontecimento, uma velocidade...*” (DELEUZE e PARNET, 1998, p.79)

Assim coloco, então, um segundo capítulo que traz à cena principal os operadores, por intermédio de cenas diárias de suas práticas operadas nas Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Se educam, se punem, se perpetuam essa lógica... talvez nem seja para eles a questão. Talvez essa fosse a minha questão!

Como “fazer ranger” essa coisa toda, em um sistema que diz ter por função educar, o faz por vigilância, controle, contenção e punição, alimentando um circuito de produtividade econômica, até mesmo quando opera mortificações? Como jogar luz nessa “zona de sombreamento” na qual o discurso da educação parece que “mascara” o da punição/produção?

Será que a questão é mesmo “jogar luz”, já que isso é o que se pretende estabelecer: que a educação seja a via para que se perpetuem as estratégias de controle? Se já sabemos que essas práticas punem, o que fazer então? Pegar as coisas por onde elas crescem... Pelo meio: “Rachar as coisas, rachar as palavras” e fazer aparecerem os enunciados, os agenciamentos, os nós, as totalizações, as linhas de potência. (DELEUZE, 1996)

Bem, sabendo-se então que é afirmado que a medida socioeducativa tem caráter pedagógico, pergunta-se: Dá pra juntar medida socioeducativa com pedagogia? Existe um campo

---

e uma demarcação de limites para essas conexões, pois, se assim for há o impedimento da passagem de forças que possam ampliar esse campo. Ocorrendo isso, tem-se a formação de um campo de possíveis com possibilidades já dadas. A micropolítica, pela análise e mapeamento das linhas nos campos de força, busca intervir nesse campo de possíveis para ampliá-lo produzindo outros possíveis, o que chamo nesse trabalho de possibilidades, por acreditar que esse termo esteja ligado à uma rede de conexões, cada uma com abertura para outras infinitas conexões. De acordo com MACIEL JUNIOR (2005) “*A criação de um outro campo de alternativas, todavia, implica a criação de um novo sujeito ou de um novo modo de subjetivação*” (p. 55) A ampliação dessa rede de conexões infinitas possibilitaria então a que operadores/jovens pudessem se inventar e se encontrar de outros modos, que não somente o detentor de um suposto saber que não “funciona” como se pretende e os adolescentes “infratores” que a partir desse saber que lhes “afirma” como infratores se mantém dentro desse campo predeterminado, pois, segundo Maciel Junior (2005) “*A gestão do possível supõe sempre a ordem das expectativas daquele que projeta o futuro a partir do presente e o cálculo de probabilidades que incidem sobre as possibilidades escolhidas prevê sempre a realização do possível mais possível*” (MACIEL JUNIOR, 2005, p.53)

de aproximação, mas é um eufemismo dizer que é medida pedagógica. O efeito, na prática, é uma espécie de “pedagogia ligada a uma norma disciplinar”, que sempre se atualiza. Por exemplo: Se o SINASE implementa a possibilidade de controle em um espaço aberto, já não precisa mais internar todo mundo, institui-se a vigilância e o controle pela municipalização, e produz os especialistas para que operem nesse sistema. A partir dessa instituição, as prefeituras passam a receber verbas para a gestão das medidas.

Potência... para quem?

Na qualificação o terceiro capítulo foi pensado como o momento para discutir os conceitos aqui utilizados como sendo operadores. Entretanto, as análises realizadas nos capítulos anteriores e a narrativa do texto já foram tendo essa função. Assim, tal proposta se faz presente, não somente nesse capítulo, mas, de certa forma, foi entremeando todo o trabalho, uma vez que penso os conceitos como ferramentas utilizadas para “operar” uma análise a partir de práticas de “operadores” do sistema socioeducativo e essa análise se opera por “entre” toda a narrativa.

Assim, penso os conceitos como operadores de análise e os trabalhadores como operadores das práticas.

Operar é verbo. É ação, é movimento.

Os operadores do sistema socioeducativo são os que produzem e são produzidos nas/por suas práticas, nos/pelos movimentos.

Conceitos são operadores. São produtores de movimentos que “agitam”, desalojam pensamentos que avançam por violentas intervenções as quais “operam” novos modos de ver, ouvir, sentir...

Proteção, prevenção, agenciamento, encontro, acontecimento...

Operadores de uma microanálise, da exposição das relações de força, da circulação do poder, dos discursos do saber, das forças de constrangimento e das linhas de fuga.

O conceito como motor de construção dessa análise leva a lugares de possibilidade e não somente do possível. É a leveza do gasoso e do líquido penetrando a terra seca, mas também a violência da planta que brota entre blocos duros,

Nesse terceiro capítulo falo da potência de afetar e ser afetado, a partir de um acontecimento que me afetou de tal modo, que produziu um certo calar ressentido, pois não falei dele por meses, até que sua própria potência falou por mim.

Desse modo falo do desassossego de se estar em um mar revolto de constrangimentos e possibilidades; de conexões e dificuldades de acesso; do que pode ser visto, e mais do que isso, do que deve ser visto, para que se dê credibilidade a uma suposta produção do novo; de um certo funcionamento produtor de mortificações; da produção do esvaziamento e da produção do

mesmo. Do limbo ao qual nos sentimos parte, quando parece que não estamos no mesmo lugar de quem produz ou colabora para produção de um discurso midiático confortável. Da má-vontade diante daquilo que se pensava ser a tábua de salvação para o ordenamento de um sistema regulamentado por uma lei de proteção e que realmente protege... a sociedade. Do “dar o doce” e “tirar o doce.”

Estando em um seminário estadual sobre medidas socioeducativas, fui construindo um outro diário de campo, diferente daquele que fazia desde o início da pesquisa. Nele foram produzidas, análises as quais pensei que não utilizaria nessa dissertação. A mudança de rumo, já na reta final, no entanto, trouxe à cena aquilo que em mim produziu inúmeras inquietações: a mudança de nome do DEGASE.

O DEGASE agora é o “Novo DEGASE.”

“Perguntei à professora a respeito do ‘Novo DEGASE’, que foi apresentado em um ato público que participei o ano passado: ‘Não adiante só pintar as paredes. Muitas coisas ainda existem. O camburão ainda existe, as algemas ainda existem, a mão pra trás ainda existe, a chamada por numero ainda existe... Não tem como ter um ‘Novo DEGASE’ sem mudar essa estrutura. É todo um sistema que não ajuda muito. Há o adoecimento do funcionário que vai e acaba espancando o menino! O funcionário tem que ser visto. Ele não é uma peça! Alguns agentes pensam que os meninos sejam o lixo, outros não, os tratam bem.’” (Diário de Campo, curso DEGASE, 28.07.10)

Essa mudança de nome já vinha me incomodando desde o ato público na ALERJ para fechamento do ESE, quando foi apresentado pelo diretor do Novo DEGASE um vídeo asséptico, que mostrava cursos profissionalizantes, reformas das unidades, jovens com uniformes novos e outras coisa “arrumadinhas”, numa tentativa e empenho do diretor de demonstrar que realmente se falava de algo novo.

O Ato público contava com a presença de mães cujos filhos eram internos em unidades fechadas e que sofriam maus-tratos, e de mães cujos filhos haviam sido mortos em decorrência de violência sofrida dentro dessas unidades. Ao verem o vídeo era patente que não reconheciam o que era mostrado como parte da realidade a que seus filhos eram/foram expostos dentro do sistema. “Não adianta mudar uma parede. Não adianta mudar um vaso sanitário” foi o que disse a mãe de um jovem morto no Centro de Triagem e Recepção (CTR)<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> O CTR é o Centro de Triagem e Recepção, localizado na Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente se chama Gelson Amaral, em homenagem a esse pedagogo que trabalhou muitos anos no sistema socioeducativo.

Representantes do Ministério Público (MP) que também estavam presentes fizeram coro à essa fala: “A realidade que preocupa muito, é um pouco diferenciada do belo vídeo que foi apresentado aqui. (...) O que foi colocado aqui não é o que é observado na realidade, e o Ministério Público não pode ficar silente! Alojamentos sem ventilador, falta de água, alojamentos sujos, colchões de plástico, roupa trocada a cada três dias!”

Havendo empenho ou não do novo diretor, no cargo, àquela época, a cerca de dois meses, as mudanças em uma instituição cuja lógica correcional-punitiva funciona produzindo mortificações ou mortes de fato, se dariam num campo de possíveis. Ou seja, o possível é que a manutenção da lógica correcional repressiva se mantenha em unidades com paredes pintadas e vasos sanitários novos.

Em relação às medidas socioeducativas cumpridas nos municípios, podemos desdobrar a questão do meio aberto pensando que para se estar preso talvez não seja necessária a presença real de grades e muros, uma vez que a própria lógica de funcionamento do sistema capitalista envia os meninos para “dentro” do sistema socioeducativo “em meio aberto”, mantendo assim estratégias de controle da juventude pobre.

Acredito que os projetos apresentados no segundo capítulo, são possibilidades de escape à dureza da lógica correcional-punitiva. Entretanto, coloco em questão o fato de que podem ser somente como um doce que é dado e depois tirado quando já está dentro da boca, pois de uma forma ou de outra, seja por alegação de que não fazem parte da cultura dos meninos, seja por estarem atrapalhando a vigilância, seja por falta de verba, ou por transferência abrupta de equipe, esses projetos são extintos. Qual seria então o efeito dessa intervenção que dá e tira o doce?

### **3. A escrita, a ferramenta, os encontros... O ACASO.**

Acasos...

Certa vez alguém me disse que eu era como uma folha ao vento e completou dizendo: “É preciso ‘talento’ para ser folha ao vento.” Já faz tempo que ouvi isso e confesso que até agora não havia entendido o que isso queria dizer. Por mais que pensasse, de nenhuma maneira conseguia estabelecer uma conexão entre folha ao vento e talento.

Durante meu percurso para realização da pesquisa, no entanto, algumas coisas foram acontecendo: “coincidências”, “confirmações”, “afirmações”, “conspirações”... O que seriam

aqueles “felizes” acontecimentos que vinham como “*chaves no vento (...) fornecer a meus pensamentos uma corrente de ar fresco*” fazendo com que eu tivesse a oportunidade de “*extrair do acontecimento o que não se deixa esgotar pela efetuação*” (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 89)?

“Coisas” que não sabia muito bem nomear, mas que descobri serem fartas de possibilidades de uma certa “virada de jogo” e que sempre me aconteciam.

Foi aí que descobri o “nome” daquilo que sempre me atravessava, atravessava meu caminho, nem sempre bem traçado. Aquela coisa, potente e transformadora, que trazia diferentes combinações.

Acaso.

Deleuze, em seu livro “Nietzsche e a Filosofia”, (DELEUZE, 1976), diz que “*Nietzsche faz do acaso uma afirmação*” (p.21) e que “*Saber afirmar o acaso é saber jogar*” (p.22). Talvez esse seja o talento: saber afirmar o acaso. Um certo talento para “jogar”.

Ele coloca a questão do acaso como dados jogados sobre a mesa. O bom jogador é aquele que afirma o acaso e dessa maneira, afirma condições para que uma sequência, a que ele chama de “fatal”, de números retorne ao jogo. Quando esses números retornam é como se o acaso estivesse no fogo, pois ele nos explica que todo acaso só é bom “bem cozidinho”. É como o jogador que “esquenta” os dados nas mãos e espera não uma combinação final, mas uma combinação fatal, que trará os dados novamente à mesa.

Desse modo, saber jogar é não buscar uma causalidade, um lugar a chegar, uma finalidade, mas afirmações nos acontecimentos, e acontecimentos não se repetem. O que ocorre é a afirmação desses/nesses acontecimentos que possibilitam que combinações “fatais”, e não finais, aconteçam. Aí sim estamos a jogar bem. O talento do bom jogador é esquentar os dados em sua mão afirmando acontecimentos, pois que sabe que esses não se repetirão. Afirmar o acaso para que não pare o jogo.

O destino aparece, assim, não como uma linha de ordenações que já estejam prontas, escritas, prescritas em algum lugar. Nada está “escrito nas estrelas”, o universo mesmo se move, mas não tem uma finalidade, um lugar a chegar. Como prever lances se participamos desse constante movimento?

Que venham os acasos!

“Como diz Zaratustra, o múltiplo, o acaso, só são bons cozidos e fervidos (...). Os dados lançados formam então um numero que traz de volta o lance de dados”. (p.23) “É este número

presente que mantém o fogo, (...) é a estrela dançarina (...) A formula do jogo é a seguinte: gerar uma estrela dançarina com o caos que se traz em si.” (p.25)

“E quando Nietzsche se interroga sobre as razões que o levaram a escolher o personagem de Zaratustra, encontrará três, muito diversas e de valor desigual. (...) A terceira razão, retrospectiva, mas a única suficiente, é a bela razão do acaso: ‘Hoje aprendo, por acaso, o que significa Zaratustra, a saber, estrela de ouro. Esse acaso me encanta.’” (p.25)

Nesse ponto lembro-me das aulas do professor Eduardo Passos<sup>29</sup>, nas quais ele falava sobre um exercício atencional de concentração sem foco. A espreita.

Não sabemos onde ou quando se dará um acontecimento, por isso temos que estar à espreita, porque o acontecimento não é passível de exercício focal, ele é da ordem da raridade.

“Como acessar o que está fora de foco? Acessar o que está fora de mim? Que intensidade é essa?” Foram as perguntas daquele professor que ao mesmo tempo espalhava pistas... “Há que se acessar a intensidade, que é um espaço que se dá pela espreita e não pelo foco. Espaço que se dá na crista, no lugar que não é dentro nem fora, como um ‘não-lugar’. Apostando em uma ‘utopia ativa’. Uma experiência inespecífica, em um lugar ‘ali’ na fronteira, onde não se está dentro ou fora. A região onde não estou dentro ou fora. É a região do encontro.” (PASSOS, aula em 02.09.09)

Começo a perceber qual seja enfim esse talento para ser “folha ao vento”.

Estar em uma região onde não se esteja endurecido demais para acreditar que vai se chegar a algum lugar por um caminho predeterminado, mas não estar também totalmente “desconectada” dos acontecimentos que não param de passar. “Surfar” nesses acontecimentos, nessa região da “crista da onda”, onde não se está dentro ou fora dela, mas no limiar de suas possibilidades. Se deslocar com as “chaves” que o vento traz fornecendo correntes de ar fresco para que se possa afirmar a potencia dos acasos.

“*E na verdade, muito acaso se aproximou de mim...*” (DELEUZE, 1976. p.23), alguns, muito belos, muito potentes, por sinal, farão parte do corpo desse trabalho, como os que conto a seguir:

“Realizei a entrevista com M. (era assim como eu e todos na instituição o chamávamos) em 2004, quando fazia a pesquisa de campo para a monografia de conclusão do curso de especialização, e o citei, justamente no final do texto, pois o que acontecia com ele era muito parecido com o que acreditava, e ainda acredito, que possa ser a expressão de um processo criativo em meio, a enunciados de repetição, como no caso do abrigo, e como o que penso hoje

---

<sup>29</sup> Professor do Departamento de Psicologia da UFF, responsável pela disciplina Subjetividade e Clínica, por mim cursada durante o mestrado

em dia sobre o sistema socioeducativo, pois percebo uma lógica muito parecida. Portanto assim termino a monografia:

“No entanto terminamos esse trabalho com um outro tipo de discurso. Um discurso de quem, submetido aos mesmos enunciados, conseguiu conectar-se com algo que o possibilitou romper com o endurecimento de permanecer abrigado como única opção de vida. Discurso de M.V., um adolescente de vinte anos, abrigado desde 1995, e que não possui vínculo familiar. Ele está prestes a sair da condição de abrigado para a sua autonomia, pois trabalha e recentemente conseguiu adquirir uma casa no município de São Gonçalo. M.V. sempre trabalhou, ‘sempre guardei dinheiro para isso mesmo. Essa era a meta! ’é o que diz. Não pude deixar de observar um certo brilho em seu olhar quando disse: ‘Lá fora alguma coisa boa está me esperando! ’” (p.55)

M. chamou minha atenção por não se “enquadrar no perfil do adolescente abrigado”, que era repetido na fala dos funcionários e técnicos do abrigo, como: “na verdade não querem fazer nada!”, “Eles têm noção de que entram numa guerra perdida.”, “Se sentem lixo e ninguém vai dar importância. Se acham nada, se acham porcaria.”<sup>30</sup>

Hoje em dia, já cursando o Mestrado, tenho inquietações que se colocam ao lado, sobre, ao redor, entre, atravessadas, enfim, inquietações a respeito dos adolescentes que, submetidos a outros enunciados talvez, não sei... talvez outros, mas muito parecidos, também possam se conectar com algo que lhes possibilite escrever uma história com cores diversas, com cores que estejam ao seu alcance, mas que por vários motivos não vêem. Os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Foi para realizar uma entrevista com uma profissional que havia trabalhado em uma unidade que recebe adolescentes autores de ato infracional, que fui a São Gonçalo. Sem saber ao certo por onde estava andando, que lugares eram aqueles, e meio perdida no ônibus, precisava prestar atenção aonde teria que descer, mas, algo me tirou rapidamente desse lugar...

Gosto de pensar a vida como obra, como construção, como poesia que se pinta a cada dia, com cores, tons, formas, substâncias e assombros, inesperados... Foi, portanto, num dia de construção, de trabalho nessa obra, que encontrei no ônibus o M.. Foi um assombro! Encontrar o M., justamente no dia em que eu iria realizar minha primeira entrevista, para mim foi demais! O que estaria acontecendo ali? Seria uma afirmação? Uma confirmação? Uma conspiração? Uma coincidência? O que é uma coincidência?...

Lá estava ele entrando no ônibus todo bonito, arrumado, vestido de fiscal, ou de cobrador, não sei bem, pois foi muito rápido que nos falamos. Acontece que o lugar onde eu estava era perto do bairro das Palmeiras, justamente o lugar onde ele havia comprado sua casa. Estava diferente o M. ... tão bonito! Ele me disse: “Tá vendo, deu certo!”

Pena ter sido tão rápido. Parecia um vulcão em minha cabeça, coisas acontecendo juntas assim... A entrevista... a pesquisa... o encontro... Foi um inesperado que se pintou com cores e sons tão distintos que, mesmo hoje, dias depois ainda me emociono... só de lembrar.

---

<sup>30</sup> Essas citações são de funcionários do abrigo no qual realizei a pesquisa de campo para a monografia, e estão inseridas no corpo da mesma.

Lembrar daquilo que me move: O passado-futuro que me diz porque estou aqui hoje, continuando nessa construção.

Foi assim que me senti quando o encontrei num dia de chuva... como hoje. Ri muito! Desci do ônibus rindo e falando pela rua... Hoje ainda rio e me emociono, com vontade de produção.” (Diário de Campo, outubro de 2009)

“Acabo de descer para o hall da biblioteca da UFF (são 18hs e 30min), e dou de cara com um monte de gente. O que está acontecendo aqui?

De repente reconheço aquele cara que vi lá no Ato Público... É o diretor! O diretor do DEGASE! O DEGASE esta no hall da biblioteca e eu descendo, correndo, atrasada para um compromisso... É um evento com o pessoal do DEGASE... Não posso ficar! Tenho compromisso!

Fico.

Na verdade só vim hoje à biblioteca mesmo, porque já havia vindo ontem e achei um absurdo que não pudessem me emprestar um livro do Deleuze, já que havia dois exemplares do mesmo livro. Fiquei o dia todo pensando nisso, e depois do trabalho resolvi vir direto, só para reclamar! Agora, quando desço, dou de cara com toda essa gente do DEGASE. Pessoas com as quais eu gostaria de conversar...

Não conheço ninguém, mas vou falar com eles!

(...)

Quero falar com aquele rapaz de branco... Ah! Mas posso falar também com esses agentes de disciplina! Será que posso? Ou melhor, será que eles podem falar comigo aqui? Já vou perguntando... Não. Não podem. Estão trabalhando...

Ah é! Vocês estão trabalhando aqui no evento? Que legal! Vou conversando assim mesmo... Não pode gravar né?

(...)

Quero falar com aquele rapaz de camisa branca... mas nem sei quem ele é...

\_Posso falar com você?

Espero um pouquinho...

\_Vamos conversar então? O rapaz de camisa branca, que eu não conhecia, mas com o qual, por algum motivo gostaria de conversar é o responsável pelo projeto. A conversa com ele pode ser gravada.<sup>31</sup> (Diário de Campo, 28. 09.10)

---

<sup>31</sup> Conhecer o responsável pelo projeto me proporcionou o que eu tanto queria no início da pesquisa: participei de uma atividade com os meninos. Em uma ocasião posterior a essa fui convidada a estar com eles, falar com eles, brincar com eles, quando foram participar de uma atividade em uma escola. A participação nesta atividade é narrada nas páginas 116 e 117 do presente trabalho, inclusive, em um trecho do diário de campo. Apesar desse contato com os meninos ter sido a proposta inicial desse trabalho, no momento em que a oportunidade surgiu, já outros caminhos estavam em curso e eu já estava “tomada” pelo contato com os operadores.



Escrita...

Na busca por uma escrita afirmativa, atravessada por vivências, procuro agenciamentos que possibilitem que esse trabalho chegue ao maior número de leitores possíveis, assim como fiz com a monografia escrita para a conclusão do curso de especialização.

Daquela feita, meu empenho foi o de literalmente entregar uma cópia para todos aqueles a quem pudessem interessar as problematizações ali contidas, sabendo-se que não era minha intenção “oferecer” soluções prontas, dar sugestões, ou mesmo respostas, mas desconstruir o que parecia estar “dado” como natural para que pudessem ser encontradas talvez, saídas múltiplas para diferentes realidades no que tange a prática do abrigo.

Posso dizer que fiquei feliz por muitas coisas que ouvi. Não tanto por elogios à escrita, à pesquisa, ou ao trabalho, mas sim “pela pulga que ficou atrás da orelha” de alguns que a leram. Pude observar que começavam a questionar suas práticas quando me diziam coisas do tipo: “\_ O que nós temos feito a tanto tempo desse jeito, pode ser feito de outra forma, de outras maneiras...”

Continuo aspirando a essa mesma coisa, “à pulga atrás da orelha”. Tanto à pulga que sempre tenho atrás de minha própria orelha, quanto ao fato de que pessoas possam questionar suas práticas, não permanecendo em uma atitude de conformidade, mas envolvendo-se numa constante espreita daquilo que acontece. Essa é a pulga.

Assim, fico pensando se um trabalho acadêmico, como uma dissertação, poderia ter como um de seus objetos, não somente a leitura acadêmica, mas de todos os que puderem com ela entrar em contato.

Quantas pessoas!...

Um sopro de incentivo a esse pensamento veio até mim quando li no livro “PIVETES” (NASCIMENTO, 2002), um comentário de Lilia Lobo sobre o que diz Foucault em *Ditos e Escritos* e em *Microfísica do Poder*:

“Foucault escreve para um público em geral. Não, ele não se dirige a um leitor qualquer, mas àqueles que podem e querem utilizá-lo (1994, p.523): do psiquiatra ao enfermeiro e o doente mental; do juiz ao carcereiro e o presidiário, para dar apenas alguns exemplos. Justamente aqueles que queiram fazer de um escrito de Foucault o que ele próprio fez com Nietzsche: *fazê-lo ranger, gritar* (2000b, p.143), como uma máquina em funcionamento.” (LOBO, 2002, p.14).

É isso! Funcionamento!

Quero que minha escrita funcione!

É claro: desejo um bom resultado acadêmico, mas também que produza em quem a leia, possibilidades para novos agenciamentos.

“Meu pedido pessoal é que você me ajude com esse trabalho. Que você me ajude pra que as pessoas olhem pros meninos com um olhar diferente, não como um bandido. Não olhar para a mãe como a mãe de um bandido. Porque tanto sofrem nossos filhos quanto as famílias. Porque a sociedade, os agentes não pensam que atrás daqueles muros eles têm uma família, e a sociedade só vê eles como bandidos, *mas eles são adolescentes*. São meninos que precisam ajuda. Lá dentro eu via no olhar deles o pedido de socorro.” (Diário de Campo, Fevereiro de 2010) (Fala de D. , mãe de adolescente morto dentro do CTR da Ilha do Governador em 01.01.08.)

Ferramenta...

Uma ferramenta potente que possibilite essa escrita atravessada por vivências é o diário de campo.

Na construção de um diário das experiências que se dão no decorrer da pesquisa e que acabam por transformá-la a todo momento, a utilização do material que é produzido no momento mesmo de execução dessa pesquisa, se trazido para o corpo da mesma lhe confere autenticidade e vigor.

Como acredito que na vida, o tempo todo nos encontramos com situações, pessoas, musicas, leituras que aumentam ou diminuem nossa potencia, de acordo com a maneira como nos agenciamos com elas, penso que durante a realização da pesquisa não será diferente. Desse modo, pretendo que minha escrita seja misturada a algumas falas, resultantes desses potentes encontros, que se dão enquanto caminho.

Enquanto pesquiso, produzo um diário dos fatos e experiências que se dão durante essa pesquisa, e em muitos momentos creio que esses, por si só falarão mais do que qualquer possibilidade de elaboração de um outro texto, o qual seria, em muitos casos, a tentativa frustrada de explicação de sentimentos, de espantos, de assombros, de indignações e de alegrias.

Assim, gostaria de compartilhar algo que, acredito, fale um pouco daquilo que seja indescritível quando tentamos explicar o que se passa quando dos encontros. Daquilo que se passa, por exemplo, quando do “deslumbramento de uma descoberta”...

“Escrever é traduzir.

Mesmo quando estivermos a utilizar a nossa própria língua.

Transportamos o que vemos e o que sentimos

Para um código convencional de signos, a escrita...  
E deixamos às circunstâncias  
E aos acasos da comunicação  
A responsabilidade de fazer chegar à inteligência do leitor,  
Não tanto a integridade da experiência  
Que postulamos transmitir,  
mas uma sombra ao menos do que no fundo do nosso espírito  
sabemos bem ser intraduzível, por exemplo...  
a emoção de um encontro,  
o deslumbramento de uma descoberta,  
esse instante fugaz de silêncio anterior à palavra  
que vai ficar na memória  
como o rastro de um sonho que o tempo não apagará por completo.”

José Saramago

Encontros...

As experiências... Os deslumbramentos... O Diário. Ei-los:

“Fui ao Comitê de Direitos Humanos da ALERJ em busca somente de um DVD sobre o Sistema Socioeducativo. Encontrei o DVD, mas encontrei também o S.

Acredito que a vida é cheia de encontros, e que a diferença se faz pela maneira como nos agenciamos nesses encontros. Assim sendo agenciei-me de maneira a não perder aquele homem de vista.

Foi assim então que conversamos, e fui conhecendo um pouquinho do S.: guerreiro, militante, incompreendido muitas vezes. (...)

Aquele homem que eu havia conhecido assim, ao acaso, mas que desde o primeiro encontro havia reforçado em mim o olhar de alguém que vê aqueles meninos não como bandidos, como adolescentes.”  
(Diário de Campo, 08.04.10)

“Em minha busca por pistas sobre o que tem acontecido nos dias de hoje em relação ao Sistema Socioeducativo, mais uma vez fui ao CMDCA<sup>32</sup> de Niterói para saber se existe alguma novidade sobre o tema.

---

<sup>32</sup> O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), é um órgão formado por integrantes da sociedade civil e Poder Executivo Municipal, responsável pela formulação, deliberação e controle das políticas públicas relacionadas ao atendimento à criança e ao adolescente no município. É responsável pela manutenção do registro de entidades que trabalham no atendimento à infância e à adolescência, fiscalizando o atendimento prestado por essas entidades, bem como seus projetos ou programas, numa tentativa de adequação ao que é preconizado pela Lei 8.069/89, Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) (Conforme [www.cmdcario.rj.gov.br](http://www.cmdcario.rj.gov.br))

Das muitas vezes em que lá estive nada de novo acontecia em relação aos adolescentes que cumprem as medidas, o que me deixava bem irritada. Será que porque estão inseridos no sistema socioeducativo estão esquecidos?

Hoje, quando mais uma vez cheguei pedindo alguma informação a pessoa que me atendeu perguntou: ‘Sobre o que?’ ‘Sistema Socioeducativo!’, falei... ‘Nem sei o que é isso!’, foi a resposta. (?) ‘Calma Valéria! Calma! Não responda nada!’

Pedi para falar com outra pessoa.

Essa pessoa, muito simpática, me encaminhou para uma terceira, dizendo: “Sistema Socioeducativo é com ela!” Era uma senhora, já bem senhora, mas ligada em uma tomada de 220 volts. Deu-me uma preciosa informação: Naquele exato momento estava acontecendo um Curso de Capacitação para Operadores do Sistema Socioeducativo.

“-Opa! Preciso ir a esse curso! Como posso fazer para estar lá?” Perguntei já como quem tem certeza de que ela poderia fazer alguma coisa para me ajudar, afinal era um curso para operadores... Como eu iria participar?

Ela me deu um número de celular e um endereço. Lá fui eu para o curso de operadores.

Quando cheguei ao local do curso e fui me apresentar à coordenadora, para minha surpresa, ela já estava me esperando... A “senhorinha dos 220 volts” já tinha ligado para ela e avisado que eu iria até lá. Bem, economizou toda uma “choradeira” minha pedindo para assistir um curso para operadores do sistema socioeducativo, sem ter vínculos com o mesmo. E assim, aqui estou.

É um curso de Capacitação para Operadores do Sistema Socioeducativo em Meio Aberto. Estou junto de pessoas que trabalham com meninos que cumprem as medidas de Liberdade Assistida e Semi-liberdade, mas também de algumas que têm larga experiência em unidades de internação.

Na dissertação questiono o fato da internação ser a medida de maior ocorrência. Não sei se encontrarei respostas... Até acho que não, porque também não as procuro. Procuro sim entender um funcionamento, mas isso não quer dizer que todas as perguntas serão respondidas ou que todas as dúvidas serão sanadas. Estou aqui. Estou escuta. Quero absorver o máximo de tudo, como uma esponja.

(Diário de Campo, curso DEGASE, 09.06.1

### **O Estatuto está aí?**

“O Estatuto está aí para nos proteger  
Mas será isso verdade?  
Mas eu não consigo entender.

Cada dia que passa eu fico mais decepcionado  
A política do Brasil tá me deixando enojado  
Eu queria, amigo, um dia estudar e trabalhar  
Criar minha família e podê-la sustentar  
Agora se liga amigo a história eu vou contar  
Eu tenho direitos, mas eles não querem me dar

O Estatuto está aí para nos proteger  
Mas será isso verdade?  
Eu não consigo entender

Escute aqui, seu Juiz  
Preste muita atenção  
Eu só quero uma chance para deixar de ser ladrão

Preciso de uma escola  
De alguma profissão  
Para quando eu crescer ser chamado cidadão

Por enquanto sou menor, menor infrator  
Mas queria meus direitos  
Para um dia ser doutor

Eu queria amigo, um dia estudar a medicina  
Mas nos dias de hoje eu só sei o que é cocaína  
A cocaína é conhecida por crianças e  
adolescentes

Essa droga hoje em dia, tá matando muita gente  
Em cada esquina que eu passo  
Eu vejo este retrato:  
Criança e adolescente estão ficando viciados.

O Estatuto está aí para nos proteger  
Mas será isso verdade?  
(...)

(M.S.S., P.C.O., S.S.)

## **CAPÍTULO I- Movimentos, discursos e práticas para o controle da juventude pobre**

### **1. Breve histórico sobre o acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil: do Império ao ECA.**

Para a compreensão de como se chegou à aplicação de medidas socioeducativas para adolescentes que estão em conflito com a Lei por autoria de Ato Infracional, proponho um breve passeio pela história do atendimento a esses jovens no Brasil<sup>33</sup>, colocando atenção não a uma sucessão ininterrupta de datas ou fatos, mas à descontinuidade de acontecimentos, pois é na conjunção desses acontecimentos, que o processo poderia ter-se dado de qualquer outra forma.

Um passeio histórico nos serve aqui, portanto, para desnaturalizar práticas, desalojar percepções, conceitos e idéias pré-concebidas, sendo potente para elucidar as forças que se conjugam no presente.

Se um dos efeitos dessa análise histórica por acontecimentos e não por encadeamentos sucessivos é a desnaturalização das práticas, podemos pensar que estas se engendram e se articulam de acordo com cada momento histórico, estabelecendo certos funcionamentos, ou seja: o engendramento das práticas se dá de acordo com o discurso de saber-poder em cada momento, por uma lógica de positividade.

Assim é que iniciamos nossa narrativa histórica, ainda no período Imperial, citando a Casa de Correção da Corte, que servia para que a Corte estivesse limpa dos indesejáveis por meio da internação. Percebe-se desde já uma preocupação social, não com o bem estar dos jovens, mas um bem estar social, que dizia de uma assepsia, de uma limpeza na/da cidade.

Esse primeiro atendimento aos adolescentes que houvessem cometido delitos era para jovens de 14 a 17 anos, e baseava-se no Código Criminal do Império, de 16 de dezembro de 1830. Os atendimentos anteriores agrupavam em um mesmo estabelecimento crianças ou adolescentes abandonados ou desvalidos àqueles que estivessem internados por cometerem algum delito. Apesar desses agrupamentos<sup>34</sup> da infância pobre em desprotegida e delinquente, seu lugar de destino era o mesmo.

Com o advento da República, o país pretendia modernizar-se e uma das preocupações era a presença de crianças e adolescentes pobres perambulando pelas ruas, os quais, agora, eram

---

<sup>33</sup> A primeira parte deste capítulo se referencia teoricamente em RIZINNI (2005), BAZÍLIO (1998) COIMBRA, C.M.B., MATOS, M., TORRALBA, R. (2002), NASCIMENTO (2005).

<sup>34</sup> Sabemos que essa distinção se refere a agrupamentos historicamente construídos e que escondem questões sociais relativas à exclusão, ou melhor dizendo, à inclusão em uma parcela de mercado subalternizada, mas importante para o circuito econômico-produtivo.

considerados vadios e deveriam ser recolhidos pelo Estado. Observa-se aliada a essa preocupação e ao discurso modernizador a redução da idade mínima para que uma criança fosse internada em estabelecimentos correccionais. Crianças de nove a quatorze anos, que houvessem cometido delitos, já poderiam ser internadas em estabelecimentos industriais para cumprimento de pena até os dezessete anos.

Até então a infância e adolescência pobre eram vistas como objeto de caridade, quando desvalida ou abandonada, ou objeto de tutela para regeneração de maus hábitos, quando delinquente. Crianças e adolescentes, bem como toda uma gama de “desajustados” como loucos, marginais, vagabundos que perambulasse pela cidade, ou seja, que não estivessem dentro da “norma” higienista deveriam ser regulados e controlados para que se enquadrassem dentro dos padrões de desenvolvimento impostos por esse saber. Discursos de proteção e vigilância se aplicavam a uma infância e adolescência pobres, fossem estes desassistidos ou delinquentes. Houve a introdução de idéias higienistas ao atendimento da infância pobre, com grande participação de médicos e juristas com um modelo assistencial-filantrópico, baseado no saneamento, inclusive dos hábitos. É o início da “culpabilização das famílias pobres” pelo abandono de seus filhos e pelo aumento da criminalidade infantil. Todos esses deveriam ser vigiados, controlados, disciplinados. O modo de vida burguês não aceitava o “perigo” daqueles que pudessem “contaminar” seus bons costumes.

Ainda que houvesse distinção entre aquelas crianças ou adolescentes que estivessem perambulando pelas ruas conquanto fossem órfãs, abandonadas, autores de pequenos delitos, ou mesmo que estivessem doentes, eram todos percebidos como “abandonados”, “vadios”, “vagabundos” “viciosos”. Tinham ainda o mesmo destino: os internatos.

Dos momentos iniciais de caridade e filantropia, para a posterior tutela do Estado, uma diferença, no entanto, se faz notar nesse mecanismo de exclusão de crianças e adolescentes pobres.

Nos dois períodos iniciais de atendimento, o caritativo e o filantrópico, as crianças e adolescentes pobres, eram vistos como os carentes, os desprovidos.

Já num período posterior, de atendimento por intermédio do Estado, com observância dos preceitos do discurso higienista, essas crianças e adolescentes passam a ser percebidas não somente como o “desprovido”, o “carente”, mas sim, um provável “criminoso”. É criado então um extenso aparato jurídico para dar conta dessa população.

A partir de 1923 então, com A Justiça de Menores, essas crianças ou adolescentes pobres passam a ser chamadas “menores”. À infância e adolescência oriunda das elites não se aplicava essa denominação, a Justiça de Menores era, realmente, uma justiça para “menores” pobres, uma parte da população que começava a delinear-se com contornos específicos, não só quanto à classe social, mas também quanto à cor da pele: eram em sua grande maioria negros. Eram jovens pobres e negros,

marcados como potencialmente criminosos. O discurso preventivo destinava-os ainda aos estabelecimentos do tipo internato/correcional.

A prevenção continua ainda durante o período do 1º Código de Menores, de 1927, permanecendo o recolhimento, por parte do Estado, de crianças e adolescentes considerados perigosos por estarem em situação de abandono ou perambulando pelas ruas.

Esse primeiro código de “menores”, diferenciava o “menor” abandonado, perambulante, delinquente, da “criança de família”. Diferentes estabelecimentos de acolhimento surgiram nessa época.

Percebe-se claramente que em cada momento o que se pretende, mesmo que se utilize de um discurso protetivo em relação aos jovens, era a proteção da sociedade.

A filantropia tinha um discurso educativo, de formação profissional, mas na década de 1940, a tutela ficou a cargo de uma instituição ligada ao Ministério da Justiça, o qual, sob o viés da segurança, deixa esse discurso de lado. Era o Serviço de Assistência ao Menor, o SAM. Interessante notar que, mesmo havendo a essa época o Ministério da Educação e Saúde Pública, o SAM foi vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O atendimento prestado pelo SAM, tanto aos jovens “desvalidos” quanto aos “delinqüentes”, era baseado em um sistema correcional-repressivo, com estabelecimentos grandes do tipo reformatório, ou mesmo escolas para aprendizado de ofícios.

O SAM, que também era chamado de “Sucursal do Inferno” manteve suas atividades até 1964, época do golpe militar no Brasil. A questão do “menor” passou a ser considerada com base na Doutrina de Segurança Nacional e o SAM foi substituído pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, FUNABEM.

A Doutrina de Segurança Nacional<sup>35</sup> considerava que todo e qualquer adolescente pobre poderia ser um “marginal”. Marginalização e marginalidade são conceitos amplamente utilizados nessa época, sendo assim, melhor seria que ficassem “guardados” dentro dos estabelecimentos da FUNABEM para que não causassem danos à ordem. A internação se alia ao discurso de reeducação/prevenção. Era preciso reeducar os “menores” delinqüentes para que não se tornassem “inimigos”, revoltando-se e colocando o regime ditatorial em risco.

Já no final do período de ditadura militar, em 1979, é promulgado o 2º Código de Menores. A utilização da palavra “menor” expressa ainda o conceito de diferenciação entre uma infância e adolescência elitista e uma infância e adolescência pobres.

---

<sup>35</sup> A esse respeito ver: COIMBRA, C.M.B., MATOS, M., TORRALBA, R., (2002).



O Novo Código implementava a Doutrina da Situação Irregular, que não só desqualificava os modos de vida das famílias pobres, como no higienismo, mas responsabilizava-as por sua condição socioeconômica desfavorável. A Doutrina da Situação Irregular versava sobre o “menor com desvio de conduta” e em autoria de infração penal. Para estes não havia alternativa do que a de serem confinados em instituições fechadas.

Práticas de vigilância e controle se estabelecem em diferentes momentos, alinhadas a discursos caritativos, protetivos, higienistas, filantrópicos, todos com a intenção de controlar adolescentes pobres, ditos menores perigosos, infratores, delinquentes, marginais.

A partir da segunda metade da década de 1980, porém, período este da abertura da “Janela política” no Brasil, no bojo dos movimentos sociais já se discutia uma nova política para a infância e juventude no país.

Em 1988 é promulgada a Constituição Federal do Brasil e em complementaridade, em 13 de julho de 1990, institui-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, Lei 8.069/90, para regulamentar o artigo 227 dessa Constituição<sup>36</sup>.

O Estatuto é uma legislação que teve, em sua elaboração, uma grande participação da sociedade civil, além é claro dos juristas. Com vistas à articulação de direitos de cidadania baseados na nova doutrina - a Proteção Integral para todas as crianças e adolescentes - não era uma legislação voltada para as crianças e adolescentes pobres, como os Códigos de Menores de 1923 ou o de 1927. O termo “menor” é substituído por crianças, para pessoas até doze anos de idade incompletos, e adolescentes, para pessoas entre doze e dezoito anos de idade, independente da classe social à qual façam parte.

Por conta do caráter de vanguarda - em seu conteúdo, o ECA não expressa a necessidade de resguardar a sociedade dos filhos dos pobres, mas aponta para a necessidade de proteção à toda a infância e adolescência - deu-se por certo que setores conservadores da sociedade à ele se opuseram.

Houve um confronto entre os que defendiam o Código, os menoristas, e os que defendiam o Estatuto, os estatutários. O momento político em que se buscava a cada vez mais um “Estado de Direito” propiciou a vitória do Estatuto.

Durante as aulas ministradas no Curso para Operadores do Sistema Socioeducativo em Meio Aberto, aconteciam muitas discussões sobre o Estatuto e seu cumprimento, ou não. Havia uma

---

<sup>36</sup> Art. 227 da Constituição Brasileira de 1988: “É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” ([www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br))

tendência, por parte de professores e alunos, a considerar a Legislação como sendo boa, porém, sua efetivação falha. Conclui-se que a Proteção Integral mudou a Lei, mas ainda não se estabeleceu de fato nas práticas de atendimento.

“Não há jurista ou estudioso que diga que o ECA não é bom. Pode ser que não se consiga cumprir no todo... mas enquanto Lei é muito boa.”

(Diário de campo. Fala de professora do curso DEGASE, 09.06.10)

“No Sistema Prisional o pau de espancar se chama ‘Direitos Humanos’. No Sistema Socioeducativo, se chama ‘cotonete’, porque se amarra vários pedaços de panos nas extremidades para que não sejam deixadas marcas, mas também é chamado de ‘ECA’. ‘\_Vamos aplicar os Direitos Humanos! \_Vamos aplicar o ECA!’”

(Diário de Campo, curso DEGASE, 14.07.10)

## **2. Medida socioeducativa: De que tipo é essa medida?**

“A medida socioeducativa foi pensada quando a janela estava se abrindo, e a medida punitiva é sempre realizada quando a janela vai se fechando... A medida socioeducativa foi pensada com a janela política aberta. É importantíssimo isso! Ela vem com o Estatuto em 1990, mas foi pensada na década de 1980. A terminologia dela foi discutida em 1985, e ela tinha um sentido.”  
(Diário de Campo, Entrevista com F., ex-agente educacional e S., ex-diretor do DEGASE, 14.04.10)

Em conversa com dois ex-agentes educacionais que trabalharam em unidades de internação, tendo sido um deles, inclusive, diretor de uma dessas unidades e também diretor geral do DEGASE, pude perceber certo “ânimo” que advinha quando falavam desse período de redemocratização do país, a “abertura da janela política” nos anos de 1980.

Como citado anteriormente, foi nesse período, que se iniciaram as discussões acerca de uma política de atendimento às crianças e adolescentes, que não se pautasse mais pelos preceitos da situação irregular e do menorismo, onde crianças e adolescentes pobres eram os “menores”, percebidos como potencialmente criminosos por advirem de famílias pobres.

Conforme o breve relato histórico por nós percorrido, percebemos que nos vários momentos de acolhimento da infância e juventude no Brasil, este se deu por um viés caritativo, filantrópico ou tutelar-repressivo. De toda forma, percebemos estratégias de dominação e controle dessa população

pela instituição de estabelecimentos para suposta regeneração, mas com o objetivo de prevenção e controle social.

Com o Estatuto busca-se um novo ordenamento das políticas para a infância e juventude, inclusive para aqueles em autoria de ato infracional, pois que o Estatuto é uma Legislação que dispõe sobre a proteção integral a todas as crianças e adolescentes no Brasil.

O Estatuto prevê uma política de atendimento socioeducativo para adolescentes autores de ato infracional por meio de um conjunto de medidas que tem por base esse tipo de atendimento.

Às crianças que cometerem delitos, são destinadas medidas protetivas, conforme o Art. 101, Cap. II, Título II- Das Medidas de Proteção; e aos adolescentes autores de ato infracional são destinadas medidas socioeducativas, conforme Cap. IV, Art.112 a 123.

Medida socioeducativa é uma expressão que se dá pela junção de dois termos, quais sejam: medida e socioeducação.

A palavra medida, utilizada no sistema socioeducativo, para designar um certo tempo de intervenção do Estado em resposta à infração cometida por adolescente, é similar em seu conceito à medida de segurança.

A medida de segurança faz parte da estratégia de todo um sistema de controle por parte do Estado, para aqueles indivíduos que não tenham condições de decidir sobre a conduta que praticaram. Se efetiva em recolhimento em casas de custódia e tratamento por tempo indeterminado, enquanto perdurar a periculosidade. A Medida de Segurança expressa assim um caráter preventivo, com base em uma lógica de periculosidade.

A medida socioeducativa é a resposta do Estado aos adolescentes que estão em conflito com a lei por autoria de ato infracional. Ocorre que, sendo estes inimputáveis perante a Lei Penal Brasileira, não cumprem penas, mas sim Medidas Socioeducativas.

“É através do cumprimento da Medida Socioeducativa que o adolescente é convocado a responder pelo Ato Infracional cometido.”

(Diário de Campo. Fala de professor do Curso DEGASE, 19.08.10)

As medidas socioeducativas, assim como a medida de segurança, também não têm um tempo de execução determinado estabelecido previamente, podendo durar de seis meses até três anos. O adolescente que é encaminhado ao cumprimento de medida socioeducativa, não sabe ao certo, por quanto tempo irá cumpri-la, ficando isso a encargo do Juiz da Infância e Juventude, que se baseia nos relatórios que recebe dos técnicos.

Percebe-se a semelhança no caráter preventivo e na lógica da periculosidade, pois que os relatórios supõem certa adequação, ou não à norma disciplinar. Ao cumprir a medida espera-se que o adolescente seja docilizado e contido em sua potencia de estar/experimentar no mundo, ainda que esta se dê em um traçado errante, indisciplinado, não normatizado, mas não necessariamente perigoso.

Em relação à qual seja o tipo dessa medida, percebemos uma extensa zona de confronto em relação ao sentido de sua aplicação: É uma sanção penal ou educativa?

Como a política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei por autoria de ato infracional é baseada na Proteção Integral e não em um código Penal, esse confronto seria apaziguado pela resposta: Se eles não respondem a um Código penal, então a sanção não é penal.

Ocorre que a Medida Socioeducativa faz parte do Sistema de Justiça<sup>37</sup>, portanto é uma norma jurídica. Todavia, como faz parte de uma legislação pautada na proteção integral que prevê uma política de atendimento socioeducativo, e não uma política criminal, que prevê a retribuição penal de um crime cometido pelas pessoas com mais de dezoito anos, tendo-se em vista que o Estatuto não trata de crimes, mas de atos infracionais, pensa-se, de maneira não conclusiva que seja uma sanção com caráter socioeducacional.<sup>38</sup>

Digo de maneira não conclusiva, pois existem duas correntes de pensamento em relação à aplicação das medidas socioeducativas no Brasil, conforme pude observar no I Seminário Estadual sobre Medidas socioeducativas do Rio de Janeiro.<sup>39</sup> Uma que diz sobre uma justiça penal juvenil, colocando o sistema de responsabilização dos adolescentes autores de ato infracional como um sistema baseado em um direito penal especial, alegando que dessa maneira teriam seus direitos garantidos, e outra que diz sobre uma justiça juvenil, que coloca a responsabilização desse adolescente baseada em um direito não penal, mas em uma legislação específica, o Estatuto, que é uma lei de proteção, que por já ser garantidora de direitos, não precisa do direito penal.

“Medida Socioeducativa não é pena, tem que ter caráter pedagógico! Tem que ter caráter pedagógico para que possa interferir nesse momento de processo...”

(Diário de Campo. Fala de professor do Curso DEGASE, 21.07.10)

Percebe-se então a existência de certa polêmica quanto ao tipo das medidas. Os adolescentes autores de ato infracional, realmente já são protegidos por uma Lei, que é o Estatuto, pois como já

---

<sup>37</sup> A regra brasileira é a de que esse atendimento seja ligado à Secretaria de Justiça, ou até mesmo de Assistência Social, no entanto, no Estado do Rio de Janeiro, ele é ligado à Secretaria de Educação.

<sup>38</sup> A esse respeito consultar: Justiça Juvenil- A visão da ANCED sobre seus conceitos e práticas, em uma perspectiva dos Direitos Humanos, São Paulo, 2007.

<sup>39</sup> Seminário realizado pelo Novo DEGASE, na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 29 e 30 de novembro de 2010.

dito, é uma lei de proteção. A suposta necessidade das garantias processuais penais supõe estratégias de imbricações de campos do saber, que se dão mais uma vez para o controle dessa parcela da população baseadas em posições endurecidas, como a “menorista”, que tratava (trata) esses adolescentes como “menores infratores”. Tendo em vista que essa nomenclatura é amplamente utilizada, apesar do Estatuto a ter abolido<sup>40</sup>, percebemos que a abolição de uma nomenclatura pejorativa e distintiva como esta não se dá simplesmente pelo advento de uma lei, mas pela implementação de um conjunto abrangente de políticas que viabilizem espaços de encontro com possibilidades para o novo. No caso desses meninos, que são chamados de “menores infratores”, já com o Estatuto vigente há vinte e um anos, podemos pensar que estão diante dos mesmos discursos menoristas que os percebem como tais.

Quando falamos dessas concepções, falamos de um tensionamento entre práticas penais e práticas de proteção que compõem um campo de forças em luta. É a concepção de poder em Foucault, para ele, “... a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência.” (FOUCAULT, 1993, p.214). Para o autor, portanto, o poder não é algo que possa ser do domínio de alguém e nem está localizado em um determinado lugar, mas se caracteriza pela circulação em rede de forças que estão sempre em luta. Luta essa que penetra no corpo social de modo capilar.

Esta concepção de funcionamento do poder permite uma microanálise deste campo de forças e a percepção de que toda luta é uma relação destas forças, pois, se o poder penetra todo o corpo social, não há nada que escape a esse funcionamento, sendo que, neste caso, as resistências a um tal funcionamento não virão de um outro lugar que não seja do interior mesmo deste funcionamento. É uma maquinação, é produção.

A concepção do poder como exercício, possibilita pensar, no caso das medidas socioeducativas, que a constante luta entre penalização e proteção na aplicação das mesmas, seja o “grande trunfo” para uma eventual mudança nas práticas de atendimento aos jovens que as cumprem, pois a tensão existente nesse campo de forças não permite a cristalização das medidas socioeducativas como dispositivos penais somente, mas sim a manutenção de discussões que sirvam como dispositivo para a produção de um campo de possibilidades.

---

<sup>40</sup> Apesar do ECA em nenhum momento utilizar a expressão “menor” ou “menor infrator”, mas criança e adolescente, o senso comum, a mídia e até mesmo alguns profissionais ligados à assistência à infância e adolescência ainda utilizam essa expressão. “Acabamos de assistir o vídeo ‘A construção de um Estatuto que saia do papel é responsabilidade de toda sociedade.’ E fico pensando o quanto isso é difícil, o quanto é difícil que algumas coisas sejam superadas, porque até mesmo aquele ‘cara’ que é engajado na questão da proteção dos adolescentes falou no vídeo ‘Juiz de menores’, e eu fico pensando: se isso aconteceu com ele a ponto dele falar em um vídeo desses, quanto mais com a sociedade, de quem se quer o apoio! Talvez o menorismo esteja mais enraizado do que pensamos. Talvez ele esteja ramificado em nosso próprio quintal” (Diário de Campo, Curso DEGASE em 23.06.10)

A tensão existente entre o exercício de práticas penais e protetivas no cumprimento das medidas socioeducativas permite que se proponham problematizações a respeito desse atendimento, por isso a discussão penal/protetiva está para além de se chegar a um suposto lugar de verdade sobre as medidas, mesmo porque, para Foucault a verdade não é algo absoluto, mas “*um conjunto de procedimentos regulados para a produção*” estando ligada “*a sistemas de poder, que a produzem e apóiam...*” (FOUCAULT, 1993, p.14).

Desse modo, pensamos que um caminho de possibilidades não se dá pela afirmação de uma prática penal ou protetiva, de maneira definitiva, sem questionamentos ou problematizações de seus modos de fazer, pois que esse operar pode se tornar uma prática endurecida, fechada, que se ampare nessa suposta verdade, como um pensamento acomodado para os profissionais que operam essas práticas.

Pensamos que a construção desse caminho, que busca mecanismos que implementem novos feitos de fazer por entre as práticas penais e as protetivas, seja, este sim, um caminho para que esses profissionais operem fazeres diferentes, agenciando-se nos encontros<sup>41</sup> com os jovens que cumprem as medidas e não com as regras somente, porque estas “*são feitas para servir a isto ou àquilo*”(FOUCAULT, 1993, p.25) e, no caso, têm servido à manutenção de um estado de coisas, o qual se pretende seja problematizado e não mantido da maneira que está.

Assim, o campo tensional existente no “entre” dessas práticas deve pulsar pela problematização das alianças que se estabelecem e que se desfazem a cada contexto histórico. Dessa maneira as forças em luta, que estão sempre em movimento, serão um dispositivo de abertura e de produção do novo.

Tendo trabalhado o conceito de medida, passamos agora a discorrer sobre um outro conceito: a socioeducação.

“A medida socioeducativa tem caráter educativo. Tem que se levar em conta o caráter socioeducativo dessa medida. O conceito de socioeducação é práxis e não pratica. A práxis (...) propõe um trabalho social reflexivo

(Diário de Campo. Fala de professor do Curso DEGASE, 04.08.10)

“Socioeducação: ‘O conceito de socioeducação, ou educação social (...) destaca e privilegia o aprendizado para o convívio social e para o exercício da cidadania. Trata-se de uma proposta que implica uma nova forma do indivíduo se relacionar consigo e com o mundo’. (Cadernos do IASP-

---

<sup>41</sup> No segundo capítulo falaremos a respeito do investimento nos encontros e não somente naquilo que já está formatado em relação às práticas de atendimento aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Instituto de Ação Social do Paraná- Pensando e Praticando a Socioeducação – Curitiba, 2007. p. 19)<sup>42</sup>

Essa foi a definição de socioeducação dada pela professora. Logo após ela disse: ‘O Estado nos contrata para disciplinar. Quando os adolescentes entram no sistema, eles não têm limites. Se ele está no sistema é porque a figura do pai se perdeu.’(?!)(...) ‘Quando vocês falam de uma liberdade vigiada, no caso da Liberdade Assistida, por exemplo, fala-se de uma disciplina. De uma disciplina que o leve a exercer sua cidadania para fazer escolhas de forma mais consciente para que se engaje, por exemplo, em uma escolha de forma mais responsável’(?!)(...) ‘Falamos de uma educação que transcende à educação formal, mas que transmite valores’(?!)(...) ‘Devemos pensar: quem é esse adolescente? Porque se vemos nesse adolescente um bandido, temos possibilidade de mudança?(?!). É um adolescente imediatista, que não consegue colocar em palavras o que sente. É um adolescente como qualquer outro adolescente.’

Acabamos de ouvir sobre o que seja a socioeducação, e os comentários subsequentes à apresentação do conceito. Vários operadores fizeram suas colocações. Operadores de todos os municípios se manifestaram diante do conceito de socioeducação, da proposta de uma educação que ‘transcende a educação formal’, que ‘privilegia o aprendizado para o convívio social e para o exercício da cidadania’. Creio que tenha sido um quadro muito bonito para uma realidade que não se pinta com as mesmas cores.

Expressões como exercício e novas formas de se relacionar, a meu ver supõem outras entradas que não a da falta... do pai, por exemplo! Ou de limites... Quais são os limites os quais devemos supostamente “dar” para que uma outra pessoa faça escolhas “responsáveis”? Em que estará baseada esta escolha? Nos valores de quem? Que tipo de ferramenta é utilizada aí? A que corta, ou a que suporta?

(Diário de Campo, Curso DEGASE em 29.09.10)

As medidas socioeducativas fazem parte, portanto, de um sistema de responsabilização para os adolescentes que estão em conflito com a lei por autoria de ato infracional, o sistema socioeducativo. Percebe-se que este sistema é produtor de verdades, por intermédio inclusive, de falas como as transcritas acima, que falam da falta<sup>43</sup> de um pai como causa da infração, por exemplo, ou da falta de limites, ou mesmo da necessidade da disciplina imposta por esse sistema. Disciplina

---

<sup>42</sup> “O trabalho socioeducativo, nesse sentido, é uma resposta às premissas legais do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como às demandas sociais do mundo atual. (...) A opção por uma educação que vai além da escolar e profissional está intimamente ligada com uma nova forma de pensar e abordar o trabalho com o adolescente.” (Cadernos do IASP- Instituto de Ação Social do Paraná- Pensando e Praticando a Socioeducação – Curitiba, 2007. p. 21, in: <http://www.mp.go.gov.br>, acesso em 29.09.10)

esta a qual, supostamente, venha a ser instrumento para “escolhas responsáveis” por parte dos jovens, além de transmitir valores, tidos como corretos, advindos de um determinado saber.

Em relação às tais escolhas “mais conscientes” ou “mais responsáveis” pensamos que discursos amparados em um certo saber também se fazem presente, pois que as tais escolhas conscientes ou responsáveis se dão em meio a um sistema de gestão e controle de modos de existir que faz com que essas escolhas cheguem até nós de forma laminada. Ou seja, no sistema contemporâneo de produção de capital, consumimos escolhas como consumimos modos de vida.

De acordo com MACIEL JUNIOR (2005) as escolhas são impostas pelos saberes. Para esse autor o complexo saber-poder “*é o que condiciona as alternativas imaginárias implantadas em nosso horizonte de expectativas*” (MACIEL JUNIOR, 2005, p. 54). Ou seja, se as alternativas são produzidas em nós, teremos oportunidade de escolher somente dentro daquilo que nos é imposto ou permitido, entre o que é possível somente, sendo este possível determinado “*sob a forma de um projeto que venha garantir a melhoria ou a continuidade de uma maneira de ser já estabelecida culturalmente.*” (MACIEL JUNIOR, 2005, p. 54)

A produção de verdades acerca dos jovens que cumprem medidas socioeducativas, a partir de um saber estabelecido por uma cultura hegemônica, e não pela análise das condições sócio-históricas que o levaram à prática do ato infracional, os coloca no lugar daqueles que devem escolher, a cada vez mais, um futuro que lhes seja possível, como por exemplo, a reincidência na prática da infração.

A não observância do fato de que nessa reincidência, esse jovem possa estar tentando produzir algo diferente, que não somente a repetição do mesmo, não o coloca no lugar daquele que faz desvios produtivos, que possam ser vistos como tentativas de movimentos em um mundo capitalista que lhe impõe escolhas já determinadas, como o envolvimento em atividades ilegais de qualquer instância, como o tráfico de drogas, por exemplo.

Perguntamo-nos aqui, se essa reincidência não seria mais uma ilusão “re”<sup>44</sup>, já que, ao pensarmos que na reincidência da prática do ato infracional, este jovem possa estar na busca por escapes por uma linha de fuga que o leve a lugares outros, ainda que à primeira vista pelo mesmo caminho, qual seja a infração. Em sabendo que este mesmo caminho é somente uma expressão, pois que um caminho não é nunca o mesmo, podemos pensar que a ilusão se dê pela percepção desta reincidência tomada somente pela negatividade, e não pela percepção de que pode estar se dando aí

---

<sup>44</sup> Como já sugerido anteriormente, a esse respeito consultar, BAPTISTA, V. M. Adeus às ilusões “Re”, In: COIMBRA, C.M. B., AYRES, L. S. M., NASCIMENTO, M.L (org), “PIVETES” *Encontros entre a Psicologia e o Judiciário*, Curitiba: Juruá, 2008.



um processo de busca por outras formas de ser a partir daquilo que é proposto. Ou seja, diferença na repetição.

Nesse ponto preferimos afirmar uma estética que fale daquilo que é potente para a criação e não do que é castrador ou despotencializador. Preferimos pensar a reincidência como sendo “ilusão”, não no sentido de apontar aquilo que supostamente tenha dado “errado”, mas que fale daquilo que funcione como dispositivo produtor de diferença, positivando a reincidência na medida em que aponte para essa tentativa de buscar o diferente, pois “*no próprio dispositivo saber-poder é possível resistir e criar práticas de liberdade que engendrem um outro tipo de escolha.*”(MACIEL JUNIOR, 2005, 54) Escolha esta que restitua possibilidades a esse jovem que é uma potencia infinita, afinal, nunca se sabe o que pode um corpo. (SPINOZA, 2009)

Ao pensarmos na produção dessas verdades em um sistema coercitivo, que ao se referir à transmissão de valores supostamente corretos em detrimento daqueles tomado como incorretos advindos dos jovens que cumprem medidas, percebemos um pareamento discurso/práticas, que supõe uma “educação bancária”<sup>45</sup>.

Na definição de socioeducação proposta por uma professora do curso fala-se em “práxis e não prática”, o que supõe que a socioeducação tenha caráter, não de efetuação de uma teoria, prática, mas de transformação de uma realidade, práxis. Percebemos que aí se estabelece um campo de tensão entre essa produção de verdades endurecidas e a possibilidade de passagem à uma linha mais flexível que se dê pela experimentação de diferentes modos de fazer no atendimento aos jovens que cumprem as medidas.

A socioeducação como práxis, num funcionamento sempre experimental e não endurecido, poderia ser o dispositivo de produção de escapes nessa lógica coercitiva de contenção e assujeitamento, operando por “violência à violência” (FOUCAULT, 1993, p.25), pervertendo regras e utilizando-as a favor de um investimento em bons encontros e não somente na manutenção dessa mesma lógica cristalizada.

### **3. Das Instituições Totais às práticas de controle no contemporâneo**

---

<sup>45</sup> A esse respeito ver: FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. Segundo FREIRE (1983), a educação bancária, é um tipo de educação na qual aqueles que se julgam detentores do saber o “depositam” naqueles que deste sejam desprovidos. É uma forma de transmissão de conhecimento que se alicerça em princípios de dominação e domesticação, sendo uma concepção de educação que, por não incentivar análises críticas, acaba por reprimir atividades transformadoras da realidade. Uma educação libertadora, de outra maneira, é um tipo de educação na qual a relação com o conhecimento se dá por um envolvimento educador-educando que visa o diálogo e não a opressão do “depósito” do saber do educador no educando desprovido do mesmo. Por estimular análises críticas, afirma um caráter transformador da realidade. A práxis seria, por esse ponto de vista, um fazer diferente, um fazer transformador. Segundo LOURAU (1999) uma educação libertária experimenta “*novas formas de educação e pedagogia*” com idéias “*antiautoritárias e antidogmáticas em matéria de saber científico*”(LOURAU,1999, pp. 167,168)

“A prática de internação que se iniciou nos leprosários, continuou nos manicômios e nos presídios, que são ‘Instituições Fechadas’ e criam um exército de inimigos dentro da sociedade.” (Diário de Campo, Fala de professor do Curso DEGASE em 14.07.10)

“... moderar, animar, corrigir, esta massa de caracteres onde começa a ferver o fermento das inclinações (...), não é o estudo dos rapazes a minha preocupação... É o caráter” (Pompéia, 2009, p.19).

“De joelhos... Não há perguntar; é o Franco (...) [o pai] mandou-o para aqui com uma carta em que o recomendava como incorrigível, pedindo severidade. (...) Três anos havia que o infeliz, num suplício de pequeninas humilhações cruéis agachado, abatido, esmagado, sob o peso das virtudes alheias mais que das próprias culpas, ali estava...” (POMPEIA, 2009, p. 23)

“... Franco (...) andava adoentado desde a última vez que fora à prisão.

Embaixo da casa. Fazia-se entrada pelo saguão cimentado dos lavatórios; sentia-se uma impressão de escuro absoluto; para os lados, a distância, brilhavam vivamente, como olhos brancos, alguns respiradouros gradeados daquela espécie de imensa adega. O chão era de terra batida, mal enxuta. Impressionava logo um cheiro úmido de cogumelos pisados. Com a meia claridade dos respiradouros habituando-se a vista, distinguia-se no meio uma espécie de gaiola ou capoeira de travessões fortes de pinho. Dentro da gaiola um banco e uma tábua pregada, por mesa. Sobre a mesa um tinteiro de barro. Era a cafua. (...) De espaço a espaço, galopava um rato no invisível; às vezes vinham subir às pernas do condenado os animaizinhos repugnantes dos lugares lóbregos. À soltura surgia o preso, pálido como um redivivo, espantado do ar claro como de uma coisa incrível. (...)

Franco saiu doente. (...) Devorou-o por semanas um febre ligeira, mas insipiente (...). Um dia não pôde levantar-se. (...) (POMPEIA, 2009, p.122)

Encontrei-o mal. (...) Procurei o diretor e comuniquei-lhe meus terrores.

No dia seguinte, um domingo alegre, Franco estava morto. (POMPEIA, 2009, p.123)

(...)

O *Ateneu* revelou-se-me (...) conhecia-o agora intolerável como um cárcere... (POMPEIA, 2009, p.92)

“- Lembro muita coisa! Eu era muito castigada lá! Apanhava muito! Fui com nove meses e saí com seis anos, porque eu fugi! Se a gente não fizesse o que eles queriam, eles deixavam a gente de castigo no milho, no feijão... Tinha palmatória também, eu mostrava minha mão (...). Tinha também castigo de ficar sem comida, sem almoçar... Brinquedo só tinha pra tirar retrato quando ia reportagem. (...) De noite iam uns ‘caras’ lá e mexiam com as meninas mais velhas. Era quase todo dia isso. Ninguém fazia nada, diziam que não sabiam quem era.” (Diário de Campo, 15.08.10. T.V. Ex- interna do Educandário Vista Alegre em Alcântara)

“... a tranca tem aspecto sujo e fétido, além de ser desprovida de qualquer ventilação. É um lugar escuro, quente e abafado. O ambiente é completamente degradante. E o mais impressionante: todas as informações prestadas pela diretora em exercício foram dadas com absoluta naturalidade.

Os adolescentes informaram a existência de ratos no local...” (CFP/OAB, 2006, p.95)

Os textos acima quer se refiram a um colégio interno descrito na literatura brasileira, a um educandário ou a uma unidade de internação para cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade para adolescentes em conflito com a lei, nos dão um bom exemplo do que sejam instituições fechadas, as instituições totais, pois que a lógica dessas instituições é a mesma, seja essa instituição um colégio interno ou uma prisão.

Práticas de educação, docilização, punição operam por um entrelaçamento que propicia a que se proponha a “pegadinha” de Foucault, (FOUCAULT, 2009) ao descrever o funcionamento de uma determinada instituição sem dizer de antemão que instituição era essa, mas propondo a que se “adivinhasse” qual era somente pela descrição de suas práticas. O desfecho: pode ser qualquer uma! O competente entrelaçamento entre as práticas institucionais propicia a que se pense estar descrevendo o funcionamento de um hospital, de uma fábrica, escola, prisão, ou mesmo... de uma unidade de internação para cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade para adolescentes autores de atos infracionais.

A emergência de instituições totais ou fechadas (GOFFMAN, 2005), como manicômios ou prisões, se deu em aliança a um discurso que se propunha disciplinar uma parcela da população, dita como “fora da norma”. O controle do espaço, do tempo e dos corpos deveria ser otimizado para obtenção de melhores resultados (controle/docilização), de maneira a que uma equipe composta por um número reduzido de funcionários pudesse vigiar uma grande quantidade de pessoas<sup>46</sup>. Estabelecimentos são planejados em conformidade a essa idéia, possuindo extensos corredores com grandes alojamentos, espaços comuns para o exercício de atividades físicas ou laborais, refeitórios, banheiros em comum, além de outras estratégias para docilização desses corpos, como deslocamento

---

<sup>46</sup> Gostaria de salientar nesse ponto, que em se tratando do sistema socioeducativo, as equipes de profissionais também parecem “cumprir a medida”, devido às condições de trabalho a que estão expostas. Isso pode ser observado no documentário Brasil 8.069 (Brasil 8.069- Documentário: cor: 24 min. Rio de Janeiro, Brasil, 2008. Direção: Dafne Capella) e também pela fala de uma técnica de unidade de internação registrada no diário de campo dessa pesquisa: “A gente trabalhava no corredor e era um meio fechado e vigiado. O corredor era muito escuro e quando dava quatro horas da tarde já não deva mais para se enxergar nada! Quando foram consertar o corredor a gente foi para debaixo da árvore... Há até uma brincadeira no sistema de que a gente cumpre medida socioeducativa...” (Diário de campo, curso DEGASE, 29.09.10)

em grupo e em formação de filas, horário predeterminado para atividades como acordar, comer, tomar banho e dormir, dias e horas marcados para recebimento de visitas.

O termo “instituições fechadas ou totais” se dá em virtude de haver um total rompimento com atividades desenvolvidas extramuros, já que, na maioria das vezes, os estabelecimentos de internação eram rodeados por altos muros, e os que lá viviam, deles raramente saíam.

A partir dessa caracterização do que sejam instituições totais, percebe-se que outras instituições, além dos manicômios e das prisões surgiram, a partir do século XIX, seguindo a mesma lógica de disciplina e vigilância. Leprosários, educandários, colégios internos, orfanatos, reformatórios, fábricas, casernas. São instituições que pelo controle do tempo, dos corpos e pela desqualificação de todo um conjunto de saberes daquelas pessoas, na tentativa de incluí-las em um sistema normalizador, acabam por empreender um verdadeiro sequestro<sup>47</sup> em suas vidas, pois como não há o contato extramuros, espera-se que os internos, assimilem a norma institucional disciplinar.

Do meu período de trabalho no abrigo trago a lembrança de alguns jovens os quais se queriam ver “bem longe”, porque eram “indisciplinados”, “davam muito trabalho”. Eram meninos que, mesmo estando abrigados sob uma lógica institucional que não contempla singularidades ao tentar enquadrar todos sob uma mesma conformidade disciplinar, buscavam conexões que os mantivessem ligados com algo que não calasse neles as suas mais diferentes maneiras de estar no mundo, uma vez que muitos, pela maneira como viviam antes do abrigo, desenvolveram estratégias singulares<sup>48</sup> de sobrevivência.

---

<sup>47</sup> Foucault denomina as instituições de internamento do século XIX como instituições de sequestro, pois que não operam por exclusão do círculo social, somente excluindo aquele indivíduo de conduta marginal, como no século XVIII, mas funcionam incluindo as pessoas em um sistema normalizador ligado a aparelhos de produção. A esse respeito consultar: FOUCAULT (2009)

<sup>48</sup> Guattari (1993) fala a respeito da singularização, como sendo um processo que se dá de maneira revolucionária a uma subjetividade capitalística, por meio da afirmação de outras maneiras de ser, que não aquela simplesmente consumida que leve à serialização. Nesse ponto refiro-me a jovens que, de maneira criativa, tentavam ser e estar no mundo de modos diferentes daqueles impostos por uma instituição de disciplina e controle, o abrigo, operando por micro-revoluções um processo de construção do ser que por muitas vezes era percebido como “rebeldia”. Por muitas vezes eu, enquanto profissional “psi” era convocada a “mostrar” àqueles jovens que “o caminho que estavam tomando não iria dar em bom lugar”. “O que quer dizer isso?”, era o que eu pensava... “Matar aula pra jogar bolinha de gude, se reunir pra ver “revista de mulher pelada”, ou fugir para namorar seria algo tão ruim assim?” Alguns meninos e meninas da comunidade próxima insistiam em realizar atividades após a aula, como vender balas no sinal, catar latinhas, ou ficar na rua até tarde, apesar de toas as orientações para que não o fizessem. Acontece que tinham sempre várias histórias a contar. Algumas eram sobre a família, algumas sobre o tráfico, outras sobre brincadeiras na noite... pareciam gostar da maneira como viviam, apesar de ouvirem que aquele modo de vida “não iria dar em um bom lugar”. O que eu poderia falar àqueles meninos? Como poderia eu saber “aonde” iria dar aquele caminho, se o caminho ainda se construía e poderia tomar qualquer rumo? Era uma questão moral, que julgava as ações daqueles meninos como erradas. Não me encaixava naquele pensamento. Percebia que muitos daqueles meninos estavam felizes com o que faziam... não se “encaixavam” no modelo aluno ou abrigado “bonzinho”, mas estavam felizes com suas trabalhosas “revoluções”. O que eu poderia falar àqueles meninos? “Meninos! Vocês estão errados por estarem felizes!” Na maioria das vezes a gente conversava e ria. Algumas vezes eles choravam, mas logo depois saíam pulando. Estavam construindo suas vidas como “obra de arte”, escolhendo encontros que aumentassem sua potência, e que os deixassem felizes. Às vezes tinha castigo, às vezes não. Percebia que para eles valia a pena. Era singularização, enfrentamento e criação. Naquele momento, para mim, eram meninos sendo felizes. O

Era comum, portanto, que tivessem vontade de se encontrar com antigos amigos, ou mesmo com pessoas de suas famílias<sup>49</sup>, fossem os que vendiam produtos no sinal, fossem os que ainda moravam nas suas comunidades de origem, os que catavam papelão ou latinhas, ou os que tivessem outras mais variadas formas de existência, o que vez por outra ocasionava pequenas evasões. Evasões para encontros. Evasões para reencontros. Evasões para afirmação de um modo de ser que não se pretendia esquecer...

Quando retornavam: a disciplina, as ameaças.

Esses meninos e não só esses, mas qualquer um que se desviasse das “normas” do abrigo, eram constantemente ameaçados com alguns nomes que lhes chegavam repletos de significados: Padre Severino, ESE e Santos Dumont ( para as meninas)<sup>50</sup> eram os fantasmas que assombravam e ameaçavam aqueles meninos nos momentos de “indisciplina”.

Em muitas ocasiões eles falavam de como seria estar “lá dentro” e falavam de acordo com as muitas narrativas que ouviam. O que ouviam? Sobre um universo de apartamento social, em que os internos ficavam por muito tempo, na maioria das vezes, longe de suas famílias e amigos, além de estarem constantemente, segundo seus relatos, sujeitos a torturas e punições. Não me recordo de ouvir daqueles meninos um relato sobre alguém de seu conhecimento que houvesse estado “lá dentro” que lhes contasse histórias sobre encontros potencializadores de novas conexões com novos modos de estar no mundo. Quando saíam de lá retornavam para os modos de vida conhecidos. Colegas, amigos, primos, irmãos, que tivessem passado por tais instituições narravam episódios de desrespeito e violência os quais eram vívidos na maneira de falar daqueles meninos que em certo momento expressavam certo “pressentimento” de que poderiam eles também estar “lá dentro” um dia.<sup>51</sup> Na verdade, o próprio discurso da instituição “previa” isso.

---

que o saber “psi” poderia “mostrar” àqueles meninos? Era o que me perguntava. Eu estava feliz, ocupando aquele lugar de “suposto saber”? Era o que me perguntava. Talvez fosse eu quem precisasse tomar a linha a fuga que me levasse a outros lugares.

<sup>49</sup> Lembro-me de uma menina que era da Baixada Fluminense, mas que havia sido abrigada em Niterói. A mãe e o irmão a visitavam, mas não com a frequência desejada, porque segundo a mãe, a despesa com transporte frequente para Niterói era algo que estava fora de seu alcance. Era nítida a existência de um forte vínculo afetivo entre a menina que estava abrigada e esse irmão. Lembro-me de como sempre ficavam tristes na hora da despedida. Em certa ocasião ela evadiu-se do abrigo, foi para a Baixada e de lá trouxe o irmão. Os dois ficaram morando em Niterói fora do abrigo, na rua... Estavam juntos. Certa vez os vi andando pela rua abraçados... sorridentes...

<sup>50</sup> Instituto Padre Severino (IPS), o “Padre”, está localizado na Ilha do Governador, no município do Rio de Janeiro. É uma unidade de internação provisória. O ECA prevê um tempo de internação provisória que não ultrapasse 45 dias, no entanto já foram registrados casos de meses de espera. Segundo informações colhidas no “Curso DEGASE”, atualmente esse tempo limite de internação provisória tem sido respeitado. O Educandário Santo Expedito (ESE) é uma unidade de internação localizada no complexo penitenciário de Bangu, e o Educandário Santos Dumont (ESD), é uma unidade de internação, provisória ou não, destinada exclusivamente à internação de adolescentes do sexo feminino. Ambos estão localizados na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>51</sup> O documentário Brasil 8.069 se inicia justamente com a narrativa de um jovem que era abrigado, fugiu e estava naquele momento internado em um unidade de internação.

O que na verdade queria dizer esse “lá dentro”?

Segundo Erving Goffman (2005), estar “lá dentro” só faz sentido se tomado em contraponto a estar “fora”. Penso nessa expressão, portanto, em contraponto ao abrigo, que é uma instituição na qual os meninos estão sob tutela, mas utilizam-se de toda uma rede de atendimentos públicos, como escolas e postos de saúde. Podem participar de instituições religiosas ou de clubes de escoteiros, por exemplo. Estar “lá dentro” significava, para eles, estar totalmente isolado, longe de qualquer contato com a realidade social. Significava que não teriam mais a liberdade de andar pelas ruas, mesmo que em trajetos demarcados como, escola-abrigo, posto de saúde-abrigo, etc. Não teriam liberdade inclusive de optar por pequenas fugas como em muitos casos faziam, uma vez que estando “lá dentro” não estariam mais abrigados, mas internados em uma instituição totalmente fechada a contatos sociais. Estariam presos.

“O adolescente que está nas unidades de internação tem os direitos análogos ao que está em um abrigo. ’ Foi o que disse uma técnica de Unidade de Internação. Pedi que me explicasse que direitos são esses, porque são estabelecimentos e instituições diferentes. Ela me disse: ‘Direito de não ser torturado! Direito a uma cama, roupa limpa, saúde, educação... ’ (...) Logo após a fala da professora: ‘Sanção disciplinar é ter um pau pra dar ‘porrada’ e chamar de ECA? Sanções disciplinares, como: cabeça baixa, mão pra traz, olhar para o teto... isso é tortura! Muitas sanções podem não ser ‘porrada’, mas são tortura! A questão das celas, dos corredores enormes é uma estratégia de docilização dos corpos. Muitos dos adolescentes que estão internados precisam realmente é de um atendimento terapêutico. Não medicalização, mas uma psicoterapia.’ (...)” (Diário de Campo, Curso DEGASE, em 11.08.10)

Como surgiram então essas instituições fechadas e a que finalidade se propõem, para além da internação?

Recorremos à Foucault na tentativa de entender o cruzamento de práticas que se atualizam e se entrelaçam em contextos históricos político-econômicos, com finalidades próprias de produção de várias formas de homens, sejam elas: corpos sujeitados no período da soberania, corpos dóceis e produtivos na disciplina.

Foucault coloca que “o direito de vida e de morte” era um dos atributos fundamentais da Soberania, ou seja, na teoria clássica da Soberania, o soberano exercia direito sobre a vida de seus súditos, na medida em que podia matá-los. O soberano tinha o direito de deixar que seus súditos vivessem, ou fazer com que morressem.

Com o advento da industrialização e explosão demográfica, à soberania escapavam possibilidades de vigilância ao nível do detalhe e do controle das massas. Duas “acomodações”

conforme nos diz Foucault (2005), se fizeram necessárias para tentar dar conta disso, uma no final do século XVII, início do século XVIII, a Disciplina e a outra já no final do século XVIII, o Biopoder.

A disciplina com seu aparato de vigilância e treinamento incidiu sobre os corpos dos indivíduos, distribuindo-os em estabelecimentos/instituições como a escola, a caserna, a fábrica, a prisão. Espaços fechados, nos quais se saía de um, entrava no outro. A idéia era de compartimentação. No entanto, uma acomodação mais sutil dos mecanismos de poder se fez necessária, sendo que desta feita o que se intentava não era uma vigilância no nível dos detalhes, o objetivo era atingir as massas, num controle por regulamentações, com fins ao equilíbrio da população.

O biopoder não consiste em fazer morrer e deixar viver, é um poder que intervém para que se faça viver e se deixe morrer.

A disciplina, portanto, desenvolve técnicas de poder “anátomo-políticas” centradas no corpo do homem. Com a finalidade de aumentar sua utilidade para a produção, este deveria ser vigiado, treinado e até punido. A distribuição espacial dos corpos a fim de vigiar uma grande quantidade pessoas ao mesmo tempo, era um modo de se exercer a vigilância da maneira menos onerosa possível.

O Biopoder desenvolve a biopolítica, um tipo de poder voltado para o homem-espécie. A massa global constituída por esses homens apresenta processos gerais que devem ser regulados por instâncias de controle com medições estatísticas como taxa de mortalidade, aferições demográficas, controle de natalidade o que possibilita certa intervenção sobre esses fenômenos com a finalidade de otimizar os efeitos econômicos e políticos relativos à essa massa de homens e não propriamente de se pensar em seu “bem estar”.

Note-se, porém que uma tecnologia de poder não exclui a outra. Há como que uma concomitância, ou melhor, uma integração entre seus aparelhos tecnológicos e suas práticas. Como não há exclusão entre essas duas tecnologias (ainda que a própria soberania não tenha de todo sucumbido), faz-se necessário que haja um elemento que circule entre elas. Um elemento que incide sobre o corpo do homem e sobre a população é a “norma”, a qual opera ao mesmo tempo vigilância e regulamentação, além de já trazer em si mesma a possibilidade de punição em face de seu descumprimento.

Entendemos então que o biopoder é o poder político que tem como objetivo a manutenção da vida. Mas que vida? A vida regulamentada. Não somente o homem disciplinado para produzir mais e mais para o capital, mas uma população de homens “normalizados”, homens “normais” segundo uma regulação prévia, que não leva em conta singularidades, mas coloca a todos em um processo de “gadização”, que além de ter um efeito neutralizador, não deixa de operar, produzindo

marcas, porque justamente despotencializa o homem em sua potência inventiva. É como diz Zé Ramalho em “Admirável Gado Novo”<sup>52</sup>:

“Vocês que fazem parte dessa massa  
Que passa nos projetos do futuro  
É duro tanto ter que caminhar  
E dar muito mais do que receber...  
E ter que demonstrar sua coragem  
À margem do que possa parecer  
E ver que toda essa engrenagem  
Já sente a ferrugem lhe comer...  
Êh!  
Vida de gado  
Povo marcado e  
Povo feliz!  
Lá fora faz um tempo confortável  
A vigilância cuida do normal  
Os automóveis ouvem a notícia  
Os homens a publicam no jornal...  
E correm através da madrugada  
A única velhice que chegou  
Demoram-se na beira da estrada  
E passam a contar o que sobrou.  
O povo foge da ignorância  
Apesar de viver tão perto dela  
E sonham com melhores tempos idos  
Contemplam essa vida numa cela...  
Esperam nova possibilidade  
De verem esse mundo se acabar  
A Arca de Noé, o dirigível  
Não voam nem se pode flutuar”

À funcionalidade da produção disciplinar que não pode parar, se aliam modos consumíveis de estar no mundo, regulados por uma norma burguesa de capital e consumo.

Esse poder regulador de modos de vida é um poder que se pretende ao prolongamento da vida, que “faz viver” por meio de uma série de intervenções, mas que também exerce o direito de “deixar morrer”.

---

<sup>52</sup> Referência à música de Zé Ramalho “Admirável Gado Novo”, composta no final dos anos de 1970. O título é uma referência ao livro de Aldous Huxley “Admirável Mundo Novo”, que retrata uma sociedade composta por indivíduos biológica e socialmente controlados, os quais aceitam as condições a que são submetidos sem contestação. A sociedade descrita por Huxley vive o equilíbrio homeostático tão ansiado pelo Biopoder. As pessoas que não faziam parte daqueles que haviam sido “criados” de acordo com esse condicionamento genético-social, viviam em lugares afastados da sociedade e eram chamados de “selvagens”.



Sendo uma tecnologia de poder que trata de massa, de populações, a quais populações se dirigem esse direito de deixar morrer? Por meio de quais mecanismos?

Bem, para que o biopoder exerça esse direito de deixar morrer, (funcionamento do poder do soberano, pois como já dito a soberania não se extinguiu de todo), é preciso que literalmente se deixe que alguns morram. Para que isso se efetue, necessário se faz a introdução de um mecanismo de eliminação de todo aquele que não está em conformidade com a norma regulamentadora. Foucault, (1999), introduz o conceito de “racismo”

Esse “racismo” em Foucault não é só o que trata da etnia, mas de toda uma técnica de poder que legitima formas diversas de deixar morrer, ou melhor, é condição essencial de aceitabilidade para que se deixe morrer nesse poder de manutenção da vida, que é o biopoder. E não só isso: ele diz quais os que devem viver e quais os que devem morrer. Desse modo, introduz no Biopoder a idéia de que a morte de alguns, sendo estes os que se desviam por serem/estarem “anormais”, vai deixar a vida dos homens-gado-regulados bem melhor.

Portanto, a aspiração a um tipo de funcionamento homeostático da sociedade permite que o direito de deixar morrer o conjunto daqueles que incomodam seja legitimado por intermédio do racismo, um mecanismo que deixa morrer por meio de diversos tipos de mortificações todo aquele que interfere nesse equilíbrio homeostático, sejam os doentes mentais, os pobres, os presos porque pobres, enfim, os “inimigos” do biopoder.

No contemporâneo o inimigo é personificado: jovem, morador de favelas e periferia e em sua grande maioria negros. Não é à toa que seja esse o perfil da população carcerária no Brasil.<sup>53</sup>

A essa personificação do inimigo, corresponde ainda um conceito, o de periculosidade. A suposta periculosidade que se atribui à população pobre leva a que seja orquestrado todo um aparato tecnológico de contenção dessa população.

A prática de internação em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade, ou seja em meio fechado, é a estratégia de contenção eleita, em maior escala,

---

<sup>53</sup> “Uma pesquisa realizada em 2002 pelo Ministério da Justiça e pelo IPEA traçou o perfil dos jovens que estavam em unidades de internação (...). Entre esses adolescentes, 90% eram do sexo masculino, 76% tinham entre 16 e 18 anos, 63% não eram brancos (e, destes, 97% eram afrodescendentes), 51% não frequentavam a escola, 90% não concluíram o ensino fundamental, 49% não trabalhavam, 81% viviam com a família quando praticaram o ato infracional, 12,7% viviam com famílias que não possuíam renda mensal, 66% eram de famílias com renda mensal de até dois salários mínimos e 85,6% eram usuários de drogas.” Entrevista fornecida à Folha de S. Paulo no dia 17 de fevereiro de 2007 por Karina Sposato, diretora executiva do Instituto latino-americano das Nações Unidas para prevenção e tratamento do delinquente (ILANUD) (Conforme <http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br>). O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, estando à sua frente somente Estados Unidos e China. Segundo informa o site, o número de presos aumentou 37%, contando o sistema carcerário brasileiro com 494.598 presos. (Conforme <http://noticias.terra.com.br>, matéria veiculada em 28 de setembro de 2010)

para contenção dessa população de jovens pobres e “perigosos”, e como o próprio nome já diz, se dá em instituições totais... para proteção... da sociedade.

As instituições totais operam aquilo que Goffman (2005) chama de mortificação do eu. Esse processo se inicia justamente com a entrada do jovem no estabelecimento de privação de liberdade, quando é colocada entre ele e o mundo “lá fora” uma barreira: o lugar onde residia, os amigos, suas redes sociais, tudo isso fica “lá fora”. Não obstante a isso, seus pertences são recolhidos, o cabelo é raspado, lhe é entregue um uniforme e lhe é atribuído um número, pelo qual passará a ser nomeado dali em diante pelos agentes de disciplina.

Podemos pensar que o fato de chamar os jovens internos pelo número ao invés do nome, se remeta ao fato de que, nesses estabelecimentos, somente números é o que eles são. Números que podem ser contabilizados somando ou subtraindo...

Em conversa com a coordenadora de uma ONG ligada aos Direitos Humanos, que trabalha junto aos meninos, esta contou-me que em certa ocasião um jovem que cumpria medida de internação em unidade fechada lhe perguntou: “\_ Vem cá... A gente não tinha que ser chamado pelo nome?”<sup>54</sup>

Uma característica das unidades de internação, à semelhança das instituições totais, é o fato de que todas as atividades, escolares, esportivas, atendimento médico, odontológico, cursos profissionalizantes, quando existem, são desempenhadas no interior dos estabelecimentos. Essas unidades de internação para cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade se constituem, por sua arquitetura e por sua lógica, em verdadeiras prisões.

Ora, à prisão contemporânea já não se atribui a função de ressocializar, reabilitar ou reformar o homem para sua utilização como mão de obra para o trabalho, como a prisão do século XVIII e XIX, uma vez que, no mundo globalizado não há trabalho formal para essa grande quantidade de encarcerados. Formalmente desempregados e supostamente perigosos<sup>55</sup>, a melhor estratégia que se coloca é a de que permaneçam na prisão-depósito até que ali mesmo se cumpra a lógica de deixar morrer.

Além desse processo de mortificação que despotencializa corpos e processos de singularização, a prisão atual tornou-se crescente indústria lucrativa. Quanto mais presos, maior a necessidade de prisões, maior mercado terceirizado, maior chance de privatização do sistema

---

<sup>54</sup> O documentário Brasil 8.069, que acompanha da rotina de jovens em uma unidade fechada, fala dessa nomeação por números, inclusive em determinado momento o jovem, que “para o DEGASE” é “101”, fala de sua apreensão e de como foi agredido nesta ocasião.

<sup>55</sup> “*Quais são as técnicas de obediência obrigatória que podem funcionar contra as multidões crescentes que não têm e não terão emprego? A resposta está na fabricação de medos tangíveis e na construção de um gigantesco sistema penal.*” (BATISTA, V. M. 2001, p.09) A esse respeito consultar também Coimbra, C.M.B., Monteiro, A., Filho, M.M (2006) e NASCIMENTO (2005)

carcerário.<sup>56</sup> Vale lembrar a máxima predestinação para os jovens que cumprem medida socioeducativa: um dia certamente “irão parar em algum presídio...” alimentando assim essa indústria crescente.

Não obstante a que pareçam prisões na arquitetura e em seu funcionamento, as unidades de internação devem oferecer condições de atendimento para cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade de acordo com o artigo 94<sup>57</sup> do Estatuto, que trata das obrigações das unidades que desenvolvem programas de internação.

Com o objetivo de avaliar se essas prescrições estariam de fato sendo observadas, em 2006, precisamente no dia 15 de março, foi realizada uma “Inspeção nacional às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei”, de forma simultânea, em vinte e dois estados brasileiros, além do Distrito Federal.

A inspeção foi realizada em parceria entre as Comissões de Direitos Humanos e Criança e Adolescente do Conselho Federal de Psicologia e da Ordem dos Advogados do Brasil. O relatório da inspeção aponta como invariância nos estabelecimentos de privação de liberdade para adolescentes em conflito com a lei *“a significativa constatação de que o ideal socioeducativo do regime persiste, de fato, ainda como ideal”* (p.08) e *“... ainda que com relatos diferenciados, o retrato que emerge desta Inspeção Nacional é de uma realidade muito semelhante: unidades superlotadas, projetos arquitetônicos semelhantes a presídios, presença de celas fortes e castigos corporais, ausência ou precariedade dos projetos socioeducativos...”* (p.14)

O relatório fala ainda de ociosidade, má alimentação e da falta de privacidade nos banheiros, de atividades profissionalizantes, de atividades pedagógicas, de higiene por precariedade de material, inclusive com relação aos uniformes, enfim uns “cem números” de aspectos não observados em relação ao artigo 94do Estatuto, mas que estão em consonância às estratégias de mortificação proposta a esses jovens, uma vez que, como já dito, não se propõe à operar ressocializações, reeducação, ou qualquer uma dessas ilusões “re”, pois não se opera recuperação por intermédio de exclusão e rompimento de vínculos sociais.

---

<sup>56</sup> No Brasil ainda não há uma política de privatização dos estabelecimentos carcerários, no entanto, em países como os Estados Unidos, por exemplo, onde se empreendem campanhas de “Guerra contra o crime” nas quais um grande número de pessoas são presas, fazendo com que a população carcerária aumente em grandes proporções, o Estado tem optado por um regime de privatização do sistema carcerário sob o argumento de que, além da falta de espaço em seus estabelecimentos, serão oferecidos melhores serviços em estabelecimentos construídos e administrados por empresas privadas, o que, supostamente, geraria menores custos para os cofres públicos. As taxas de crescimento da indústria carcerária, nos Estados Unidos, colocam-na junto aos setores de ponta da economia americana. A *“Corrections Corporation of America”*, fundada em 1983, responsável por prisões em 19 estados e no estrangeiro (Porto Rico, Austrália e Inglaterra) tem uma cifra de negócios que cresce 40% ao ano. A prática de encarceramento nas prisões passa a ser vista, portanto, como um negócio gerador de lucro. . (Wacquant, 1999)

<sup>57</sup> O artigo 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente encontra-se no Anexo I, ao final desse trabalho.

Como exemplo dessas instituições totais, gostaria de tomar o Educandário Santo Expedito (ESE), um dos lugares de terror no imaginário daqueles meninos do abrigo...

“As situações mais conflituosas acontecem lá no ESE. Ele é o antigo Muniz Sodré e tem estrutura de carceragem. Os meninos foram colocados lá em caráter provisório que virou eterno! Os meninos cumprem a medida socioeducativa no Complexo Penitenciário de Bangu!”

(Diário de Campo. Fala de professor do Curso DEGASE, 04.08.10)

“O ESE já está condenado pelo Conselho de Direito do Estatuto. Fica em Bangu. É assim: primeiro vem o Talavera Brucci, que é um presídio feminino, depois vem o ESE, depois os ‘Bangus’. Quando eu fui trabalhar no ESE, ele havia sido depredado. As condições de atendimento eram assim: a parede era dessa cor! ’(Apontou para a tela de uma TV que estava desligada) ‘Era tudo escuro! Havia uma escola lá dentro, mas não havia atividades na escola... Os pedagogos não podiam escrever nos relatórios que embora houvesse a escola, ela não funcionava. O que poderiam escrever era que os adolescentes não aproveitavam.’

(Diário de Campo. Fala de professora do Curso DEGASE, 22.09.10)

O “Educandário” iniciou suas atividades em 1997, em caráter provisório de internação, recebendo meninos vindos da Escola João Luiz Alves<sup>58</sup>, a qual passaria por reformas após uma rebelião. Esse caráter provisório, no entanto, tornou-se permanente, pois o ESE continua funcionando até hoje. Como o prédio havia sido construído para ser um presídio, o Muniz Sodré, sua estrutura está em conformidade com parâmetros arquitetônicos de estabelecimentos prisionais e não com os de unidades para atendimento socioeducativo. Os meninos estavam, portanto, no “presídio” Muniz Sodré. Ocorre, que após o término da reforma da Escola João Luiz Alves, os adolescentes que estavam no então Muniz Sodré, não só não foram remanejados pra lá, como a própria instituição, com sua estrutura carcerária foi acoplada ao DEGASE para atendimento de medidas socioeducativas, com o nome de Educandário Santo Expedito.

---

<sup>58</sup> “\_Por que se chama ‘Escola’ João Luiz Alves?’ Perguntei pro S. Ele respondeu: ‘\_Porque essa instituição é um dos prédios mais antigos do Sistema. Não era uma Unidade de Internação pra Medida Socioeducativa, era uma escola mesmo, um colégio pra todos os jovens que eram internos da antiga FUNABEM, não era só para os ‘infratores’ (‘infratores’ entre aspas, é claro!). Mudou a partir da década de setenta.’

‘\_Deixou de ser uma escola pra virar prisão... Agora é uma unidade prisional com cela e tudo!’

‘\_É, foi descaracterizada ...’ falou o S.. Fico pensando: Uma escola a menos... uma unidade de Internação a mais...”  
(Diário de campo, entrevista com o senhor S., ex-diretor do DEGASE, em 09.11.09)

Apesar de mobilizações para seu fechamento, ele continua funcionando até o presente momento <sup>59</sup>.

Uma dessas mobilizações foi um ato público, justamente em prol de seu fechamento, realizado no dia 01 de dezembro de 2009, no qual a professora Esther Maria de Magalhães Arantes (UERJ e PUC- Rio) encerra sua fala da seguinte forma:

“... compreendo também que o momento é oportuno para resgatarmos o caráter socioeducativo no atendimento aos adolescentes e as adolescentes em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro, endossamos por fim, a resolução do Conselho Estadual da Criança, para o fechamento do Educandário Santo Expedito, por não atender esses parâmetros mínimos preconizados pela legislação brasileira.”

Não obstante a essas citações, gostaria ainda de utilizar partes do texto de um cartão-postal, onde se lê:

“Rio, 2008: No Educandário Santo Expedito, dois jovens morreram vítimas da violência de agentes. São 220 internos- mais de 5 vezes seu limite. Muitos já têm 20 anos.

Rio, 2009: O governador Sérgio Cabral insiste em manter o Educandário Santo Expedito aberto, apesar das denúncias e evidências. Hoje passa por “reformas”, entre elas o reforço nas grades.”(Postal do Projeto Legal, veiculado como parte da campanha para o fechamento do ESE)<sup>60</sup>

A que serve a manutenção dessa lógica carcerária no atendimento socioeducativo apesar de todo um “clamor” de uma parcela da sociedade pedindo seu fechamento?

Talvez a resposta esteja entremeada a uma outra pergunta: De qual parcela da sociedade vem esse clamor? Das mães e pais pobres que têm seus filhos torturados ou mortos nessa unidade? Da academia? De trabalhadores que crêem que um outro tipo de atendimento pode ser oferecido para esses jovens? Estávamos todos lá no Ato Público: As mães que perderam seus filhos, a academia, os profissionais... o ESE, no entanto, continua funcionando. Unidade Fechada de depósito-exclusão-mortificação-lucro.

---

<sup>59</sup> Resolução n°. 12/2007, determinava o fechamento do Educandário Santo Expedito no prazo de 30 dias. A resolução data de maio de 2007, porém até o momento ainda não foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o que se faz necessário para o início da contagem do prazo para o cumprimento da deliberação. O Projeto de Lei que institui o programa de desativação da unidade é o PL 3215/2010, apresentado em julho de 2010, conforme [www.institutoagora.org.br](http://www.institutoagora.org.br)

<sup>60</sup> Segundo a Empresa de Obras Publicas do Estado do Rio de Janeiro, EMOP RJ o Educandário passará por uma reforma com custos de R\$ 253.729,13, que privilegiará a parte de iluminação. (Conforme <http://www.emop.rj.gov.br>)

Como citado acima. O Santo Expedito é palco das “situações mais conflituosas”.

Em episódios recentes, no ano de 2008, houve uma morte no interior dessa unidade, atribuída à violência por parte dos agentes e em 2009 repetiu-se o episódio de violência. Transcrevo aqui parte de um relatório que fala justamente desse episódio de 2009:

“(…) Vimos por meio deste comunicar a todos que compõe o Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, situações vivenciadas na última semana por adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de internação no Educandário Santo Expedito (ESE). (…)

Segundo relato das mães, no dia 05 de novembro, todos os adolescentes que estavam no ESE foram retirados dos alojamentos e colocados no pátio da instituição, lá permaneceram nus por ordem dos agentes, de meia noite até por volta das cinco ou seis horas da manhã do dia seguinte, sob a justificativa de que os adolescentes estavam planejando uma rebelião.

As mães ressaltaram que os jovens foram obrigados a permanecer sentados no corredor molhados e despidos sem poder olhar para trás, sob a ameaça de ‘madeirada no rosto’(sic). Dentre as agressões físicas sofridas e relatada s pelas mães destacamos que um adolescente teve a mandíbula quebrada.

Além disso, todas as mães com as quais tivemos contato relatam que os adolescentes apanharam dos agentes e suas roupas só foram devolvidas na sexta-feira dia 06 de novembro. (…)

Comunicaram ainda às suas mães que foram humilhados, espancados e acusados de estarem armados, bem como foram obrigados a comer sem talher, com os braços para trás. Evidenciando situações vexatórias.” (Relatório sobre violações de direitos de adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, Organização de Direitos Humanos Projeto Legal, dezembro de 2009.)

O Educandário Santo Expedito continua funcionando para atendimento de medidas socioeducativas, operando procedimentos de cárcere ali mesmo, onde desde a construção a lógica pensada foi a de punição. Concordamos com o que diz o Relatório da Inspeção Nacional: “*Não deveria ser economizado esforço para abolir, na medida do possível, a prisão de jovens.*” (CFP/OAB, p.10), aliás, abolidas deveriam ser todas as formas de aprisionamento para qualquer pessoa, em qualquer idade.<sup>61</sup>

Em relação à rotina das unidades de internação, gostaria de citar partes do Diário que falam do estranhamento dos operadores do meio aberto em relação a essa rotina de mortificações:

“Hoje, em virtude dos assuntos levantados na aula, sugeri à professora que assistíssemos o DVD Brasil 8.069, o qual trata da rotina de uma unidade de internação. No período da tarde a primeira atividade foi a exibição do DVD.

---

<sup>61</sup> A esse respeito ver: Passetti, (2006).

Vinte e quatro minutos. Um período relativamente curto, mas denso e provocador, justamente pelo que foi apresentado: a rotina dos internos.

Durante a exibição o silêncio, recortado somente por expressões de desaprovação.

É interessante ver em um vídeo o que alguns agentes de disciplina já comentaram comigo em conversas que tivemos. As falas dos agentes, os meninos algemados, o camburão... Está tudo ali naquele DVD! Tudo o que já ouvi de pessoas que, ao falarem comigo, pareciam se lamentar. Pareciam não saber como fazer de outra forma o que sempre haviam feito. Pareciam estar... presas.

Na primeira conversa que tive com um agente de disciplina conversamos sobre aqueles que estavam presos. Os que estavam presos atrás das celas e os que estavam presos fora delas, mas dentro da mesma instituição: prender meninos; dentro do mesmo estabelecimento: unidades de internação.

Naquele dia observei que ele se ressentia pelo despreparo com que se deparou no trato com os meninos. 'Não tive nenhum curso, nenhum treinamento, nada! De repente eu estava lá dentro.'

Durante a apresentação do DVD pude perceber que a maioria dos operadores que fazem o curso se mostrou surpresa com o que ocorre nas Unidades de Internação. Estão acostumados ao "descaso" dos gestores em relação aos projetos para os meninos, (tanto que chamam os atendimentos de "falácia"), mas no DVD tiveram a chance de observar, além desse descaso, uma dose acentuada de violência no trato com estes.

Na verdade, falar de punição ou de posturas violentas nas unidades de internação ou semiliberdade não é falar de uma personificação, como se os agentes de disciplina fossem os grandes culpados por toda tortura aí existente, vejo mais como o produto de um funcionamento.

Os agentes passam por situações difíceis e são muito pouco preparados para essas situações. A maioria desconhece o que consta no ECA, além da não existência de uma infraestrutura que os ajude no trato com os meninos, os quais logicamente estão nervosos por estarem presos (estão presos em pequenas celas, em muitas vezes em condições insalubres). E os agentes, por sua vez também se põem nervosos, por esse mesmo motivo: estão ali dentro também, lidando com presos.

Penso que quando se fala em punição deve-se pensar em questões mais amplas do que "maus agentes de disciplina". Questões historicamente construídas. O agente e o jovem que cumpre a medida estão inseridos nesse funcionamento. Eles produzem e são produzidos nas/pelas práticas que operam (os agentes) e nas que, a eles (aos jovens), se operam.

Em relação ao descaso com as medidas em meio aberto, como a LA e a PSC, parece que quem se "põe nervoso" são os operadores. A liberdade vigiada imposta aos meninos que cumprem essas medidas se torna, segundo o que eles (os operadores) dizem, em 'nada'.

'Quando os meninos andavam no camburão, que faz cinquenta graus, eles chegavam vomitando. Foi o que disse uma professora que já trabalhou em unidade de internação.

(Diário de Campo, curso DEGASE, 28.07.10)

“Acabamos de assistir o filme Querô. O filme conta a história de um menino que mora em Santos e vai para a FEBEM, onde se depara com humilhações, violência, agressões. O filme retrata a realidade das Unidades de Internação com bastante realidade, mostrando episódios de violência, como o esfaqueamento de um agente, o estupro do personagem principal e sua permanência em uma solitária junto às baratas.

Querô foge, busca outros caminhos que não os da infração, mas é capturado pela corrupção de um policial, que lhe cobra certo ‘pedágio’ para continuar livre.

É a segunda vez que é mostrado aos operadores do sistema para medidas em meio aberto, como é a realidade de unidades fechadas, mas esse filme especificamente, mostra além disso, a dificuldade para se estabelecerem novas conexões para aqueles que já passaram pela internação.

Uma coisa interessante é que durante o filme as pessoas pensam que aquele menino vai acabar morrendo, porque no decorrer do filme ninguém consegue enxergar outra saída para ele. Agora mesmo, após o filme os comentários: ‘\_Eu pensei que aquele menino tinha que morrer, porque senão ia ser o quê? Ia ser uma desgraça sem fim!’ ‘\_ Ah! Eu pensei que ele ia ficar crente!’

Comentários de operadores de um sistema que atende ‘Querôs’ todos os dias expressam que as possíveis saídas para o personagem eram: acabar morrendo, ou mesmo encontrar um escape pela via da religião, da Igreja, mas nenhum deles pensou que essa via de escape poderia vir do sistema no qual operam... Senão a Igreja (e esse pensamento se dá porque, no filme, em algum momento o personagem vai à Igreja) a morte seria o fim/escape/saída daquele personagem. O que isso pode sinalizar?

Na parte da manhã alguém falou que ‘No sistema socioeducativo, trabalhamos com adolescentes que perderam totalmente a crença na instituição. Eles cometeram um ato infracional, tem que ter uma punição, mas isso não justifica tortura. Quando cumprem a medida socioeducativa já estão sendo punidos com a perda da liberdade. Nada justifica a violência. É difícil para qualquer um que esteja naquele lugar, que não se descreia de tudo. É difícil para qualquer um de nós... ’ (...)

‘a medida de internação e a semiliberdade parecem ser somente punitivas. A LA e a PSC parecem não ser nada!’

Agora, ouço expressões de descrédito como: ‘\_Se for daquela maneira que vimos no filme, na verdade não há medida socioeducativa!’

Acontece que é da maneira como vimos no filme. Vários trabalhos acadêmicos, relatórios, inspeções, livros, atestam isso.

O sistema socioeducativo opera punindo. A educação é como uma máscara. Eles estão ali para serem punidos. E os operadores? Por que estranharam os enlacs do filme? Por que pensaram que a saída para aquele menino era a morte? Do que o sistema não dá conta? Ou será que dá conta exatamente do que se propõe dar, qual seja uma mortificação daqueles corpos e de todos os fluxos que passam ali.

Comentários como esses feitos hoje pela manhã, ‘É difícil para qualquer um que esteja naquele lugar, que não se descreia de tudo. É difícil para qualquer um de nós... ’ demonstram a dificuldades desses corpos, a mortificação para eles também, a falta de investimento que se dá a eles também. Despotencialização que se opera por ser difícil ‘que não se descreia de tudo’. O que fazer?



Como dar passagem a fluxos instituintes de novas práticas em meio a essa despotencialização? O investimento do Sistema seria justamente nisso? Despotencialização?

Os operadores estão ali numa pontinha de iceberg junto aos meninos. Percebe-se um certo investimento na despotencialização dessas vidas, tanto nas dos meninos quanto nas dos operadores, pois para que haja produção e é preciso haver investimento.

Acho que isto é uma questão fundamental, porque mostra as condições de trabalho em que vivem os operadores, os técnicos, os agentes. Acho que isto já aponta para um modo de funcionamento desse sistema...

Na verdade, e isso sim me causa certo estranhamento: eu também pensei, durante o filme, que a única saída para aquele menino seria a morte. 'Adeus às Ilusões 'Re''! (pois que participo de um curso para operadores do sistema socioeducativo, que propõe capacitar pessoas para operar nesse sistema, nos municípios onde estão os 'Querôs', uma 'ressocialização')

Enquanto escrevo, M., que foi diretora de Unidade de Internação, conta a história de um menino de uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro, que viu um cavalo andando pelas ruas da cidade e 'descuidadamente' nele montou.

O cavalo estava sem cela, mas seu descuido não se refere a isso. Como o menino era de uma região interiorana e morava no campo, tinha facilidade em montar a pêlo. Ocorre que o cavalo, que estava solto pelas ruas da cidade, era de uma pessoa proeminente, que acusou o menino que passeava a pêlo no cavalo, de tê-lo roubado.

Esse menino do interior, que, descuidado em pensar de quem poderia ser o animal solto, se divertia montando um cavalo que encontrou sem cela pelas ruas, que tinha habilidade de montá-lo à pêlo porque era de uma zona rural, e que não percebeu que se metia em uma 'furada' por fazer algo 'errado', ou seja, montar em um cavalo solto na rua (!), foi mandado para o Educandário Santo Expedito, unidade de internação. Não era um ladrão de cavalos, era um menino que se divertia... Não fazia parte de nenhuma facção, mas viveu dentro de uma... Vivia livre... descuidado... mas foi punido por seu descuido. Foi preso."

(Diário de Campo, curso DEGASE, 11.08.10)

A partir de Aguiar (1997), em seu texto "Movimentos Sociais: Armadilhas e escapes na Sociedade de Controle", interessante se faz pensar sobre os movimentos sociais e a produção de escapes na sociedade de controle, uma vez que o Estatuto foi fruto de mobilizações populares, justamente advindas desses movimentos, cito como exemplo o MNMMR ( Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua).

Tendo em vista que, em termos de práticas, muito do que se percebe hoje no atendimento dispensado aos jovens que se encontram em conflito com a lei por terem cometido algum tipo de ato infracional, seja muito parecido com aquele dispensado durante contextos históricos anteriores como período imperial, início do período republicano, estado novo, ditadura militar. Concordamos com a autora quando coloca que "*As dificuldades em avançar, a partir da novidade daqueles movimentos,*

*talvez esteja na manutenção de uma certa lógica, de uma forma de representação, que compactua com o modo de subjetivação hegemônico” ( AGUIAR, 1997, p.98)*

A sociedade contemporânea se auto-modula e assim se constrói/reconstrói a todo o momento por movimentos de captura daquilo que possa instituir novos modos de ser e estar no mundo, novos modos de viver. Assim, nada é perdido, tudo é capturado, tudo funciona para o crescimento do grande sistema de capital que possibilita a emergência de uma subjetividade hegemônica: o modo de subjetivação capitalístico, aquele que nada quer perder, mas com tudo quer lucrar.

A hegemonia de certo modo de produção de subjetividades não é algo que se dá de maneira linear, mas se engendra pela conjunção de discursos e práticas num entrelaçamento que favorece o fortalecimento de determinadas relações de forças. Dessa maneira, o poder não se localiza em um lugar, pois que é relacional, é microfísico, se constitui/institui em rede.

Deleuze (1992) fala de forças de controle que se anunciam logo após a Segunda Guerra mundial, uma sociedade de controle na qual o controle se dá a “céu aberto”. Como se dariam as possibilidades de resistência a um poder auto-modulador que se distribui por entre todos os lugares?

Nesse ponto, retornando ao título do texto de Aguiar (1997) pode-se perguntar se as atuais práticas de atendimento aos jovens em conflito com a lei, mesmo aliançadas às práticas instituídas em contextos históricos diferentes, trazem em si o fôlego instituinte de novos modos de estar em contato com esse universo? Ou somente reproduzem de forma atualizada o já existente? Tendo em vista que podemos levar em conta para contextualizar determinada época, o conjunto de suas práticas e que tratamos aqui do atendimento aos jovens em questão, podemos pensar que este, desde o início do Império, no Brasil, se dá de maneira muito semelhante: exclusão, depósito, coação, confinamento, com a finalidade de vigiar e regular, por intermédio de punição e controle, para expansão de um determinado modo de produção ou mesmo extermínio. Tudo isso pensado na proteção, como já dito da sociedade.

A preocupação social em se livrar dos indesejáveis pode ser facilmente observada em situações e contextos sociais diferentes, e no contemporâneo, como sendo produto dessa mesma subjetividade capitalística. Em pé de página Aguiar (1997) nos brinda com a seguinte explicação: *“Em um conselho de classe de uma escola pública de nossa cidade, a diretora, para expressar a necessidade de ser encontrada uma solução para o problema dos ‘alunos indesejáveis’, fez a seguinte observação: ‘Gostaria do esforço de todos os professores para encontrar uma forma de eliminar esses alunos’” (p.93) Lembro-me dos “indesejáveis”, do abrigo...*

Os jovens “indesejáveis” do capitalismo são indesejáveis porque, por modos de vida que contrariam um modo de ser/estar normatizado, infringem regras estabelecidas pela hegemonia

dominante, mas são “desejáveis” na medida em que, por não se adequarem a esses padrões a eles estabelecidos, tornam-se parte constituinte de toda uma economia de mercado necessária a essa mesma hegemonia, além de contribuir para a expansão/construção de diversas formas de especialismos e programas governamentais eleitoreiros, os quais necessitam justamente dos “indesejáveis” para se tornarem necessários. Como já dito anteriormente, quando a funcionalidade já não se dá mais pela manutenção de corpos dóceis, esses se tornam em corpos descartáveis e toda uma lógica de manutenção/extermínio se mantém pela mortificação, na conjugação punição/educação.

Assim sendo, toda uma organização/reorganização de modos de controlar essa população de “indesejáveis”, todo um aparato técnico/ institucional foi sendo construído no Brasil para dar conta da melhor gestão desses corpos que são necessários para alimentar a lucrativa indústria carcerária, mas que ao mesmo tempo são descartáveis, uma vez que o capitalismo como que gera uma multidão de possíveis encarcerados, a população pobre sujeita a esse tipo de punição pelo poder penal.

Ora, qual é a característica daquilo que é descartável? No dicionário encontramos a definição de descartar: “1- Rejeitar (a carta de baralho que não serve), 2- Jogar fora após o uso, 3- Livrar-se de pessoa ou coisa importuna.” (Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993) Concluindo-se que essa população de indesejáveis são aqueles que são jogados fora após o uso, podemos pensar que além dessa característica, uma outra também necessária àquilo que é descartável, é que se encontre em quantidade. Por conta disso todo um sistema de gestão para produção desses corpos descartáveis é necessário.

Nessa pesquisa, tomamos por recorte o sistema socioeducativo, sabendo-se, no entanto, que este é somente uma, das muitas engrenagens desse engenhoso sistema de produção.

Por conta dessa participação em um sistema de produção, que não pode deixar de alimentar sua própria máquina produtiva, é que pensamos o sistema socioeducativo como mantenedor de uma lógica de punição e controle em detrimento de uma lógica socioeducativa no atendimento aos jovens “indesejáveis”, agora já não mais em uma escola, já que esta tentou se livrar deles.

O controle a “cúcu abeto” é sutil e modulador. A lógica de vigilância e controle, que antes se operava dentro das instituições fechadas, se estende hoje a todo o campo social, mas de modo refinado, consumível. É uma estratégia de dominação que não destrói, mas transforma rápida e continuamente todas as coisas, desde produtos até subjetividades. É um modo de funcionamento do poder que não deixa nada de fora, mas opera a captura de tudo o que possa gerar lucro.

Tomando as várias possibilidades de modulação da sociedade de controle é que penso na municipalização do sistema socioeducativo em meio aberto como mais uma estratégia de controle dessa população de jovens que não precisam mais estar encarcerados para estarem diante dos mesmos discursos a que sempre estiveram submetidos. Ou seja, a pretensão atual de municipalizar

atendimentos, delegando aos municípios a tarefa de atender os meninos que receberam medidas de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade, medidas socioeducativas em meio aberto, na verdade seria uma forma atualizada de controle dessa população, que continuaria sujeita ao “deixar morrer” do Biopoder, visto que muito pouco realmente se realiza no sentido de propiciar que estejam frente à invenção de possibilidades de mudança em suas vidas e não somente frente à velha manutenção de possíveis.

Como forjar práticas que instaurem possibilidades?

As possibilidades de mudança existem enquanto virtualidades a serem buscadas, ou melhor, as possibilidades para o novo se dão em meio ao encontro com o novo. Dão-se em meio a encontros... Se esses encontros são do mesmo modo barrados, as possibilidades também serão. Resta aos meninos aquilo que sempre fizeram: *“Sabem quem é o menor infrator? É o abandonado surpreendido na luta pela sobrevivência. (...) E nós vamos dar o que pra este menino?”* (ARANTES, 2005. p. 69)

O atendimento municipalizado das medidas socioeducativas em meio aberto não se constitui em novidade, pois é previsto pelo Estatuto. O que chama a atenção é a maneira como ele tem se dado.

Na proporção em que o Estatuto é flagrantemente desrespeitado no atendimento ao regime fechado, um outro nível de desrespeito acontece quando o atendimento se dá em Meio Aberto.

De qualquer forma, falamos de desrespeito e do quanto esse desrespeito pode ser uma estratégia de produção, já que, mesmo após vinte e um anos, o Estatuto ainda não foi totalmente implementado como prática<sup>62</sup>.

Para que se pretenda operar certa mudança nesse estado de desrespeito a essa lei, em 2006, a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA) que é uma Subsecretaria ligada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), publicou um projeto de

---

<sup>62</sup> “Segundo o advogado e presidente da Fundação Criança de São Bernardo do Campo, Ariel de Castro, as medidas socioeducativas de maneira geral são mal aplicadas no Brasil, havendo uma tendência excessiva à internação dos adolescentes, mesmo em casos de atos infracionais cometidos sem uso de violência. ‘Diante da dita comoção popular, o Judiciário tem se curvado à pressão da opinião pública e aplicado a internação como a principal medida e não como exceção, conforme prevê a Lei’, avalia. Castro lembra que o Poder Judiciário e o Ministério Público não são os únicos responsáveis pela aplicação inadequada das medidas. Ele afirma que grande parte dos programas de atendimento socioeducativo em meio aberto – executados por prefeituras e organizações não governamentais (ONGs) – está em situação precária de funcionamento. ‘O ECA prevê a municipalização das medidas em meio aberto há 21 anos e mesmo assim a maioria das cidades lamentavelmente não possui esse tipo de serviço’, explica.” (Conforme [noticias@girasolidario.org.br](mailto:noticias@girasolidario.org.br))

lei que se propunha a operar um redirecionamento das políticas socioeducativas, na direção de um atendimento de natureza pedagógica, além de priorizar o atendimento em meio aberto. Esse projeto de lei é o SINASE, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

#### 4. O SINASE

“Estou no curso de Capacitação para Operadores do Sistema Socioeducativo assistindo uma aula sobre o SINASE.

Segundo a professora, esse projeto foi fruto de várias reuniões e discussões de pessoas envolvidas e comprometidas com o respeito dos direitos humanos para os meninos que cumprem as medidas.

Fico impressionada com o SINASE falar tanto em projeto pedagógico, porque, afinal, tem que ser assim mesmo (penso eu!), porque o nome é “medida socioeducativa”... Acontece que essa aula de hoje, incrivelmente boa, chega a me causar uma profunda inquietação, aquele tal “nervoso” que os operadores falam... porque fala de coisas que seriam realmente muito boas para os meninos, mas... o que disso tudo acontece realmente? Não sei... mas, acho que muito pouco... quase nada!

Em relação ao contexto situacional de emergência do SINASE, percebe-se que o ECA ainda não estava consolidado, mesmo já tendo, em 2006, dezesseis anos de vigência! Como a professora já o disse, e disse bem, vivemos tempos de criminalização das populações pobres, o que, certamente interfere na efetivação dos direitos previstos no ECA no caso dos adolescentes autores de ato infracional, já que provém, em sua grande maioria, dessa população.

‘ - O atendimento aos adolescentes em conflito com a lei continua ocupando espaço secundário diante de outros dilemas da infância e juventude. ’ Falou a professora.

Isso eu já havia percebido desde que iniciei a pesquisa em outubro do ano passado, pois de todas as vezes em que fui ao CMDCA ( e não foram poucas!), somente agora, em junho, é que obtive alguma informação sobre o assunto.

Ela nos disse ainda, que existem Diretrizes Pedagógicas do SINASE, com ‘prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios, ou seja: não somente punir.’

(Diário de Campo, curso DEGASE, 14.07.10)

O SINASE é, portanto, um projeto de lei construído com a participação de órgãos governamentais e não governamentais, que versam sobre o tema do atendimento oferecido aos adolescentes autores de ato infracional. Uma vez que esses atendimentos já são regulamentados pelo Estatuto, após alguns anos, percebeu-se a necessidade de um documento que viesse ordenar essas ações, haja vista a permanência de desrespeitos, mesmo na vigência desta Lei.

O enfrentamento às situações de violência e o descumprimento de preceitos pedagógicos foram pontos levantados por comissões que se reuniram durante anos para a formulação desse documento que tem por objetivo a sistematização de um atendimento socioeducativo sustentado em bases pedagógicas.<sup>63</sup>

Gostaria de citar dois princípios do atendimento socioeducativo preconizado pelo SINASE, os princípios norteadores dez e doze, que se relacionam à política de atendimento do ECA:

Princípio nº 10: Fala de incompletude institucional, que se caracteriza pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, conforme artigo 86 do ECA.

A incompletude institucional aponta para a necessidade de um conjunto de ações governamentais e não governamentais no atendimento à juventude, bem como no atendimento às medidas socioeducativas, o que quer dizer que o adolescente que cumpre medida socioeducativa não pode deixar de utilizar-se de todo o conjunto dessas políticas públicas. Uma rede integrada de serviços deve ser estabelecida e integrada ao atendimento à juventude como um todo. Essa mesma rede, que inclui cuidados com a saúde, educação, profissionalização, etc., portanto, deve ser utilizada pelo jovem que está em cumprimento de medida socioeducativa,

Princípio nº12: Municipalização do atendimento, conforme o artigo 88, inciso I do ECA

A municipalização visa o fortalecimento do contato familiar junto ao adolescente que cumpre medida socioeducativa, além da participação da própria comunidade de origem daquele jovem. Contribui desse modo para o enfraquecimento das práticas de internação, o que supostamente leva à inadequação da construção de um maior número de Unidades com esse fim.

Municipalizando-se as medidas em meio aberto, como a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade e tendo-se em vista um atendimento em rede, com a implementação do SINASE, o que se busca é que os jovens que cumprem essas medidas tenham maior oportunidade de inserção nessa rede de serviços.

Percebe-se, portanto, que o SINASE institui novas maneiras de atendimento aos jovens em conflito com a lei, as quais não estariam mais em concordância com uma lógica punitiva, ainda que ele seja responsabilizado pela “infração”, mas com uma lógica educacional com ênfase em modelos pedagógicos de atendimento municipalizado, por acreditar no protagonismo não só do Estado, mas

---

<sup>63</sup> A partir da proposta do SINASE, a União ficará responsável por coordenar a Política Nacional de Medidas Socioeducativas, bem como oferecer aporte financeiro aos estados e municípios. Aos estados caberá a execução de medidas de privação de liberdade, que são cumpridas nas unidades de internação (UIs) e semiliberdade, que são cumpridas nos Centro de Recurso Integrado de Atendimento ao Adolescente (CRIAADs). No RJ o órgão responsável por esses atendimentos em meio fechado é o DEGASE e os municípios serão responsáveis pelos atendimentos às medidas de liberdade assistida (LA) e prestação de serviço à comunidade (PSC), que são realizadas pela equipe técnica dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

também da família e da comunidade local desse jovem, que foi apreendido e que não deve necessariamente ser afastado desse convívio durante o processo de cumprimento da medida.

Creio que as questões que caibam aqui se relacionem diretamente a tudo o que já temos visto até então: novas modalidades de controle. Uma nova gestão dessa população que não participa dessa rede de atendimentos, mesmo antes de fazer parte do sistema socioeducativo, visto não fazer parte do sistema de proteção integral e sim da máquina de produção de lixo descartável.

Lembro-me que durante as aulas do Curso de Capacitação para Operadores eu sempre pensava: “O ECA já existe há vinte anos e ainda não se faz presente como deveria. Agora é preciso um documento para que ele seja cumprido. Daqui a pouco vai ser preciso um documento pra se fazer cumprir o documento, que foi construído para que a Lei se cumprisse!”

“Quando o ECA foi formulado não havia um documento orientador para o atendimento socioeducativo. O SINASE, que é bem recente, dá orientações para esse atendimento (...) Ainda não é o sistema que está descrito no ECA! A gente tem um grande desafio pela frente, que é implementar as medidas socioeducativas de acordo com o ECA e agora com o SINASE.”

(Diário de Campo. Fala de professor do curso DEGASE, 04.08.10)

A produção do medo, aliada ao conceito de periculosidade da população pobre, promove um aumento da esfera penal em detrimento da social, e um recrudescimento em ações, como por exemplo, os choques de ordem ou a política de combate ao tráfico. Isso se dá pela maneira como se empreende, atualmente, criminalizando e prendendo jovens que não são “bandidos”, mas são tratados como tais. Cada vez mais os jovens são enquadrados no perfil do perigoso, estando expostos cada vez mais ao sistema de atendimento socioeducativo.

Instituições novas, como o SINASE, só promoverão uma mudança do tipo “o líquido e o gasoso em meio à dureza da terra seca”<sup>64</sup>, se as práticas de atendimento forem de fato problematizadas aonde se operam.

Como já citado anteriormente, Foucault concebe o poder não como algo unilateral, mas sempre relacional. Sendo relacional, há sempre a possibilidade de manobras e escapes, pois apesar de pensarmos que está “tudo dominado”, as possibilidades de fazer diferente sempre estão passando.

Por acreditar que se possa operar de maneira diferente a práticas operadas sempre do mesmo modo é que devemos manter um certo olhar problematizador, o qual desaloja o que se pretenda crer que seja natural, como por exemplo a internação da juventude pobre em estabelecimentos fechados e

---

<sup>64</sup> Deleuze (1992) refere-se ao “líquido e gasoso”, ao falar sobre os processos criativos que devem permitir a passagem das linhas de fuga. As práticas, assim como a terra, podem tornar-se “sólidas e geométricas”, sendo preciso rachar a terra para liberar vetores criativos. Os vetores criativos são da terra, mas precisam de passagem, assim como a problematização das práticas podem ser um meio de abrir passagem para a implementação de novos fazeres.

a recente estratégia de dominação e controle que se constrói com práticas de controle sem muros, mas com vigilância por todos os lados.

A instituição de práticas punitivas ou educativas, sua manutenção, atualização, afirmação ou negação não depende somente daquilo que está escrito, depende muito mais da implicação de cada profissional na problematização daquilo que tem operado até então e das possibilidades de mudança de seus modos de ser/estar frente a essas mesmas práticas. Como exemplo utilizo-me das falas de alguns profissionais que não “deixam de se indignar”, mas acreditam nas possibilidades de um novo feito para suas práticas:

‘\_É no dia-a-dia que a gente vai empreendendo uma prática em relação à esses adolescentes. Não tem garantias, mas a gente não pode deixar de se indignar!’

‘\_Acho que é por aí que a coisa será construída... buscando formas de intervir, sem ficar falando só blá-blá-blá! (Fala de operador)

‘\_As vezes temos que desconstruir as coisas em nós mesmos, porque tem pessoas com as quais a gente trabalha que falam: Ah! Fazer o quê? Tem que atender, né? Pô! Eu acho que essas pessoas deviam fazer que nem no filme: ‘Pede pra sair!’ Porque se elas já não acreditam no adolescente, estão fazendo o quê ali?’ (Fala de uma operador)

‘\_Nós não somos muito bem vistos por nossos colegas. Somos vistos como ‘enxugadores de gelo’, porque parece que é um trabalho que não vai levar a lugar nenhum! Parece que para aqueles meninos não pode haver mudança! Às vezes esses meninos precisam da gente... precisam de que a gente sustente algo para eles! Quando eles não acreditam neles, não conseguem realizar coisas... Muitas vezes temos que acolher, sustentar, ouvir... para além do ato infracional... e ali, outras coisas vão aparecer! Quando a gente entra em um lugar desses tem que esquecer os preconceitos! Temos que perceber que aquele adolescente não é o ato infracional! (...) Nossa função é, enquanto profissional, tentar mudar a subjetividade da sociedade em relação a como ela vê aquele menino! (...) Esses meninos ficaram na invisibilidade por muitos séculos, é um desafio... a gente tem que acreditar!’ (Fala de técnica de instituição fechada)

(Diário de Campo, curso DEGASE, 29.09.10)

Práticas cristalizadas, flexíveis, ou que promovam um certo escape estão aliadas aos modos de fazer dos profissionais que as operam e aos discursos que se operam na construção/desconstrução dessas práticas.

Desse modo passo agora a falar dessas práticas.

Quais se aliam, quais se aproximam, quais as que rompem, as que se distanciam... da punição... da educação... da manutenção de um sistema... dos escapes... Quais as que promovem



neutralizações... as que promovem encontros potencializadores, firmadores de uma potência feliz e não angustiada, entristecida... paralisante.

### **Estudando e Aprendendo**

Estudando e aprendendo,  
Eu sempre te surpreendo.  
Minha mente vai crescendo,  
E muito mais vou aprendendo...  
Aprendo com você!  
O professor me ensina a ler,  
Estudar é o meu lema.  
O mestre me ensina o tema,  
O tema de uma matéria.  
E o coração é a artéria,

Matéria que me faz crescer  
O professor novamente,  
Cumpriu com o seu dever.

W.J.S.

## **CAPÍTULO 2 – Acreditar na falácia ou operar na diferença?**

### **1- Condições de trabalho dos operadores do sistema socioeducativo em meio aberto. Análises a partir da participação no Curso do DEGASE.**

“... devemos nos ‘aproximar’ da coisa que constitui nossa pesquisa. E o que é ‘a coisa’ da sua pesquisa? Não são as vidas sufocadas dentro e fora deste sistema? Não são os corpos e as almas cicatrizadas por estes aparelhos? Que educação se opera ali? Quem opera? Com quais prerrogativas?

(...)

“Como elas trabalham? O que elas fazem lá? Elas estão alegres com o que fazem? Elas acham que dão alguma contribuição na vida desses jovens?”

( E-mail recebido em 18.10.10)

Recebi esse e-mail de um colega de orientação, com o qual muitas vezes pude falar um pouco mais sobre a pesquisa, porque depois das orientações seguíamos pelo mesmo caminho e neste íamos conversando, ainda sob os efeitos da orientação, sobre todas as erupções pelas quais passávamos naqueles dias: o campo problemático, o ordenamento das idéias, o trabalho de campo, o que almejávamos com nosso trabalho, enfim todo um universo que nos levava a pensar sobre o processo da escrita. Processo este que ao mesmo tempo em que é solitário é também povoado. Acho até que é mais povoado do que solitário!

Tudo o que vivemos durante o processo da pesquisa se faz presente durante a escrita. As conversas, as confusões, as dúvidas, as tristezas, as alegrias, as descobertas... Tudo o que aprendemos nas aulas, fossem elas as aulas mais chatas ou as mais interessantes... a teoria, as demonstrações, as questões, as concordâncias, as discordâncias, as brincadeiras, os trabalhos, as irritações, a correria... As orientações provocativas, os prazos, as entregas, as opiniões, os confrontos, as sugestões, a proximidade à pessoas e à assuntos, tantas leituras, tantos autores... Durante o curso, as conversas, os colegas, os assombros, as afinidades, os encontros, os desencontros, as saídas depois das aulas... Os professores, o conhecimento, a prática, a cobrança, a parceria... O trabalho de campo: a busca por pistas, a busca por parceiros, as pessoas que conhecemos e que talvez não conhecêssemos se não estivéssemos empreendendo aquela pesquisa... suas histórias, o sorrir junto, o choro que a gente segura... o contato que se estende por afinidades... O mestrado, território de encontros. E porque assim é, nos momentos em que estamos escrevendo, não acredito que possamos realmente estar a sós.

Foi num dia, desses de tentativas de escritas não acabadas, que recebi esse e-mail.

Foi uma pérola!

Desde que iniciei o Curso do DEGASE, eu já vinha falando sobre isso mesmo: “das vidas sufocadas dentro e fora deste sistema”, como ele coloca no e-mail. Penso, porém, que sejam todas as “vidas sufocadas dentro”. Todas as vidas inseridas dentro desse funcionamento despotencializador, participando de suas engrenagens.

Como já citado, o Curso do DEGASE era um Curso para Operadores do Sistema Socioeducativo em Meio Aberto. Penso na terminologia “meio aberto”, que talvez intente apontar para uma diferenciação na qualidade do atendimento oferecido aos jovens atendidos pelo sistema socioeducativo, propondo um sentido de melhoria de condições de atendimento, uma vez que não estarão mais nas unidades de internação, as quais, como demonstrado, estão em péssimas condições de atendimento. Além do fato óbvio de que os meninos que lá estão, estão presos, o que, por si só já é uma condição desfavorável.

“Meio Aberto”. O que poderia ser um “meio aberto” a possibilidades, à inventividade, no entanto, como já visto, apresenta-se como um “meio aberto” ao surgimento de novas tecnologias de controle mais sutis, mais emaranhadas. Mais mortificadoras?

Talvez tão mortificadoras quanto as das unidades fechadas, somente de uma outra ordem... a do esquecimento, do descaso, do esvaziamento, da produção de angústia, de paralisação de ações afirmativas.

A qualidade de atendimento, que na opinião dos técnicos (operadores do meio aberto) não é satisfatória, é para eles um fator gerador de angústia, de uma angústia que, em alguns casos, parece paralisar suas ações. Ao efetuarem suas práticas, trabalham com o que é possível. Se punem, ou se educam, nesse momento não se faz questão. Os atendimentos oferecidos aos jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto são atendimentos oferecidos dentro de um campo de possíveis.

O possível está dentro daquilo que é dado, e se o que lhes é dado maquina um sistema produtor de práticas educacionais é assim que se trabalha. Se maquina a produção e a manutenção de práticas punitivas, assim também se trabalha, porque como dito anteriormente, o próprio descaso é também punitivo. Descaso aqui, desse sistema produtor. Se maquina um pareamento para produzir uma zona de sombra, um entrelaçamento dessas práticas, para operar uma crescente penalização e judicialização da (socio)educação, ou mesmo operar uma penalização de fato, que chame a educação para ser usada como uma máscara, assim também se trabalha. Assim também eles operam, assim também a eles se opera.

Os operadores são, assim como os jovens atendidos, produzidos nesse sistema, ao qual importa a produção de corpos despotencializados, neutralizados, descartáveis. Vê-se que a todos são operadas mortificações de diversos tipos.

Ao e-mail enviado por esse meu querido colega, poderia responder com as palavras dos próprios operadores:

“\_ Essa angústia\_é uma questão de todo dia para quem trabalha no sistema socioeducativo. É uma batalha de todo dia! É uma falácia!”

“\_ É difícil para qualquer um que esteja naquele lugar, que não se descreia de tudo. É difícil para qualquer um de nós ...’ (...) ‘a medida de internação e a semiliberdade parecem ser somente punitivas. A LA e a PSC parecem não ser nada!’”

“\_Vocês acham mesmo que num município com cento e trinta e oito adolescentes e quatro técnicos pode dizer que tem CREAS atendendo medida socioeducativa? É um projeto que não está se sustentando, porque nem se estabelece. Não tem nem telefone!”

(Falas colhidas durante o curso DEGASE e que estão dispersas pelo Diário de Campo)

Aliás, nesse mesmo e-mail, ele ainda me deu uma dica muito boa, baseada num texto de Deleuze sobre conceitos da Ética de Spinoza (DELEUZE, 2002). Especificamente, o conceito explicar-implicar.

Para Spinoza o termo “explicar” não está ligado a um entendimento que se dê em exterioridade àquilo que se deseja expor ao conhecimento. Ou seja, ao se desvelarem, as coisas se explicam por elas mesmas, uma vez que o que se pretenda explicar está no interior mesmo destas. Ao se desvelar, ao se desenrolar, a coisa a que se quer explicar se auto-explica.

Fiquei pensando nesse ponto que não tenho como explicar o que acontece no sistema socioeducativo que o leva a produzir corpos descartáveis, paralisados, mortificados, impotentes, por vários lados: do lado de quem trabalha e do lado de quem é atendido. Na tentativa de explicar, corro o risco de falar de causas e efeitos, quando não é disso que se trata. Não há uma explicação, mas sim a demonstração de um certo funcionamento. À medida que falo desse Sistema, ele se auto-explica e à medida que escrevo, falo de implicações. As minhas, as dos operadores, as do Sistema... e por essas implicações, que desvelam-se como explicações o entendimento se faz.

“Ora, o tema da sua pesquisa, me corrija se estiver errado, é problematizar o sistema dito sócio-educativo, é questionar sua “proposta educativa”, se é que há uma, é interrogar essas práticas punitivas extremamente cruéis, mas que levam um nome tão belo. E aí eu lhe pergunto: como você vai explicar este sistema? (...)”

Vamos tentar pegar a indicação desses autores. Olha que bacana, o termo explicação é inseparável de implicação, “o que desvela vela”. Então podemos pensar assim: as implicações do sistema socioeducativo explicam o que ele é...”

( E-mail recebido em 18.10.10)

A implicação aqui se refere a uma análise a respeito de quais lugares ocupamos nesse funcionamento, como nos agenciamos nesses lugares, que alianças se dão nesse processo e o que estas mesmas põem em funcionamento<sup>65</sup>.

René Lourau (1993) fala da Análise Institucional, é nela que a análise de implicações devem se dar a todo momento, sendo tanto análise do outro como de si mesmo. A implicação diz respeito, portanto, não a práticas que se pretendam assepticamente higienizadas a ponto de não haver “contaminação” como o objeto que vai se construindo enquanto também somos construídos, mas a práticas que desconstroem essa noção de neutralidade.

Por pensar no processo de pesquisa, no qual não há um objeto natural dado, mas em construção, e assim acreditar na possibilidade de intervenção da escrita é que passo à tentativa de explicar-implicar o funcionamento do Sistema Socioeducativo pelo desvelar desse Sistema. As melhores explicações, tomando explicação nesse sentido, como um desvelar e não como uma narração expositiva somente, se fazem pelas falas dos próprios operadores. Suas inquietações, suas condições de trabalho, suas indignações, suas justificativas, seus desabafos, enfim suas implicações podem ser percebidas nessas falas.

Gostaria, portanto, nesse ponto, de lançar mão de grandes partes do Diário de Campo nas quais muitas delas se encontram registradas, pois que assim mesmo se deu comigo: ao participar do curso é que fui aos poucos percebendo que aquelas pessoas estão/são tão produzidas pelo sistema

---

<sup>65</sup> Intercessor \_ É aquilo que nos põe em movimento. Não precisa ser necessariamente uma pessoa, pode ser algo, qualquer coisa que induza ao movimento para produção na diferença, ainda que essa diferença se dê na repetição, pois a repetição nunca é repetição do mesmo. Os jovens que chegam para os atendimentos com os operadores são compostos, como todos nós, por linhas duras e linhas de fuga. Funcionando como intercessores, os operadores estariam contribuindo para fazer vaziar a multiplicidade nesses encontros com os jovens, dando vazão ao movimento. Segundo Deleuze (1994), sem os intercessores não há obra, não há criação. “*É preciso falar da criação como traçando seu caminho entre impossibilidades...*” (...) *Um criador é alguém que cria suas próprias impossibilidades e ao mesmo tempo cria um possível (...)* sem um conjunto de impossibilidades não se terá essa linha de fuga, essa saída que constitui a criação ...” ( DELEUZE, 1994, pp. 166 e 167) Pelo exercício da análise de qual lugar ocupam no funcionamento do sistema socioeducativo, os operadores poderiam perceber se têm funcionado como meio de passagem ou de entraves na trajetória desses jovens.

quanto os jovens, seus usuários. Durante o curso, as artimanhas e engrenagens desse Sistema foram se delineando, em paralelo ao desenrolar de suas implicações. Alguns endurecimentos e alguns escapes da parte dos operadores, dos professores, ou mesmo meus, deixavam as pistas de nossas próprias implicações nesse campo problemático que se chama “Sistema Socioeducativo”.

Em participando do Curso, já não descrevia somente, desvelava funcionamentos ao ouvir e contar histórias e experiências. O conhecimento se produzia ali, construindo e reconstruindo um caminho, que também se desvelava... Nada havia que fosse marcado... O desvelar, o implicar, o explicar eram partes do processo de conhecer. Eu não me sentia fora, pois havia um agenciamento curso-pesquisa, que em muitas vezes nos tomou, a mim, aos professores, aos operadores, como agenciador de possibilidades...

É claro que por vezes todos nos sentíamos como que de ‘mãos amarradas’ por não saber como nos desvencilhar daquilo que percebíamos como dado. Eles em suas práticas e eu no processo da pesquisa. Mas as rajadas de vento que trazem possibilidades surgiam de muitos lugares ali em meio à constatação de todas aquelas dificuldades. Ainda que não pudéssemos mudar tudo o que gostaríamos de mudar, ao usar nossas ferramentas algo de transformação seria possível.

Então, o registro<sup>66</sup>:

“Uma operadora estava me explicando que o CREAS tem uma Equipe Básica de Referência, que é composta por um advogado, dois psicólogos e dois assistentes sociais.

---

<sup>66</sup> A transcrição de partes extensas do diário é uma aposta em uma escrita mais próxima ao registro das intensidades do momento. Em muitos casos, por já conterem em seu corpo a análise do que se operava durante o curso é que análises posteriores não foram realizadas. Algumas narrativas relativas à teoria exposta no curso também foram mantidas, por que acredito que colaboram na compreensão de tudo o que se opera no atendimento municipalizado. Em relação ao diário ainda, gostaria de colocar uma observação segundo LOURAU (1993): “Atualmente, alguns de nossos doutorandos se perguntam se devem apresentar, em suas teses, unicamente o diário, ou não. Fico um pouco reticente ... Talvez não devamos tentar violentar em excesso a instituição universitária.” (LOURAU, 1993, p.81) No entanto, em sendo o diário um “poderoso” instrumento de análise, sua construção e utilização nos faz pensar em uma construção política também de produção de desvios, pois que, “a revelação, ou não, dos múltiplos atos da pesquisa é uma ação política. Tentar fazer dos acontecimentos cotidianos um caminho para o conhecimento (e transformação de si) pode ser uma forma de se distanciar dos diferentes grilhões institucionais (...) Talvez o diário (...) possa auxiliar a produzir outro tipo de intelectual: (...) o IMPLICADO (cujo projeto político inclui transformar a si e a seu lugar social, a partir de estratégias de coletivização das experiências e análises).(...) É uma aposta e, como tal, apresenta seus riscos...” (LOURAU, 1993, pp. 84,85)

Pedi essas explicações por conta do que estamos discutindo hoje, que é justamente o atendimento aos adolescentes que cumprem as medidas de LA e PSC, que são por conta dos CREAS nos municípios.

Durante essa aula algumas falas são muito interessantes e expressivas de como funciona esse atendimento:

‘\_Temos uma equipe específica de quatro técnicos: duas psicólogas e duas assistentes sociais para cento e vinte adolescentes! Para pensar em trabalhar com família tem que fazer uma reviravolta! Acaba sendo um ‘boom’ de eufemismo e as práticas continuam as mesmas! Os municípios não têm o que fazer e o PIA acaba ficando engessado... É uma falácia!’

Nesse momento há uma certa tensão no grupo, aliás na verdade, uma grande tensão, com falatório de todos ao mesmo tempo. Isso porque a professora falou que tem que ter estratégias. Uma operadora então perguntou:

‘\_Mas e aí? A gente só ouve isso! E depois disso? Que estratégias são essas? Quais estratégias podem ser utilizadas para que as medidas funcionem, se não há condições para uma implementação efetiva dessas medidas?’

Ela falou de uma maneira que deixou claro sua indignação e angústia decorrentes de certa frustração em não atender aos adolescentes de uma maneira que estivesse em concordância com seus critérios de efetividade.

Enquanto escrevo tudo isso, correndo para não perder nada e tentando não errar em nomear com palavras alguns sentimentos como frustração e angústia, ouço já uma outra operadora dizer o seguinte:

‘\_Essa angústia é uma questão de todo dia para quem trabalha no sistema socioeducativo. É uma batalha de todo dia! É uma falácia!’

E ouço mais falas de operadores diversos, como:

Parece claro, pelas falas dos operadores que realmente existe um sentimento de frustração e angústia, frente à impossibilidade de realizar procedimentos os quais acreditam que possam ser socioeducativos, no sentido do que essa expressão lhes supõe. Expressões como: ‘A gente só encaminha’, ‘É uma falácia!’, ‘Não tem o que fazer.’, ‘A demanda é muito grande!’, parecem denunciar que o SINASE, assim como o ECA, implementam mudanças na perspectiva do atendimento, mas são ‘letras’, são leis, orientações que ficam ali no papel. A prática, que nesses casos aqui citados, fica por conta dos municípios, fica meio no campo do ‘Se virem!’

Em relação ao fato das medidas serem de ordem punitiva, ouço expressões como

‘\_Seria preciso mudar o viés punitivo/disciplinar para um viés socioeducativo.’

‘\_Como manter o caráter punitivo sem perder o socioeducativo?’

Uma técnica de unidade fechada ao falar comigo disse-me: ‘\_Há toda uma perversão que permeia o sistema, que é o fato das normas não serem claras, cada um faz como quer. Existem agentes mais violentos, mais identificados com a função de punir. Existe um mal-estar agente de disciplina/adolescente, que não será eliminado, mas pode ser relativizado, respaldado na lei e na ética. A mudança é passo de formiguinha, mas eu acredito que é possível.’

Ouvindo os operadores algo estranho me ocorre: parece que estão convocados a colaborar para o funcionamento de um sistema que opera para a manutenção da naturalização de uma idéia, qual seja: deixar aqueles meninos ‘infratores’ transitarem pelo circuito infração- medida, alimentando um sistema penal, chamado de sistema socioeducativo (porque é para pessoas com idade entre doze e dezoito anos) até que tornem-se em (como nomeados por um trabalhador) ‘presos adultos’. Dizem que se sentem de ‘mãos amarradas’ e que ‘as vezes parece que a gente não está fazendo nada. Isso tudo é uma falácia!’

(Diário de Campo, curso DEGASE, 18.08.10)

“Conversando com os técnicos que trabalham nos municípios com medidas em meio aberto, o que me chamou mais a atenção foi o fato concreto de que alguns municípios não têm realizado os pagamentos para a equipe e nem tem repassado verbas para os projetos. Na verdade, não é que tenha me chamado mais a atenção, é que esse ERA O ASSUNTO! O assunto ‘dinheiro’ perpassa tudo! Segundo os operadores, ‘Se não há vontade política, não há dinheiro.’ ‘Se não há verbas para projetos com os meninos, não há projetos! Se não há pagamentos para os técnicos, por melhores intenções não há trabalho realizado como deveria ser realizado!’ (...)

Uma psicóloga estava me falando que em seu município não há um local disponibilizado para os atendimentos aos adolescentes ou às suas famílias e nem mesmo há local ou material para oficinas. Eles têm que improvisar. Engraçado, lembrei de minha primeira entrevista em que uma Assistente Social de outro município, falava a mesma coisa: para fazer uma atividade, minimamente que fosse com papel, cartolina e lápis, tinha que comprar com seu próprio dinheiro. Só que, como não recebia há vários meses, estava difícil até para pagar suas passagens. Resultado: Os meninos não faziam nem o pouco que ela ainda podia oferecer. Lembro-me das expressões do tipo: ‘Parece que não estamos fazendo nada! Isso tudo é uma falácia!’ A operadora que havia falado isso realmente parecia angustiada quando falou sobre um “suposto” fracasso em relação a seu trabalho. Profissionais dos outros municípios se colocaram dizendo que em seus municípios, passavam por situações muito semelhantes aos daquela psicóloga. (...)

Técnicos pedindo empréstimos para pagar contas rotineiras por não receberem seus pagamentos e tendo que atender os meninos que cumprem as medidas sem recursos financeiros disponibilizados para esse fim. O que estava acontecendo ali? Com quem era o descaso? ‘O técnico é aleijado!’ (...)

‘Até existe dinheiro, mas os gestores não sabem o que fazer com esse dinheiro.’

A cada exclamação, que vinham de profissionais de diferentes municípios, a constatação de uma realidade muito semelhante: ‘Tem dinheiro em algum lugar...’ Só não chega até eles...

É que em alguns municípios o dinheiro fica depositado num fundo. O dinheiro é repassado para o município, mas se ele não usa naquele mês, esse dinheiro fica preso. Por isso eles colocaram que em alguns casos é falta de habilidade da gestão.

Acho que uma “operadora” percebeu que eu escrevia no diário. Deu uma esticadinha na cabeça para o meu lado e disse: ‘\_ O lanchinho dos ‘LAs eram os próprios meninos que compravam.



Eles compravam e ofereciam para as técnicas que estavam lá, cheias de fome. ‘\_ Quer tia?’ Não havia dinheiro nem para esse lanchinho.’ ‘\_ A gente cansa de ver coisas belas escritas!’ Foi o desabafo de outra operadora, que disse que não dá para dizer para sua filha que não dá para comprar o lanchinho dela porque não tem verba.’

(Diário de Campo, curso DEGASE, 21.07.10)

“Essa aula é mais uma daquelas que fala de dinheiro. Sempre que o assunto é dinheiro os ânimos se alteram, não creio que hoje será diferente...”

Explicações a respeito do orçamento para o cumprimento das medidas nos municípios. Coisas das quais eu realmente não tenho conhecimento, mas parece que não sou só eu. Se não me engano a maioria dos operadores também não tem. A questão é: Não têm porque não querem ou não têm porque é interessante que não tenham. A serviço de quem está a gestão das informações? Das que chegam e das que não chegam? Digo isso porque parece que os operadores são informados de que tem que participar na elaboração de projetos os quais devem ser cumpridos, mas não sabem exatamente, o porquê de não serem disponibilizados fundos para a execução dos mesmos. (...)

Como percebi que os operadores não participavam do que ela estava falando, perguntei: ‘\_Não se tinha, ou não se tem?’ Ficou claro que não há essa atualização dos dados pelos municípios, não por falta de vontade dos operadores, mas por falta de condições de acesso: ‘\_Os computadores que a gente tem lá não deveriam nem estar ali, de tão velhos!’ Falou uma operadora a respeito do CREAS onde trabalha.

Na medida em que a aula transcorre, vai-se delineando todo um caminho o qual os fundos deveriam percorrer até chegar aos CREAS para o financiamento dos projetos das medidas socioeducativas. Uma operadora me cutucou e disse: ‘\_Sabe, em alguns casos a gente tem que fazer uma maquiagem nos projetos, e o dinheiro que era pra uma coisa vai pra outra.’

Uma coisa que demonstra a frustração dos operadores de um modo geral é que eles são cobrados por oficinas, por implementação e execução de projetos os quais não têm condições de executar, segundo dizem, exatamente pela falta de fundos.

Uma operadora chegou a dizer que nas reuniões do CMDCA fala sobre projetos e oficinas as quais não realiza com os meninos. A operadora de outro município reagiu: ‘\_Você faz isso?’ A resposta: ‘\_Faço! Por quê? Eu preciso do meu emprego!’ Ao mesmo tempo em que disse isso, também falou que faz o possível para que as oficinas se realizem de fato, inclusive levando de sua casa, uma televisão de vinte polegadas, para ser utilizada nos atendimentos. Disse que atualmente em seu município têm uma de quatorze polegadas, não precisa mais levar a sua. A fala de outro operador diz o seguinte: ‘\_Se não tem recurso, não tem como aplicar a medida.’

Fico pensando: Como passar dessa questão? Como passar da questão do orçamento para novos arranjos? Em vez de afirmarem uma ética, eles permanecem dando um jeitinho, fazendo “uma maquiagem” naquilo que percebem como gerador de angústias. Se queixando e não se afirmando, como poderão produzir encontros potentes com os meninos? (...)

De repente um silêncio, como que... pesado.

Reparei na professora, um certo desconforto, como se sentisse que falava sozinha.

Ela parou a aula por perceber esse clima ‘pesado’ que havia tomado o grupo. Ficou parada... olhando para a turma... como quem pergunta: o que está acontecendo?

O que atravessava aquele grupo?

Que forças operam para que seja mantido um funcionamento “carente” de recursos, que na verdade existem, mas não chegam a seu destino?(...)

Uma vez que se sabe que existe dinheiro no fundo, mas que esse dinheiro não chega efetivamente aos usuários, que são os meninos, os operadores se sentem de ‘mãos amarradas’

‘\_ A gente fica frustrado! Me sinto no tempo dos escravos, com mãos amarradas!’

‘\_ Não recebemos nossos salários há meses, e ainda temos que trabalhar!’

(Diário de Campo, curso DEGASE, 01.09.10)

‘\_Tem caso que a gente põe dinheiro do nosso bolso! Não está certo, mas a gente faz!’

‘\_Eu acho que sem recurso não tem como trabalhar!’

‘\_Os municípios estão acostumados a fazer política da boa vizinhança e não operar a política como deveria de fato. Fica sendo uma questão de conhecimento, de relações de amizade e de companheirismo, aí tem mais dinheiro...’

‘\_As responsabilidades vão passando de uma instância à outra... As transformações vão ocorrendo e nós temos que nos virar com o que temos. É como uma cicatriz que nós temos! Não dá pra viver de maneira turrona se não vamos criar uma úlcera!’

‘\_Das medidas previstas no ECA, a mais eficaz deveria ser a LA. A LA deveria propiciar ao adolescente, mesmo estando em sua comunidade, conquistar outro modo de vida!’ (...)

Uma coordenadora, que havia sido técnica e diretora de unidade de internação disse: ‘\_ Passamos por dificuldades muito parecidas com as que vocês estão passando! Passamos pelas mudanças quando mudou da FEBEM para o DEGASE e tivemos dificuldades. Agora vocês passam dificuldades na passagem do DEGASE para a Municipalização. Hoje estamos nós aqui nesse curso, amanhã serão outros, com outras dificuldades ...’

Quando essas profissionais de unidades fechadas, e que já trabalham no sistema há muito tempo fizeram suas colocações, houve silêncio. Silêncio tumular em contraponto ao grande zum-zum-zum de quando os operadores do meio aberto proclamavam suas indignações. Era como se constatassem que as dificuldades sempre existiram e existirão. A seguir a exclamação:

‘\_Dificuldades sempre existirão e acontecerão. Esse curso parece ser uma possibilidade de novos encontros!’

Ôpa! Ela disse: Possibilidade... novos encontros... na mesma frase! Talvez possamos estar falando então de construir saídas... pelo meio. Pelo meio das práticas endurecidas de descaso e punição, talvez haja alguma possibilidade...

(...)

Novamente a fala dos operadores:

‘\_Com relação às medidas socioeducativas, eu acho que as pessoas de direito não estão nem aí se a verba não vier!’

‘\_No meu município já foi liberada a verba há dois meses, mas a pessoa que tem que atender para fazer esse repasse não tem tempo de atender a gente!...’

‘\_Quem é o CREAS para o atendimento das medidas socioeducativas?’

‘\_Vocês acham mesmo que num município com cento e trinta e oito adolescentes e quatro técnicos pode dizer que tem CREAS atendendo medida socioeducativa? É um projeto que não está se sustentando, porque nem se estabelece. Não tem nem telefone!’ (...)

‘\_Esse curso foi importante para aproximar o DEGASE dos municípios e para dar visibilidade a essas questões que não são uma ‘caixa-preta’.’ Falou a professora.

Uma pessoa me chamou de lado no final e falou:

‘\_Sabe de uma coisa? Para as visitas às unidades de internação os operadores do meio aberto irão em grupos. Sabe que existem pessoas nos grupos que estão com medo de ir? Será medo de que? O que vão encontrar lá dentro? Bandidos perigosos? Os meninos não estão num processo educativo? Quem está lá?’

Quem está lá? Os meninos não estão num processo educativo? Será medo de que? O que vão encontrar lá dentro? Faço meus, os questionamentos dessa pessoa que me chamou de lado e me falou isso baixinho. (Diário de Campo, curso DEGASE, 29.09.10)

A análise micropolítica das forças que instituem ou que fortalecem as práticas operadas no sistema socioeducativo leva-nos ao desdobramento da questão “Isso é uma falácia?”, tendo em vista a análise das práticas dos operadores.

A partir das falas contidas no diário percebe-se que, em sua grande maioria, eles pensam não estar fazendo nada e para expressar seu descontentamento, utilizam-se de expressões como “Isso é uma falácia!”

Ao perceber certa irritação e angústia na fala dos operadores, por perceberem seus atendimentos como “uma falácia”, penso que um dos efeitos dessa angústia seja a paralisação desses corpos. Tomando a angústia como um analisador, pensa-se que essa mesma angústia que produz a paralisação dos corpos dos operadores, ou seja, despotencializa-os, produz potência para outras instâncias aonde circule o poder.

O desmonte da lógica do atendimento, percebido por eles como falacioso, se dá na medida em que passamos a perceber esse sistema como produtivo, pois existe uma construção social sobre que lugar esses meninos ocupam. A que servem esses meninos? Produzem especialismos, ONGs, projetos, programas políticos que ganham eleições, etc.

Os operadores dizem que é uma falácia, que a medida não funciona. É um discurso maquinado, pois o sistema está numa ponta que é a da assistência (falácia), mas no jurídico, está bem amarrado (funcionamento, produção).

A construção/reconstrução desse sistema parece ser um processo “*ad infinitum*”, à medida que esta expressão é empregada quando se deseja falar de processos que se repetem ilimitadamente. As práticas construídas historicamente para o atendimento da juventude pobre no Brasil, não se deram aleatoriamente chegando às prisões, que são as unidades de internação, a agora aos atendimentos em Meio Aberto. A impressão de que desde o início essas práticas empreenderam-se em favor de uma produção, de acordo com a necessidade de cada momento histórico, nos leva a perceber que só se empreenderam dessa forma porque era necessário a esse funcionamento, pois as alianças entre elas poderiam dar-se de outras maneiras.

Assim, hoje no encontro Sistema Socioeducativo-Municipalização, novamente percebemos o enlaçamento de práticas. As práticas produtoras de angústia/paralisação àqueles que operam as medidas junto aos jovens estão aliadas às práticas de educação/punição operadas no atendimento a esses jovens, como engrenagens de um mesmo processo/maquinação de construção/reconstrução desse Sistema: socioeducativo-produtivo. Produtor de potência. Para quê?

Colocando a questão financeira, quanto ao não pagamento dos salários dos profissionais, a falta de repasse de dinheiro dos fundos, a insatisfação de “ter” que trabalhar nessas condições, sem infraestruturas básicas como ríscard, dinheiro para oferecer um lanchinho, materiais didáticos, e mesmo acomodações necessárias como uma sala de atendimento, por exemplo, o que é percebido é que eles se “queixam” de ter que continuar trabalhando nessas condições, mas, por outro lado, há uma certa acomodação nesse estado de coisas com “maquiagens” operadas para que esse “emprego” seja mantido.

Seria esta também uma gestão de miséria? De sua própria miséria? Da miséria de um sistema que lhes “obriga” a trabalhar sem dinheiro para suas próprias passagens?

O que se passa quando dizemos que o sistema lhes “obriga a trabalhar” dessa maneira? Como se dá o agenciamento operador/miséria para que se perpetue essa lógica da queixa, do “mascarar” e do “jeitinho”? Por que não afirmam o que fazem? Por que mentir a respeito de projetos que não existem nas reuniões do CMDCA?

Aqui coloco uma outra questão: Das inúmeras vezes em que fui ao CMDCA somente consegui obter alguma informação a respeito do “tal” sistema socioeducativo na ocasião em que era realizado o curso, nas demais eram como se falasse de algo desconhecido.

Fico pensando então: Alguns não querem falar, mas a outros também pode não interessar ouvir. E assim a lógica de manutenção do sistema se mantém. A gestão da miséria dos corpos se

opera de modo que o que se afirma seja a própria miséria da população gerida por um sistema penal, dos jovens atendidos por esse sistema e daqueles que operam as medidas preconizadas por esse sistema.

De acordo com WACQUANT (2001) cortes no social implementam investimento no penal. Os jovens que cumprem as medidas no sistema socioeducativo já passaram da assistência social para uma assistência penal, mas mesmo assim continuam desassistidos. Aliás, podemos pensar que a falta de políticas públicas na área social colabora para que estes jovens sejam atravessados por toda uma gama de situações inerentes às populações que precisam do auxílio da rede de assistência, mas não o tem.

Por conta disso, essa nova modalidade de gestão de miséria, que se opera pelo encarceramento, com vistas a um tipo de “apartação social” desses jovens perigosos, oriundos de populações pobres, teria por objetivo *“estocá-los em separado para remediar a incúria dos serviços sociais que não se mostram nem desejosos nem capazes de tomá-lo sob sua responsabilidade.”* (WACQUANT, 2001, p.32)

Como se percebe nas falas dos profissionais transcritas no diário, a questão financeira fala da dificuldade de implemento de práticas, as quais, segundo dizem, seriam eficazes para o atendimento dos jovens. Nesse ponto nossa análise se encaminha para o que já foi colocado em uma outra parte do diário que diz que “socioeducação é práxis e não prática”.

Se pensarmos a socioeducação desse modo, questionamos o pensamento de que deveria haver uma tal prática eficaz de atendimento em detrimento de uma busca por novos feitos de fazer a cada situação apresentada.

Um feito de fazer fala da potência de invenção do ser na busca por escapes em meio às forças mantenedoras de um estado de coisas e as disruptoras, na efetivação de novas práticas.

Portanto, em não havendo um “modelo” de atendimento aos meninos que dite regras de “como fazer”, mas possibilidades de implementação do novo, pensamos no que pode ser feito a partir de um encontro de uma outra ordem, que não seja somente operador- despotencializado/ jovem desassistido.

Quando falam de suas práticas, no entanto, os operadores parecem falar de uma prática da falta em detrimento de uma prática inventiva. Ao colocar que não tem “nada” para fazer com os jovens atendidos a não se “conversar” com eles, nos perguntamos: Pra que serve então uma conversa?

“\_ Ah! A gente só conversa com eles... é muito pouco! Às vezes até dá certo né, mas teriam que ser feitas mais coisas...”

‘\_É todo um sistema punitivo, nem um pouco humanitário, mas pelo menos podemos ouvir o adolescente... Deixar que ele fale de suas angustias... de sua vontade de fazer algo que não lhe é possível, que não lhe é oferecido.’

‘\_A gente não tem dinheiro pra curso, a gente não tem Rio Card ... O que a gente tem pra oferecer? Uma conversa que pergunte como foram seus últimos quinze dias? Eles vão ali falar com um desconhecido? Eu também não iria! Enquanto profissional isso é um conflito!’ ”

( Falas de operadores durante o transcorrer do curso DEGASE)

O que seria, pois, uma conversa? Nas pistas de DELEUZE e PARNET (1998), pensamos a respeito do que seja uma conversa e para que serve.

Segundo os autores, uma conversa não é um simples colocar de questões fabricadas em um momento anterior ao que se passa entre os interlocutores. Uma conversa não é ainda, uma exposição de idéias, ou um desenrolar de objeções à fala do outro, ou mesmo falar em nome do outro. Não é um procedimento do tipo questões – respostas, porque em assim sendo corre-se o risco de alimentar dualismos que fortalecem as máquinas binárias do tipo operador-jovem que cumpre a medida, e se está sempre em um lugar ou no outro.

Uma conversa, diferentemente, não supõe a imobilidade de um pertencimento estático a um determinado lugar, uma vez que, o que se passa quando da conversa é algo da ordem do deslocamento, da desterritorialização, da transformação.

Se durante uma conversa nos mantemos fixados em nossos territórios existenciais, como que não permitindo sermos contagiados pelo que se passa no entre dos elementos, estamos sob o efeito dessas máquinas binárias, que são aparelhos do poder que impedem a passagem do devir e assim nos mantemos fixados como uma coisa ou outra. Professor ou aluno, pesquisador ou entrevistado, técnico ou jovem “infrator”, até chegarmos às idéias pré-fabricadas de bom ou mal, certo ou errado.

É certo que precisamos nos fixar em territórios para que nos mantenhamos mais ou menos organizados em um mundo de transformação e passagem contínua de fluxos desterritorializantes. O que falamos aqui é da fixação endurecida que bloqueia a passagem desses fluxos de maneira a nos cristalizarmos em uma forma e dela não conseguirmos sair, ou seja, não conseguirmos expandir conexões produtoras do novo em nós, não nos agenciarmos com aquilo que nos “tira” de nós mesmos. Um fluxo é mutante e intensivo. Quando é desterritorializado consegue se conectar com outros que também são mutantes e desterritorializantes. Somente dessa forma estamos abertos a transformações advindas de conexões infinitas.

Quando, de outra maneira, não temos a chance do contágio do afeto, na maioria das vezes optamos por permanecer em uma zona delimitada a qual pensamos ser de conforto, pois que não traz confrontações, mas que parece mais com uma zona de imobilidade e pré fixações. É um território onde enquadrados, localizamos, preterimos, algo ou alguém com o qual não queremos nos “envolver”, somente sabemos que está ali. E às vezes esse “ali” é o lugar da falta, como percebemos na fala daquela professora que falava da falta de pai, de limites ou mesmo de capacidade de fazer escolhas conscientes... Se ao outro falta, certamente este não terá nada a acrescentar, por isso a relação é do tipo “bancária” e não envolvente. Acredito que este seja um pensamento por demais perverso, mas diz de um tipo de funcionamento.

Quando há o contágio, quando estamos em contato com aquilo que nos afeta positivamente há o agenciamento, uma produção de relações que produzem diferença que vem de um encontro que aumenta nossa potência inventiva e criadora de ser e estar no mundo. Dessa maneira, portanto, estaremos abertos aos deslocamentos que esse encontro disruptor de potência e desalojador de territórios possibilita, já que é repleto de invenção. É isso uma conversa.

Na conversa, no encontro há uma dupla captura entre os que conversam, entre aqueles que se encontram. Não é uma troca, há a produção de algo que não é de nenhum daqueles que conversa, um não se torna como o outro, mas “rouba” do outro, que também já não é o mesmo que antes, pois que também está nesse processo de “evolução a-paralela” onde “cada um tira proveito”.

Isso se dá porque os devires desterritorializam e não trazem consigo modelos, mas orientações, entradas e saídas, sem que se parta ou chegue a algum lugar determinado, já que se está nessa zona de encontros que é o meio.

É como um “zigzague” que permite que nos mantenhamos livres das codificações binárias, pois segundo os autores acima citados *“Até mesmo, se há apenas dois termos, há um E entre os dois, que não é nem um nem outro (...). Por isso é sempre possível desfazer os dualismos de dentro, traçando a linha de fuga que passa entre os dois termos”* (p.45)

Se é isso uma conversa, agenciar-se, estar no meio, no lugar dos encontros, ser afetado pelos afetos produtores de potência inventiva de novas maneiras de ser e estar no mundo e conseqüentemente não sair ileso, mas passar pelo processo de transformação; ao retomarmos nossa questão, qual seja “para que serve”, podemos pensar que uma conversa sirva para nos tirar de lugares pré-estabelecidos, nos possibilitando fugas inventivas.

Desdobrando-se esta questão e passando ao contexto operador/jovem, podemos levantar outras tantas: O que se passa nesse contexto que faz com que não haja um investimento nessa conversa? Se o encontro com os meninos é mediado pela palavra, como extrair da palavra o que ela não consegue dizer?

Talvez um caminho seja o investimento em um encontro diferente daquele que se passa ali, um encontro não enquadrado pelo dualismo operador/ “infrator”, mas um encontro de outra ordem, onde aquele que encontra pode ser qualquer coisa, que não somente aquela forma identitária.

É um investimento, é uma aposta, é um risco, é experimentação e como já dito, experimentação não tem a ver com garantias. Mas, o que fazer então? Permanecer em um modelo que produz angustia e despotencialização ou afirmar uma ética produtora de diferença, ainda que em meio a todas as dificuldades operacionais que se apresentam?

O que seria uma ética para esses operadores que operam em condições as quais, segundo dizem, são produtoras da manutenção de um funcionamento falacioso?

Seria esta ética a afirmação de todos aqueles “jeitinhos”, como levar televisão e DVD, ou mesmo só conversar por “não ter o que fazer”, ou mesmo explicitar que falam daquilo que não fazem?

Como produzir encontros potentes estando despotencializados?

Como produzir potência nos encontros com os meninos buscando saídas em meio ao sistema despotencializador? Produção de escapes pela afirmação de uma ética: “Faz escuro, mas eu canto!”

*“Vem ver comigo companheiro, vai ser lindo, a cor do dia mudar. (...) vem comigo multidão, trabalhar pela alegria. Que amanhã é outro dia..”*<sup>67</sup> Trabalhar pela alegria como produzir os encontros que aumentem a potência.

Spinoza (2009) fala dos afetos, que são afecções do corpo pelas quais a potência de agir pode ser aumentada ou diminuída, quando essa potência é afirmada ficamos alegres. As afecções são o que sentimos no momento do encontro, portanto a busca por encontros que aumentem a potência é um “trabalhar pela alegria”. Para ele a alegria, assim como a tristeza, são estados que experimentamos no corpo, no entanto, a alegria não é colocada como sendo um estado de perfeição, não é o objetivo máximo a ser buscado, mesmo que se tenda a evitar a tristeza.

Acreditar na existência de um objetivo máximo e acreditar na existência de um lugar a se chegar é pensar em limites, por isso buscamos encontros, que dizem da indeterminação. É como pensar no que pode um corpo. Se soubéssemos o que pode um corpo estaríamos pensando em limitações, sendo que a potência está na indeterminação.

---

<sup>67</sup> Trecho do poema musicado de Thiago de Mello “Faz escuro mas eu canto” (MELLO, 1965), o qual é também o título de um livro do mesmo autor. A título de curiosidade, gostaria de citar que o poeta encontrou-se com esse título quando estava preso, por conta da ditadura militar vigente no Brasil a essa época. *“No amanhecer de uma cela solitária, num quartel da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, do catre fedorento em que me estendia, confesso que, desalentado, li gravado na parede suja, em letras fatigadas: “faz escuro, mas eu canto, porque a manhã vai chegar.”* (Conforme [www.anovademocracia.com.br](http://www.anovademocracia.com.br))



O pensamento spinozista, portanto nos faz pensar que quanto maiores o número de encontros, maior as possibilidades de sermos afetados positivamente e assim aumentarmos a potência de ser e estar no mundo de várias maneiras criativas.

Apostar nessa ética do trabalhar na busca por produzir encontros diversos com os jovens que cumprem medidas socioeducativas e não somente permanecer em uma postura de lamento e rancor, investindo nas conversas como espaços possíveis, como um trabalho de mão dupla, no qual operador/jovem, mesmo estando inseridos em um sistema despotencializador, seriam co-potencializados, pela via do escape que a “conversa deleuziana” propõe<sup>68</sup>.

## 2. Projetos: A aposta na “pedagogia da presença”

“A primeira pessoa de quem me aproximei foi do G..

G. é um rapaz de vinte e três anos, que já foi interno do DEGASE. Fiquei conversando com ele e de repente ele me disse o seguinte: ‘\_O que foi diferente pra mim lá no CRIAAD foi o estilo de atendimento deles. Eles sabem tratar bem as pessoas. Eles criam uma intimidade com as pessoas, sem ter nada pra bloquear, como se a pessoa te conhecesse há um tempão... não tivesse medo de você. Lá no Padre eles agrediam muito, no CRIAAD não. O tratamento é mais importante do que os cursos... O ‘Seu’ B. conversava comigo! Eles me viam como uma pessoa normal, não como uma pessoa agressora.’

Gostei da conversa com o G.. O tempo todo ele se referiu a pessoas. Não falou adolescentes, nem meninos, nem agentes... Falou de pessoas. Parece que falava de encontros que se davam entre pessoas... Parece ter sido isso o que fez com que não tivesse vontade de pular o muro do CRIAAD, havia encontrado pessoas que ‘conversavam’ com ele, que também é uma pessoa.

Lembro-me do texto da horta, que fala da experiência do encontro entre os agentes de disciplina, os meninos, a terra, as ferramentas... pessoas e coisas. O agenciamento que se deu naquele encontro.

(...) Mas posso falar também com esses agentes de disciplina! Será que posso? Ou melhor, será que eles podem falar comigo aqui? Já vou perguntando... Não. Não podem. Estão trabalhando...

---

<sup>68</sup> A intenção a partir dessa análise a respeito do que seja e para que serve uma conversa, não é a de propor um determinado tipo de atendimento aos jovens que cumprem medidas socioeducativas, baseado em conversas com os operadores, como se isso fosse uma prática “ideal”, ou mesmo a “salvação” para este sistema. Não acreditamos em “salvação, e nem mesmo em tolerância para práticas de despotencialização e mortificação. Não pensamos que as conversas, como colocadas aqui, sejam um caminho de florezinhas por entre os espinhos do sistema socioeducativo. Pensamos que escapes sempre hão de existir. Infelizmente, pelo modo de funcionamento do sistema socioeducativo, percebemos que as tais “conversas deleuzianas” não acontecem, sejam elas entre operadores/jovens, entre operadores/gestores, ou mesmo entre operadores/operadores. O que se percebe é a precariedade de uma política de conversação, e um investimento em uma política de mortificação, ancorada em práticas angustiadas/angustiantes/despotencializadoras.

Ah é! Vocês estão trabalhando aqui no evento? Que legal! Vou conversando assim mesmo... Não pode gravar, né?

Eles me disseram que o trabalho em uma unidade de internação, mesmo que seja de internação provisória, como o Padre Severino, é um lugar de contenção e vigilância extrema. É um lugar de passagem e por isso é um lugar de muita ansiedade. Nas unidades alguns instrumentos de contenção são autorizados, como: lanterna de luz direta na vista, que faz perder a visão por alguns segundos e spray de pimenta também.

Disseram que para eles não há diferença entre Agente de disciplina, auxiliar de disciplina e agente educacional é só uma questão de nomenclatura. Ambos trabalham atualmente em unidade de semiliberdade, e concordaram que percebem aqueles meninos que estão cumprindo a medida, ‘como meninos... adolescentes comuns.’ ‘Nosso trabalho é recuperar e entregar.’

Para quem não poderia conversar, já falamos muito. (Como eles não podiam falar comigo, deixei claro que não estava gravando a nossa conversa, mas eles viram que eu escrevia tudo o que falavam.)

(Diário de Campo, abertura da exposição “Pode ser Visto”, 28.09.10)

Temos falado do entrelaçamento de práticas para manutenção do funcionamento de um sistema que produz corpos despotencializados, porque mortificados. Corpos descartáveis.

Nesse processo observamos a grande dificuldade em se perceber as linhas de fuga, produtoras de escapes, o que facilita a manutenção de um estado de coisas rígido, endurecido, cristalizado, que segue por linhas duras. Estado de coisas esse no qual seguem vidas sufocadas por não se conectarem às “chaves do vento” que trazem uma corrente de ar fresco... os acontecimentos... os acasos... que não param de passar, e que possibilitam a abertura para um plano de composição diferente daquele do possível.

Mas, por toda essa análise é possível pensar que se existem planos de composição, existe sempre um “entre” planos. É nessa dimensão do “entre” que a diferença se produz e mesmo “entre” um território cristalizado e outro há a possibilidade de que se dê passagem a uma potência afirmadora de se existir e fazê-la circular “entre”, mas também atravessando os corpos.

É nesse “entre” que se produzem os micro-escapes e um outro feito de fazer as coisas se dá por essa micro-operação do novo. Conectar-se com essa instância é, portanto condição *Sine qua non* para se agenciar positivamente nos encontros.

Gostaria de dar voz a alguma experiência produtora dessa potência afirmativa graças a uma conexão com algo que escape ao formalmente dado. São alguns projetos empreendidos com jovens que cumprem medida socioeducativa em unidades de semiliberdade e internação, por autoria de ato

infracional. As pessoas que empreenderam esses projetos, no entanto, agenciaram-se com algo para além da infração. O investimento era na vida dos jovens e não a infração.

Esse investimento de uma outra ordem que não a da punição foi que possibilitou a que se agenciassem afirmativamente nos encontros com os jovens. Era um encontro entre “pessoas”, como disse o G. e segundo ele “o tratamento é mais importante do que os cursos”

Falo então de experiências, de pessoas, de encontros, de escapes. Sobretudo participei de um desses projetos com os profissionais e com os jovens, e foi em meio aos acasos que me vi ali participando com eles da construção de uma tela de possibilidades.

“Ao iniciar a leitura da dissertação de mestrado de um aluno da UFF do ano de 2002, algo me salta aos olhos: ‘ \_ Acho que conheço esse cara de quem ele está falando!... ’ Não resisti! Tinha que saber se era ele mesmo...

Acabo de falar pelo celular com o senhor S., o ‘*agente educacional mais admirado pela equipe técnica que trabalhou naquele estabelecimento de 1994 a 1996*’ (BASTOS, 2002, p.12). O estabelecimento em questão é a escola João Luiz Alves. Estabelecimento do qual, naquele ano de 2001, quando foi realizada a visita, S. era diretor. “*Fico admirado com tudo o que vejo e impressionado com a autoridade e respeito que todos têm por ele. Não uma autoridade fundada no medo e no terror militar, por exemplo, mas sim ancorada num exercício de saber ouvir e de dar voz a todos.*” (BASTOS, 2002, p. 12).

Era ele mesmo!

BASTOS, em sua dissertação, falava sobre aquele homem que eu havia conhecido assim, ao acaso, mas que desde o primeiro encontro havia reforçado em mim o olhar de alguém que vê aqueles meninos não como bandidos, mas como adolescentes que são.

Fui ao Comitê de Direitos Humanos da ALERJ em busca de um DVD sobre o sistema socioeducativo. Encontrei o DVD, mas encontrei também o S.

Acredito que a vida é cheia de encontros, e que a diferença se faz pela maneira como nos agenciamos nesses encontros. Assim sendo, agenciei-me de maneira a “não perder aquele homem de vista”.

Foi assim então que conversamos, e fui conhecendo um pouquinho do S.: guerreiro, militante, incompreendido muitas vezes. Ficou fácil identificá-lo na dissertação, apesar de não constar seu nome.

Ao celular, com a maior boa vontade, como sempre, ele foi falando da época citada na dissertação: “Ah! É a dissertação do A.? É o A. era da equipe de técnicos daquele ano! A instituição tinha duzentos adolescentes (*note-se: ele falou adolescentes e não menores.*), e dez por cento participavam de um projeto com a gente. Era um projeto de horticultura e jardinagem, que se deu entre 95, 96 e meado de 97. Tinha também uma parceria com o pessoal da Igreja Metodista, eram as “Tardes de cinema com pipoca” que a gente fazia, e até levamos o diretor daquele filme, Pixote, pra conversar com eles. Os meninos que ficavam com a gente no projeto não participavam de rebeliões! Mesmo assim a direção não incentivou o projeto!... Quando eu fui pra direção, três agentes dessa

equipe ainda ficaram lá e nós reimplantamos a horta. Na horta tinha até plantas medicinais, e a gente cuidava dos problemas de peles que os meninos tinham, com as próprias plantas da horta! Esse projeto era tão legal, que foi colocado na UERJ como parte de um planejamento de atividades de adolescentes. Fizemos um reflorestamento, em que cada menino plantou uma árvore. Eu saí da horta e saí da direção... Quando o novo diretor assumiu mandou cortar as árvores, porque elas impediam a visualização dos meninos.”

Depois de falar sobre esses projetos e concordar em marcarmos um novo dia para conversarmos, pessoalmente, muito solícito ele falou: “\_ Nesse dia você me lembra de falarmos sobre o “Roupa de Marca”, a “Pousada dos Meninos”, o “Cecult”...”

Lembrarei com certeza! Quero mesmo ouvir sobre projetos que deram e que ainda podem dar certo! Como disse, acredito na potência dos encontros. Acredito que os meninos que estão em regime fechado possam ter encontros que os conectem com “outros” modos de existência, que não só a que “cometeu uma infração”.

Quem sabe eles não se encontrem com novos atores, autores, cores, sensações, canções, produções... mexendo na terra, preparando canteiros, escolhendo hortaliças, plantando árvores, assistindo a bons filmes, comendo pipoca juntos uns dos outros, junto aos técnicos... juntos. Enfim, quem sabe se as oportunidades aos encontros, não estiverem somente dentro de celas gradeadas, ou expressas por “uma lógica educacional-punitiva” eles não consigam fazer outras conexões... sabendo-se que são adolescentes, que, como todas as pessoas, não irão acertar sempre...

É um processo, e como todo processo não é contínuo. Várias linhas de forças, várias possibilidades, vários caminhos, vários retornos, várias encruzilhadas, vários desvios, em cada possibilidade, várias escolhas. Acredito que, como todos, eles devam ter a chance de escolher entre escolhas diversas, contanto que as oportunidades e as tentativas por eles feitas não lhes sejam “arrancadas” por não serem “iguais às dos outros”, como foram arrancadas as árvores que aqueles meninos plantaram, mas que impediam aos agentes que lhes “vigiassem”.

(Diário de Campo, 08.04.10)

E assim foi que percebi que em meio a um sistema endurecido era possível arar a terra... ao conversar com o S. e depois ao ler o texto “Plantando uma Esperança”.

#### “Plantando uma Esperança”

Texto que fala sobre a experiência de se plantar uma horta em uma Unidade de Semiliberdade e obter resultados alegres.

Como S. me disse ao celular, o projeto se deu entre 1995 e 1997, sendo revitalizado em 2001, na Escola João Luiz Alves. O texto fala das dificuldades encontradas para a implementação desse projeto, que se deu com investimentos mínimos. Interessante que em seguida fala de “*Sucessivas reformas com solenidades pomposas de re-inaugurações, sempre com a presença de autoridades*”

que “*não proporcionavam qualquer melhoria no atendimento e, conseqüentemente, nem na vida dos adolescentes e nem na forma de entendê-los.*” (FUTURO, TELLES e SOUSA, S/D, p.02)

Pelo que se percebe, o projeto foi a frente por conta do comprometimento dos três agentes envolvidos que investiam no encontro com aqueles meninos e não no investimento (financeiro ou de qualquer outra ordem) do sistema. Aqueles agentes colocaram em questão as práticas, próprias ao sistema, para que pudessem empreender um novo arranjo no atendimento aos meninos.

Alguns outros funcionários acabaram por “comprar a idéia” do feitiço da horta, nem todos partilhavam do pensamento dominante de que aqueles meninos não tinham possibilidades, somente um destino já marcado. Apesar das condições de insalubridade em que viviam os meninos e os técnicos, uma construção se fazia ali. Dos 300 adolescentes atendidos, somente 12 poderiam participar do projeto, mas acabaram sendo 15 por conta de um grande número de candidatos.

As primeiras reuniões para apresentação da proposta para os meninos se deram em uma sala de aula que não era utilizada. Na segunda reunião ficou estabelecido pelo grupo dos meninos que nenhum deles iria fugir e o mais interessante: um deles falou que era a primeira vez que se importavam com a opinião deles na instituição.

O espaço cedido para a horta era exatamente na “rota de fuga” da Unidade em uma área que era utilizada como lixeira. Limpeza do terreno, busca por ferramentas, conserto e utilização, tudo se deu sem acidentes. Os meninos eram chamados pelos nomes e tinham a oportunidade de se conhecerem e serem conhecidos de outra forma. Eles chamavam a cada funcionário que participava do projeto por um apelido carinhoso, ao passo que a todos os outros agentes chamavam de “seu”. A explicação era a de que se para eles, os agentes, eles, os meninos, eram somente um número, para eles, os meninos, os agentes também eram “seu”, ignorando-lhes os nomes.

Após alguns dias houve uma fuga: três meninos do grupo fugiram. O que chamou a atenção foi que havia uma escada de seis metros encostada no muro. Por que aquela escada havia sido deixada ali? Em um outro dia porém em que houve uma fuga de vários meninos, constatou-se porém, que todos os que participavam da horta estavam na Unidade. Estes, não só não haviam fugido, como também disseram aos que fugiriam que não danificassem a horta.

O projeto da horta era integrador e contemplava várias questões que normalmente não eram observadas. Por exemplo: havia um menino, que ainda fazia xixi na cama enquanto dormia. Com a ajuda dos colegas da horta conseguiu administrar suas idas ao banheiro até o ponto de não mais precisar dessa ajuda. Outros dois jovens que eram considerados de comportamento difícil e que tinham problemas em se relacionar dentro da unidade foram absorvidos pelo grupo e acabaram tornando-se responsáveis pelos tomateiros da horta.

Mesmo com os meninos comendo os legumes e verduras da horta, aquele era um projeto que ia muito além da horticultura somente.

Ainda nesse mesmo texto os autores contam sobre o Senhor E. e o que chamei de “A escuta da noite” Segundo eles, senhor E. desenvolveu a curiosa prática de “conversar” com os meninos. As conversas davam-se nas madrugadas.

Quando os meninos pediam ao Senhor E. que acendesse seus cigarros, nas madrugadas, este não reclamava, porém fazia um acordo: acendia o cigarro, contanto que o menino conversasse com ele. Ao primeiro momento o estranhamento por parte dos meninos que só eram chamados para conversas de “cobranças”. Fato é que *“de cigarro em cigarro, seu E. ia sabendo de todos os detalhes, as angústias, as expectativas, os desejos... (...) muitos daqueles jovens, ao chamarem seu E.(...) queriam muito mais as histórias do velho E. do que propriamente o fogo do seu isqueiro”* (FUTURO, TELLES e SOUSA, S/D, p.05)

Com suas conversas foi ganhando a confiança daqueles meninos. Durante as madrugadas, as conversas, a atenção, a compreensão do agente, a gradativa transformação daqueles meninos. Agora já não mais somente o agente queria conversar, eles também. Tinham sonhos, expectativas, ressentimentos, alegrias, tristezas, experiências, como todos nós temos. Gostavam de compartilhá-los. Ficavam esperando pelo momento da conversa. Pena, imagino eu, que era só de madrugada, no plantão daquele agente-educador que tinham essa oportunidade!... Durante todo o dia, somente a frieza da cela.

“Plantando uma Esperança” termina com o relato do caso de um jovem que sendo calado, havia se integrado às pessoas participantes do projeto da horta a ponto de falar pela primeira vez sobre uma cicatriz que trazia na face. Quando soube do interesse por parte dos profissionais envolvidos no projeto em viabilizar uma cirurgia plástica após sua saída da unidade... um primeiro sorriso se viu naquele menino calado. Ele saiu, mas não fez a cirurgia plástica. A pessoa que havia feito a cicatriz em seu rosto desta feita fora seu assassino porque aquele menino se recusava participar do tráfico. O projeto da horta havia empreendido mudanças naquele jovem que não queria mais envolver-se com as mesmas práticas. Gostaria de experimentar outras, novas... mas deparou-se com dificuldades. Tinha expectativas de experimentar novos modos de viver, de fazer novas conexões, mas após sua saída da unidade de internação, deparou-se com a dificuldade de retornar a um estado de coisas que não havia mudado com ele. As estratégias de sobrevivência ainda eram as mesmas: o envolvimento com o tráfico e a prática de atividades delituosas.

A partir desse relato pude perceber que algum tipo de apoio a esses jovens se fazia necessário para além do período em que estivessem internados. Não somente apresentar possibilidades de mudanças, mas oferecer algum tipo de suporte para que se adaptassem às novas

maneiras de ser/estar no mundo, as quais desejassem experimentar. Foi aí que conversando com o S. ele me falou da “Pousada dos Meninos”.

#### “Pousada dos Meninos”

Foi um projeto desenvolvido para os meninos que saíam do sistema. Passavam a morar em casas alugadas em vilas comuns, onde conviviam com pessoas que a princípio não sabiam que eram egressos do Sistema Socioeducativo. Eram pequenas vilas nas imediações da Central do Brasil no Rio de Janeiro e o que ocorria, na maioria das vezes é que eles acabavam se integrando com a comunidade estabelecendo vínculos, inclusive ajudando os que eram já mais idosos. Como não havia o preconceito inicial em relação ao fato daquele jovem ser egresso do Sistema Socioeducativo, os laços se estabeleciam com facilidade, e segundo S. era comum ver os jovens participando de reuniões nas casas dos outros moradores, mesmo depois de já saberem que haviam passado pelo Sistema. Depois de sabido ainda eram os mesmos jovens, continuavam frequentando as casas dos moradores, ajudando a carregar suas compras, continuavam vivendo, estabelecendo novas conexões. Permaneciam nessas casas durante o tempo que fosse necessário para que pudessem reorganizar suas vidas, buscando eles mesmos seus escapes. Como o S. disse:

“Cuido do menino do DEGASE imaginando que ele vai sair um dia...” (Diário de Campo, entrevista com S. ex-diretor do DEGASE, 14.04.10)

Nesse mesmo dia ainda falamos de um projeto muito interessante promovido não por um funcionário do DEGASE, mas por uma pessoa voluntária. Trata-se da arquiteta R. P.

#### “Roupa de Marca”

R. foi voluntária na Escola João Luiz Alves por dois anos. Em 2000 empreendeu um projeto que se originou do fato de que os meninos lhe diziam que cometiam pequenos furtos para comprar “roupas de marca”. Os desenhos que aqueles meninos faziam eram impressos em roupas, ao que lhes era dito: “Essa é a sua marca.”. O projeto fez tanto sucesso que resultou em um Stand na Babilônia Feira Hype, onde as camisetas com as estampas dos meninos eram vendidas e o dinheiro revertido para que fossem compradas coisas para a Unidade. “coisas fáceis e simples que eles gostam”. Segundo S. a partir daquele projeto houve uma sensível mudança na maneira de muitas pessoas perceberem aqueles meninos.

Nessa mesma época R. deu uma entrevista falando sobre o projeto. A jornalista que realizou a entrevista demonstrou interesse pelo projeto e juntamente com o marido desenvolveu um

levantamento dos gostos e preferências dos adolescentes, na intenção de propor atividades das quais gostassem e não somente as que para eles eram oferecidas, apenas para ocupá-los. Atividades estas, que contribuem para a despotencialização desses jovens, em relação a qualquer criação ou inventividade. Como exemplo dessas atividades, utilizo-me da fala de uma professora do curso DEGASE:

“A gente tem mania de falar que os meninos não querem nada. Ouve-se falar, por exemplo: ‘Eles não querem aprender informática!’ Onde já se viu falar que um adolescente não quer aprender informática? Aí vamos ver os computadores: são sucatas. É aquilo que ninguém quer mais, aí vai pra lá. É claro que os meninos não querem. Aí eles oferecem aquele curso de garrafa pet para fazer vassoura! É claro que os meninos não se interessam!”

(Diário de Campo. Fala de professora do curso DEGASE, 11.08.10)

Investir nas potencialidades, na criatividade, nos afetos, na cultura, ou no saber que cada um daqueles jovens já tivessem era a proposta de R. e também da jornalista e seu marido. Eles não precisaram de nenhum treinamento ou capacitação para perceber que aqueles meninos eram compostos de diversas linhas, não só das que os levavam à infração.

“Resumindo, a UNESCO tomou conhecimento desse projeto e considerou isso tão importante que até viabilizou um show para os meninos com o cantor Gabriel, o Pensador. De 1999 até 2002 a gente fez uma verdadeira revolução naquele Sistema!” (Diário de Campo, entrevista com S. ex-diretor do DEGASE, 14.04.10)

S. falou-me ainda de outro projeto que propunha atividades culturais.

Cecult.

Eram atividades culturais realizadas com os meninos, tais como visitas a museus e idas a óperas ou a pontos turísticos como o Cristo Redentor, por exemplo.

Durante as atividades os meninos demonstravam interesse, tinham um “comportamento exemplar”, como disse S., podiam levar familiares e gostavam disso. Estavam em contato com atividades as quais lhes interessavam e tinham a oportunidade de experienciar novos agenciamentos em lugares que, para eles até então eram desconhecidos.

Depois de 2002 foi dito que essas atividades, bastante apreciadas pelos jovens e que vinham lhes possibilitando abertura a encontros variados, diferentes daqueles que se dão em meio à lógica carcerária, não faziam parte de sua cultura. Com isso, esse projeto não teve mais incentivo. O que



fazia parte da cultura daqueles jovens? As celas, as grades, a infração? Que práticas fariam parte de um atendimento atrelado a essa suposta cultura?

Quando um jovem participante do Cecult cometia alguma falta considerada passível de punição, era punido com uma não saída. Com o rompimento do projeto qual seriam as punições? A cafua talvez? Seria mais eficaz? Para a mortificação talvez... mas estamos falando de bons encontros...

O que mais pode ser visto?

Pode ser Visto.

\_Então, no cartaz dessa exposição, até pouco tempo atrás era ‘a pintura de adolescente em conflito com a lei’. Nessa exposição não tem isso, é só ‘Pode ser visto’. E há uma contradição, porque pode ser visto, mas eles não são mostrados, são só os olhos. O pode ser visto, como afirmação, é uma interrogação a quem quer ver, ou não. É um trabalho que chama o olhar. A contradição do título é isso: Quando esses garotos estariam em uma Universidade? A perspectiva deles estarem em uma universidade é pra limpar o chão... O que está sendo colocado aqui é uma inversão de papel...

- A quem interessa ver? Eu acho que pode ser visto que eles são meninos. Mas o interessante é que não se pode chegar perto desses meninos, como se eles estivessem sendo protegidos. Quem está protegendo o que? O que está sendo protegido? O que se quer proteger? O quê pode ser visto? O que eu estou te perguntando é isso: O que pode ser visto?

\_Pode ser visto tudo! Eles estão aqui pra serem vistos. Eles vão no CCBB e podem ser vistos.

(Diário de Campo, entrevista com professor de unidade de semiliberdade, 28.09.10)

É uma exposição composta por trabalhos realizados no Projeto I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S.

O Projeto I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S desenvolve pintura orientada em grande formato, sendo que os grandes painéis começaram a ser realizados a partir de setembro de 2003, no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente, (CRIAAD) de Nova Iguaçu. Segundo o coordenador do projeto, desde 2000 o CRIAAD Nova Iguaçu “desenvolve ações pedagógicas em arte, como um dos requisitos para o cumprimento da medida socioeducativa”. Os adolescentes são convidados a participar de uma sessão de pintura coletiva em suporte de lona (tela), com aproximadamente 160 X 200 cm, utilizando tinta acrílica profissional. É sugerido que não reproduzam formas já conhecidas a princípio, mas que tracem formas não figurativas.

A cada encontro para a pintura dessas telas, é convidado um observador e dessa forma relatos de pessoas que estiveram imersas na atividade junto aos meninos colocam suas observações as quais apontam para uma mesma direção: a possibilidade do escape que se coloca para esses

meninos é agarrada como se agarra algo que não se queria deixar passar. Ou melhor, deixando passar e produzindo diferenças, seguir por essa linha de fuga que produza novas conexões, livres.

O nome inicial da exposição “Pode ser Visto” era “preto-pobre-presos PODE SER VISTO”, apesar de existirem muitos pretos, pobres, presos, atualmente o projeto chama-se somente “Pode ser Visto”.

Tomei conhecimento desse projeto em uma exposição que o CRIAAD Nova Iguaçu realizou no salão da biblioteca central da UFF, no Campus do Gragoatá, em setembro de 2010. No dia da abertura conheci a pessoa responsável pela execução do projeto I-D-E-N-T-D-A-D-E-S, e pude obter informações não somente sobre a exposição “Pode ser Visto”, mas também sobre várias atividades desenvolvidas no CRIAAD Nova Iguaçu, como o projeto “Artes vivências e emoções”.

Informações a respeito de atividades desenvolvidas com os meninos, que os colocam, assim como no ‘Cecult’, em contato com atividades culturais variadas, que proporcionam ampliação de suas conexões, sem desqualificar suas preferências culturais, como por exemplo, o gosto pelo reggae ou pelo RAP. Participar de um show de reggae, frequentar museus, assistir a bons filmes são atividades propostas aos meninos, os quais respondem de maneira afirmativa a essa proposta, como parte das atividades oferecidas no cumprimento da medida de semiliberdade.

“\_Eu levo os garotos pro Centro Cultural Banco do Brasil. Imagina como é convencer o CCBB de que é importante aceitar esses garotos. Eu levo esses garotos pro CCBB. Creio que esses garotos que estão no CRIAAD, já assistiram a mais filmes nacionais esse ano, do que muita gente.

\_Mas, lá dentro... Como é que funciona lá dentro?

\_Lá dentro eu estou com um projeto que chama Artes vivências e Emoções, que é um projeto que é levar esses garotos que ninguém quer ver, aos lugares aonde todo mundo quer ir.

\_Como é o funcionamento desse projeto? Porque você sabe o que o G. falou pra mim? Que o que ele mais gostou no CRIAAD no qual você trabalha foi o ‘estilo do atendimento’ foi a forma de tratamento dada aos meninos. Ele falou de pessoas. Em nenhum momento ele falou agentes, menores ou infratores. Ele falou que eram pessoas que tratam bem as pessoas. E o que ele falou é que isso pra ele foi mais importante do que os cursos que ele fez. Em nenhum momento ele disse que os cursos não tenham sido importantes, o que ele disse é que pra ele aquilo foi o diferencial. Você me entende? O que quero falar é o seguinte: Em uma lógica educacional - punitiva, como é a do sistema, você faz um trabalho assim meio que de escape... (...)

\_Tem que ser significativa essa passagem! Um dia desses levamos uns garotos a um show de reggae... Tinha um monte de gente fumando maconha. Estávamos eu, os agentes, o motorista, e eles sabem que estávamos vigiando eles lá no show. De repente sumiram dois meninos, fomos procurar e eles estavam lá conversando com umas meninas... (...) O relacionamento [com os meninos] às vezes é bom, às vezes não é bom. Como com alunos...

(Diário de Campo, entrevista com professor de unidade de semiliberdade, 28.09.10)

Na atividade de pintura em grandes telas, a experiência é a construção em conjunto. Novas proposições, novas práticas para lidar com meninos que cumprem uma medida, que é socioeducativa e que pode, pela busca de um fazer diferente ampliar as conexões com o mundo, fazendo com que o mundo conhecido se torne também em um mundo de escapes.

Como a cada pintura de tela é convidado um observador que registra suas impressões a respeito da atividade, gostaria de utilizar-me de partes do texto de uma observadora.

Esta observadora inicia sua fala tomando, ela também, emprestado o texto de uma revista Argentina, escrita e dirigida por adolescentes. A edição a que ela se refere tinha por ilustração da capa a silueta de “*La Paloma*” de Picasso, com uma frase repetida em seu interior: “Crear es ser libre.” A revista chamava-se “El Escape”. Uma parte do texto, assim como o nome da revista, por ser justamente daquilo que aqui falamos, a possibilidade de produção de escapes, chamou-me atenção: “*Ellos pueden (...) hacer (...) que aprendamos a ser números. Pueden creer que no somos nada y que nuestra forma de vivir no cambia nada. (...) Nosotros tenemos que elegir entre comernos lo que nos dan o salir a buscar nuestro propio alimento.*”<sup>69</sup>

Do relato de uma outra observadora, transcrevo a fala de dois adolescentes que participaram do projeto em diferentes dias. São falas que parecem demonstrar um pouco dessa busca referida no texto da revista argentina: “*Gostei de tudo. Fiz arte. (...) Pinteí rodas: depende da roda a reviravolta na vida.*” “*Gostei de desenhar (...). Ficamos livres para criar, em liberdade, não pensamos em coisas ruins, fiquei tão leve que estou com sono.*”

Eu mesma participei desse projeto I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S em uma atividade desenvolvida no Colégio de Aplicação da UFF em Niterói<sup>70</sup>. O interessante dessa atividade foi que contou com a participação de alunos do colégio juntamente com os adolescentes atendidos pelo CRIAAD de Nova Iguaçu.

Ali o que se percebia era que eram jovens que realizavam uma atividade de maneira conjunta. Em nenhum momento percebi algum tipo de diferença entre os participantes por fazerem parte de instituições diferentes, qual seja escola ou unidade de semiliberdade. O espaço físico da tela foi sendo preenchido pelos jovens pintores, que o faziam de forma coletiva.

---

<sup>69</sup> “Eles podem (...) fazer (...) com que aprendamos a ser números. Podem crer que não somos nada e que nosso modo de viver não muda nada. (...) Nós temos que escolher entre comer o que nos dão ou buscar nossa própria comida.”

<sup>70</sup> O Colégio universitário Geraldo Reis é o colégio de aplicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Suas instalações são as de um antigo CIEP localizado no bairro de São Domingos em Niterói. “Uma parceria entre a UFF e a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro permitiu à universidade a criação do Colégio.” (conf. <http://www.uff.br> Acesso em 07.05.11)

Segundo informações, essa foi a primeira saída para uma atividade desse tipo. Foi a primeira vez que pintaram com adolescentes que não faziam parte do CRIAAD Nova Iguaçu, e foi a primeira vez que saíram para um outro espaço para realizar a atividade.

Conversei com os agentes que vieram acompanhar os meninos, que disseram sentirem-se gratificados em trazê-los para “esse tipo de trabalho”, porque às vezes “lá na unidade eles demonstram uma coisa e aqui vemos que eles são outra!”

Nesse dia fiquei especialmente animada porque conversei também com os meninos. Aquilo que não me era permitido estava ali ao meu alcance e sem rótulo de proibido, então aproveitei. Acho que ninguém saiu ferido, muito pelo contrario. Rimos bastante. Os meninos eram bem simpáticos, bem divertidos, assim como os meninos da escola também o eram.

Somente um impasse surgiu aquele dia em relação à foto que iriam tirar todos juntos. Os meninos que vieram de Nova Iguaçu poderiam ou não aparecer na foto junto com os de Niterói? E aí? O que pode ser visto? Adolescentes de instituições diferentes podem ser vistos juntos? Os adolescentes de Nova Iguaçu não poderiam aparecer por conta da proteção? De que seriam protegidos ali? De estarem junto a outros adolescentes que haviam conhecido em uma atividade em conjunto e de transformarem essa lembrança em uma foto?

Teriam que sair de costas ou de perfil. Os próprios meninos foram falar com os agentes que os acompanhavam. Saíram todos de frente.

“Acabo de sair de uma atividade executada com os meninos do CRIAAD de Nova Iguaçu. Eles vieram de Nova Iguaçu para participar da execução de um painel em conjunto com alunos do Colégio de Aplicação da UFF. Foi bem interessante. Havia meninos e meninas e todos pareciam bem à vontade. Até brinquei com um menino: ‘Ela estava te paquerando né?’

Os adolescentes vieram acompanhados de dois agentes de disciplina, do coordenador do projeto, do artista plástico que é responsável pela atividade e pelo diretor do CRIAD de Nova Iguaçu, que disse estar satisfeito com o fato de ter podido participar pela primeira vez dessa atividade do início ao fim: ‘Isso é uma obra de arte! Dá vontade de ir ali e pintar também!’

Fico pensando na fala dos operadores do Sistema em Meio Aberto: ‘Não dá para fazer nada!’ Segundo a maioria, não dá pra fazer nada porque não tem recursos financeiros.

Fico pensando nesse negócio de recurso financeiro. Pelo que ouvi lá, não chega até eles mesmo. Mas será que é só uma questão financeira?

A socioeducação é só uma questão financeira? Lembro do texto “Plantando uma Esperança”. Não havia investimento financeiro também, mas houve investimento no encontro. Aquele projeto da horta deu conta de muitas mudanças naquele contexto em que se deu, e era uma Unidade de Internação.

O que possibilitou que os meninos viessem hoje a Niterói? Foi o dinheiro ou foi o encontro? O investimento financeiro existiu porque houve um outro investimento, ou um outro investimento foi possível porque existe um investimento financeiro?

Sim, porque esses meninos saem para museus, empresas, enfim saem para passeios, e isso precisa de dinheiro, mas não só de dinheiro. Há toda uma rede de potências que se agenciam para que se possa levá-los a um show de reggae, por exemplo. O dinheiro não é o que cria projetos que aumentam a potencia desses meninos. O dinheiro facilita, mas o investimento, a idéia inicial vem da proposta do encontro.

Será que o recurso financeiro é mola propulsora do encontro? E as operadoras ou mesmo técnicas que colocam dinheiro de seu próprio bolso para realizar atividades mínimas que sejam com os meninos? E a que leva sua própria televisão para que possam assistir a um filme pelo menos? Qual é o grande investimento?

Conhecer o “Pode ser Visto” levou-me a pensar o que pode ser visto, o que ainda se quer esconder. O que o investimento ou o não investimento do Sistema, dos gestores, dos operadores, dos técnicos dizem do que pode ser visto?

O descaso é visto, mas em meio ao descaso vislumbramos experiências que ‘podem ser vistas’/percebidas como escapes.”  
(Diário de Campo, 08.12.10)

Na conversa que tive com S. naquele dia que falamos dos projetos, coloquei mais uma pérola em minha coleção.

A primeira pérola foi quando da ocasião de minha primeira entrevista com a assistente social, ela usou a expressão de um dos meninos: “Quem vai querer me conhecer?” A esta primeira expressão/pérola, se seguiram outras como: “Isso é uma falácia!” ou “Isso é uma falácia?”, e até mesmo a pérola/ e-mail do meu amigo, dentre outras que guardo com carinho e, por serem “pérolas”... atribuo enorme valor.

A pérola daquele dia de conversa com o S. (e este me forneceu muitas...) foi a pérola “pedagogia da presença”.

“- O que eles precisam é de uma pedagogia da presença. A gente tem que estar presente, tem que estar com eles. Não vê o exemplo da horta? É hora de deixar a ‘Pedagogia lusitana’!<sup>71</sup> Temos que encontrar formas de romper com esse ciclo de punição e violência. O servidor publico tem que considerar o publico com quem ele trabalha! Esses meninos, por suas histórias de vida, são pessoas que mudam de comportamento constantemente. Tem que ter paciência! Tem que ter uma outra pedagogia.”

---

<sup>71</sup> A “pedagogia lusitana” à qual S. se refere é “pedagogia da tamancada”, a que deixa marcas, numa referência às mulheres lusitanas que, por usarem tamancos davam tamancadas em seus filhos. Creio que, contextualizando, poderíamos usar também a expressão “pedagogia da chinelada”.

A proposta sugerida pela pedagogia da presença é a proposta do encontro.

Na contramão da lógica de funcionamento do sistema socioeducativo, que se apóia em uma estratégia de despotencialização dos corpos, a possibilidade de ter encontros vários e de vários tipos, é condição fundamental para aumentar a potência de ser/estar no mundo, não só dos meninos que cumprem as medidas, mas também dos profissionais que trabalham no sistema socioeducativo.

De acordo com Spinoza, filósofo do século XVII, enquanto vivemos nos encontramos.

Alguns encontros produzem afetos<sup>72</sup> tristes, os quais diminuem a potência de ser/ estar no mundo, ao passo que outros produzem afetos alegres, que aumentam essa potência.

Encontros com as “solitárias”, as grades, as algemas, o descaso, a “falta de um lanchinho”, o não oferecimento de serviços, a agressividade, as surras, com os profissionais endurecidos, cronificados, com o controle, o estigma, com o “menor infrator”, com a falta de pagamento dos operadores, com as péssimas condições de trabalho ou com as dificuldades do atendimento, são encontros que diminuem a potência. Em um outro sentido, os encontros com a terra, com o plantio, com a tela em branco, com a escola, com as tintas, com a escuta (a escuta do agente e a escuta dos meninos), com os passeios, e nos passeios com os trabalhadores praticantes da pedagogia da presença, com o curso oferecido pelo DEGASE, têm se mostrado como encontros que aumentam essa potência.

O que pode produzir uma certa deriva no atendimento oferecido aos meninos que cumprem as medidas socioeducativas, que escape à lógica endurecida da punição, é um investimento em práticas que desloquem o olhar do profissional e do menino. É o investimento no encontro. O investimento no encontro é que faz, por exemplo, com que os meninos não pulassem o muro que ficava ao lado da horta, ou que permitia a escuta de histórias nas madrugadas. Eles estão ali vivendo uma história que os coloca naquele lugar e ali eles querem ficar. O investimento, não no encontro “agente de disciplina/ menor infrator”, uma vez que a lógica levaria à punição, mas o encontro entre pessoas.

Aqui retomo a fala daquela técnica do curso, que dizia:

“Às vezes esses meninos precisam da gente... precisam de que a gente sustente algo para eles! Quando eles não acreditam neles, não conseguem realizar coisas... Muitas vezes temos que acolher, sustentar, ouvir... para além do ato infracional... e ali, outras coisas vão aparecer!”

(Diário de Campo, curso DEGASE, 29.09.10)

---

<sup>72</sup> A esse respeito consultar SPINOZA (2009), na parte III da Ética, “A origem e a natureza dos afetos”.

Percebe-se por essa fala que o profissional que “sustente algo” para os meninos, pelo deslocamento de seu olhar, também o faz para si próprio. Produz uma circulação desses/nesses corpos, e também no/do seu, dando passagem a fluxos que até então estavam como que “impedidos” de serem percebidos e conseqüentemente acessados, pois não só os meninos vivem em condições precárias, mas também os profissionais. Esses profissionais adeptos dessa pedagogia da presença optam por “*inventar sua práxis de modo a fazer brechas no sistema de subjetividade dominante*” (GUATTARI, 1993, p.50) que produzem escapes os quais sustentam uma prática produtora de “outras coisas”, “para além do ato infracional”.

“Nesta aula de hoje está se falando muito de responsabilidade, acertos, salário mínimo, empregabilidade, desemprego, etc., e a todo o momento me lembro do que me falou o G., o rapaz com o qual conversei ontem na abertura da exposição...

G. me falou que mais importante que fazer cursos é encontra-se com pessoas, e na unidade onde cumpriu a medida de semiliberdade, segundo ele, encontrou-se com pessoas. Segundo a fala de G. foi esse encontro que possibilitou que ele não pulasse o muro da unidade, o que era sua idéia inicial ao ser transferido do regime fechado.

Ele disse que hoje trabalha, mas que mais importante do que somente trabalhar e ‘ganhar dinheiro’, é que encontrou novos significados para seu trabalho: ‘Hoje escolhi estar bem!’, foi o que me disse ontem.

Enquanto conversava com ele, me lembrava do S. e da pedagogia da presença. Talvez a pedagogia da presença seja uma metodologia potente para a construção de um caminho de possibilidades para os meninos, muito mais do que as atividades profissionalizantes ou a escolarização formal, até porque, como a gente vê aqui no curso mesmo, estas quase nunca se fazem presentes.

Lembro também do senhor E. o agente –educador que praticava a pedagogia da presença. Quem sabe aqueles jovens, em suas tentativas, mesmo nas que acabaram levando-os a autoria de um ato infracional, buscassem encontros desse tipo, do tipo que aumenta e afirma a potência de existir?

Aonde aquelas conversas os levavam? Não sei ao certo, pois uma mesma frase, uma mesma palavra pode produzir efeitos tão diversos em cada um dos ouvintes participantes de uma mesma conversa, que não é possível prever o “lugar” para onde se transportavam naqueles momentos.

Não se pode saber, portanto, aonde iam aqueles meninos, para além de seus corpos encarcerados, no momento em que conversavam como o Senhor E., mas podemos pensar que talvez fossem ao encontro da namorada, à casa onde mora sua família, às brincadeiras, à pipa, às bolinhas de gude, aos banhos de chuva na rua, as broncas da mãe... às muitas histórias que viveram. Senhor E. também contava suas histórias, certamente muito semelhantes às dos meninos: a pipa, as bolinhas, as brincadeira, as broncas... Todos nós temos histórias! Em muitas ocasiões gostamos de contá-las.

Aqueles meninos que conversavam com senhor E. haviam sido pegos enquanto construíam seu caminho.... Em suas histórias a lembrança da correia e da adrenalina das ruas... até que um dia...

o encontro com aquilo que dizia que eram infratores, que seu modo de vida era incorreto, imperfeito, errado, oferecia perigo e merecia ser punido. Agora falavam sobre tudo com o senhor E.

Aqui também faço um exercício semelhante aos meninos e ao senhor E., já que prefiro estar em contato com a escrita e aos lugares em que ela possa me “levar” do que estar atenta à uma aula que fala sobre “falta”. Prefiro pensar em possibilidades. (Diário de campo, curso DEGASE, 29.09.10)

### **Liberdade**

Ah! Se um dia soubesses  
A falta que você me faz  
É uma pena que não saiba  
Longe não estaria mais  
Pois se comigo estivesses  
Saberia que a amo  
E que seu amor reclamo  
Mas você não me obedece  
Contente lhe mostraria  
Com todo meu bem querer  
Que eu preciso de você  
Surpresa me beijarias  
Mas você não me entende  
Não quer compreender  
Que nada é mais importante  
Que ter comigo você  
Por você tanto procuro  
Mas finge que não me vê  
Liberdade você não sabe  
Que eu preciso de você  
É minha intenção, meu humor  
E também meu ponto falho



quero dizer que a amo  
que é meu único trabalho  
è fazê-la entender  
Que eu preciso de você  
E apenas a quero ver  
Minha querida e amada  
Liberdade

H.C.N.

### **CAPÍTULO III: De volta ao mar**

#### **1. O desalojar contínuo das ondas.**

“A vida vem em ondas  
Como um mar  
Num indo e vindo infinito.  
(Como uma onda. Lulu Santos/Nelson Motta)

O acaso, que para muitos passa despercebido, para mim, em muitas vezes durante o processo de pesquisa para a construção dessa dissertação, foi condição de possibilidade de construção do pensamento. Condição de possibilidade para a composição de um plano de abertura o qual possibilitou problematizações e análises que talvez não entrassem nessa construção se eles, os acasos, não tivessem “se aproximado de mim”.

Foram tantos os acasos, que penso que poderia chamá-los de parceiros. Parceiros operadores de mudanças a todo o tempo.

Foi em um dia no qual participava de um evento, que as “chaves do vento” abriram caminho para uma certa “virada de jogo”.

Estava naquele primeiro dia de evento quando ouvi, por acaso, uma conversa telefônica. A pessoa não percebeu minha presença ao falar, de modo apressado, ao celular. Informava pessoa sobre roupas de cama e uniformes limpos. A pessoa que estava do outro lado da linha parecia não entender bem do que se tratava porque ela teve que explicar que as roupas de cama existiam e estavam em um determinado lugar, bem como os uniformes limpos.

A conversa se referia às roupas de cama de alojamentos de uma determinada unidade de internação do Rio de Janeiro. Seria preciso que fossem encontradas logo, porque aquela unidade seria

visitada. Pela dificuldade na explicação a seu ouvinte, percebi que aquelas roupas de cama não eram muito usadas... mas deveriam ser rapidamente encontradas por ocasião da visita.

A pessoa ao telefone cumpriu com seu dever: foi para um lugar totalmente reservado comunicar à pessoa responsável que deveria haver roupa de cama limpa nas camas dos meninos e que estes deveriam estar vestidos com uniformes igualmente limpos na ocasião da visita, que pelo jeito, seria naquele mesmo dia.

Tudo certo! Ela só não percebeu que eu estava ali...

Aquilo não saiu mais de minha cabeça!

Era um seminário sobre medidas socioeducativas no Rio de Janeiro, o qual falava sobre a política de atendimento do Novo DEGASE.

Me senti em um limbo!

A que se prestaria aquele espaço? De que se falaria naquele seminário? De camas sem roupa de cama, ou de meninos sem uniformes limpos? Disso se falaria sim, mas como fazendo parte de um passado no qual se observava a existência de precariedade nos atendimentos oferecidos, já que a ênfase seria na política de atendimento do Novo DEGASE, que tem por objetivo “preparar os meninos para o momento em que fossem cruzar o portão.”

O episódio da “escuta oculta” foi no final do intervalo para o almoço. Aquele acontecimento se deu quando todos já estavam lá dentro, a não ser aquela pessoa que falava ao celular e... eu.

Início esse capítulo falando de acasos, porque assim percebo aquela “escuta oculta” fortuita, que produziu em mim tão grandes inquietações que não a referi até o presente momento.

O esboço de um terceiro capítulo já se anunciava com título, esquemas e conceituações, no entanto aquela escuta pesava e por pouco ficaria fora das análises.

Aquele episódio, que quase fica no campo do não dito, no entanto, mostrou-se potente.

Era preciso falar de minha “má-vontade” em falar do SINASE!

E então, mais uma vez, lá estava eu “de volta ao mar”... Aliás, acho esse um bom título, para esse que pode ser a tipificação da experiência de se estar em um mar sem calmaria, revolto de conceitos, experiências, indignações, lembranças. Não penso que seja, nem de perto, um rumar a um porto, mas estar como (entre) ondas no mar.

*“As ondas do mar, como parte do oceano que não se esgota nele, se erguem em vagas que crescem e decrescem, se misturam num fazer/refazer infinito...”* (NEVES, 2002, p.76). Assim sendo, mais uma vez o processo de desalojar pensamentos e olhares atravessa também a minha escrita.

O trabalho da pesquisa, assim como o da escrita, se dá por um despregar-se contínuo. Pesquisar é intervir e permitir que os objetos que se constroem e se modificam também possam intervir em nós. Desse modo, também somos construídos, enquanto pesquisadores, desmontados,

modificados e desalojados a todo o momento. Essa é a potência da pesquisa, o que a faz ir e vir em movimentos ondulares, como as ondas do mar, das quais não se pode “achar” um certo começo ou um fim, mas ondulações que ora fazem aparecer um elemento, ora outro.

A escrita também acompanha esses movimentos ondulares.

Às vezes nos vemos em meio a “marolas” tão pequeninas, que pensamos se iremos sair dali em algum momento. A escrita endurece paralisada pela pouca força do encontro marola-areia. O pensamento como a areia endurecida na beira da praia, espera pelas chaves do vento, pelo momento em que esse tenha força o bastante para perturbar o equilíbrio da água formando uma grande onda que o leve para longe das marolinhas.

Então a escrita se faz pela violência do vento a desalojar o pensamento. Violência produtora de experimentações. Quão tediosa seria a escrita sem as experimentações! Quão previsível seria a pesquisa sem as surpresas. Quão “sem sal” seria produzir um texto sem estar ondulado por ele, molhando a escrita com a água mexida das ondas!

Nesse processo ondulatório devemos estar atentos àquilo que nos convoca a escrever e até mesmo àquilo que não nos convoca. Na narrativa da dissertação havia algo que não me agradava muito. Uma certa “má vontade” na escrita. Esse algo era o SINASE.

## **2. Quando não gostamos dos enunciados do SINASE. Da escuta atenta à “má-vontade” na escrita**

“Tuas idéias não correspondem aos fatos,  
o tempo não para.”  
(Cazuza)

O SINASE, como já dito, foi um documento construído a partir da necessidade de se implementar um certo ordenamento ao atendimento socioeducativo, proposto a partir da legislação vigente para a infância e juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mesmo o Estatuto sendo uma lei, foi necessário o SINASE para que, no que tange ao sistema socioeducativo, ela se cumprisse de fato, pois, na maioria dos casos, em se tratando desse atendimento, é uma lei flagrantemente desrespeitada.

Exemplos desse desrespeito já foram citados no corpo desse trabalho, nas referências às situações encontradas e descritas pelas equipes do Conselho Federal de Psicologia e da Ordem dos

Advogados do Brasil quando das visitas às unidades de internação em 2006, às denúncias do MP no Ato Público para o fechamento do ESE, na fala da mãe que teve seu filho morto no sistema, na fala dos operadores, no relatório de denúncias de maus-tratos no ESE, no medo dos meninos do abrigo que temiam um dia estar “dentro” daquele lugar de maus-tratos, pois que, de maus tratos era sobre o que ouviam.

Quando participava do curso para operadores do sistema socioeducativo em meio aberto, e percebia na fala dos operadores que muitas das dificuldades perduravam, pensava sobre a necessidade de se construir um documento para se fazer respeitar uma lei e da dificuldade em se fazer valer das diretrizes supostamente implementadas por esse documento.

Um documento para regulamentar uma lei. Uma lei que não se cumpre e precisa de um documento.

Qual o efeito desse movimento se permanece a manutenção da lógica do sistema? A que serve a construção de mais um documento?

Naquela época pensava do seguinte modo: “Bem, só estamos nesse curso por conta do SINASE priorizar as medidas socioeducativas em meio aberto, então esse curso também é efeito. Também faz parte da produção!” Àquela época uma expressão me vinha sempre à cabeça: “Isso não para!”<sup>73</sup> A máquina produtora não para. As engrenagens do sistema não param. A retroalimentação não para. As mortificações não param. A produção do lixo não para. “Daqui a pouco vai ser preciso um documento para se fazer cumprir o documento, que foi construído para que a Lei se cumprisse”, era o que pensava naqueles dias.

O curso é produto, os operadores... a angustia, as práticas... o suposto funcionamento falacioso...

Construo uma dissertação. Isso também é produto.

A máquina produtora que funciona pela despotencialização/mortificação para produção de lixo descartável é produtora de cursos, de capacitações, de especialismos, de dissertações!

A dificuldade engendrou o SINASE e o SINASE engendra o que? Outras dificuldades! Outros descumprimentos! Outros produtos.

Perceber o SINASE, que é descrito como sendo uma “tábua de salvação” para o Estatuto, como engrenagem dessa máquina, quase produziu em mim a tão “potente” (Lembremos da pergunta no início desse trabalho: “Pra quem?”) despotencialização.

Não queria escrever a respeito do SINASE.

A expressão “Isso não para!” pra mim já era o bastante.

---

<sup>73</sup> Expressão utilizada nas aulas da disciplina Subjetividade e Clínica pelo professor Eduardo Passos, referindo-se a uma produção que não para.

Mesmo com o SINASE incentivando a municipalização, é patente que alguns municípios não têm interesse em atender “seus” meninos no cumprimento das medidas em meio aberto. Isso ficou claro pelas falas de professores do curso, mas também pela fala do diretor do DEGASE, durante o seminário.

“Às vezes os juízes aplicam a internação porque não têm outra opção, porque na maioria dos casos os municípios nem sabem quem é esse adolescente e se torna mais fácil enviá-lo para a capital, para a internação. Existe dificuldade na implementação das medidas nos municípios. Quando chega na capital tem contato com as facções... As facções existem fora e dentro das unidades de internação, a gente não pactua com isso, mas também não pode dizer que isso não existe!” , foi o que falou a professora.

Nessa aula fico pensando na dificuldade em relação aos municípios. A gente fala das unidades fechadas superlotadas e que não se efetivam outros modelos de atendimento para esses meninos, como se isso fosse uma questão que se resolvesse por si mesma. Se fosse assim, a solução seria a construção de mais e mais unidades... de internação e de semiliberdade. Pensar na municipalização é pensar também, que talvez os municípios não queiram esses meninos, que talvez para eles seja melhor que estejam longe, ‘na capital’, fechados. A professora acabou de falar que faz palestras sobre a municipalização dos atendimentos pelas cidades do interior e em alguns casos ouviu dos técnicos a seguinte afirmação: ‘nem sabíamos sobre esses meninos!’ Se o município já não via esse menino, que cometeu uma infração e está internado na capital, antes de cometer essa infração e conseqüentemente ser internado, certamente não irá querer vê-lo agora, que está nesse lugar: o lugar do perigoso. Melhor dizendo: o município que não via esse menino que estava lá no seu lugar de ‘socialmente vulnerável’, terá intenção de vê-lo agora que está no lugar de ‘infrator’? Teria esse menino, se tornado visível? Talvez não fosse visível como um menino, mas como ‘o menino’, aquele que é a expressão do negro, pobre, vulnerável. Esse pode ser perigoso!”(Diário de Campo, curso DEGASE, 22.09.10)

“No estado do Rio, nem todos os municípios atendem medidas socioeducativas em meio aberto. Hoje no DEGASE, o maior número de internações se dá por envolvimento com o tráfico de drogas, por furto ou roubo, mas há que se investigar as diferenças entre os municípios. As dificuldades no atendimento aos meninos nos municípios devem ser muito parecidas, se relacionando a questões salariais, dificuldade de local adequado para as instalações das equipes de atendimento, precariedade de verbas e de pessoal. ‘Essa era a fala da professora, quando de repente foi interrompida por um aluno, um operador, que disse: ‘Não fazemos atendimento ainda porque não temos um local adequado, um espaço físico adequado e nem temos material humano. Estamos em fase de implementação e onde amolamos nossas ferramentas tem sido aqui.’ Muitos outros operadores de diferentes municípios disseram que faziam dessas palavras as suas.

‘Temos que olhar o adolescente como um todo.’ Continua a professora. ‘Quando ele está internado, ele está longe de tudo o que se relaciona a ele: sua família, sua comunidade, é importante

que ele esteja o mais próximo possível de sua comunidade. A municipalização é isso. (...) Quando houve a possibilidade da municipalização muitas pessoas ficaram com medo de perder o emprego. Era uma coisa nova! Quando se implementa o novo haverá uma fase em que o novo irá conviver com o antigo, o que gera divergências... (...) Se nós estamos aqui, é porque não acreditamos que as coisas que estão aí não tem mais jeito, vão ficar do jeito que estão. Se estamos aqui é porque acreditamos que têm jeito. (...) fomos levar um adolescente que estava em uma unidade de internação para um atendimento com um profissional de saúde e ele disse assim: Ah! Não tem jeito não! Esses daí viram traficantes, prostitutas... é assim mesmo!... (...) Na época em que eu fui trabalhar no Juizado de Menores (falei menores porque na época era Juizado de Menores mesmo, hoje é que é Juízo da Infância e Juventude), eu estava ‘cheia de gás’. Havia uma funcionária que já era muito antiga e que falou assim pra mim: ‘\_Quero ver se daqui a vinte anos você vai estar assim, com esse gás todo!...’ Gente! Eu penso nisso todo dia! Não quero perder o meu gás!’ ”

(Diário de Campo, curso DEGASE, 22.09.10)

“O diretor fala de fechar o ESE. Se já foi dito que tem que fechar, porque não fecha? É claro que dificuldades existem. Isso que ele acabou de contar, por exemplo, é um problema recorrente.

Ele contou que o prefeito de uma cidade do leste fluminense respondeu o seguinte, em relação à construção de uma unidade de internação em seu município: ‘Gostariam de ter um aterro sanitário ao lado de sua casa? ’, foi o que perguntou o prefeito. Pô! O prefeito chamou os meninos de lixo! É uma coisa que parece não mudar, um pensamento que parece cristalizado essa maneira de perceber os meninos como lixo.

(...)

‘Sabem o que eu ouvi em (nome do município), além do que eu ouvi em (nome do município)’, falou o diretor para um pequeno grupo durante o intervalo, ‘Temos que tirar a semente do mal de (nome do município)!’ Os meninos foram chamados de lixo e agora de ‘semente do mal’!

O interessante é que o município no qual o prefeito se refere ao centro socioeducativo como ‘aterro sanitário’, é o município do leste fluminense com maior numero de meninos atendidos pelo sistema socioeducativo, mas a unidade será construída em um outro município, em Araruama, que só tem dois meninos sendo atendidos. O que acontece? Além da manutenção da lógica higienista, punitiva, a política também funciona como engrenagem para produção. O município com maior número de meninos continuará oferecendo dificuldade de acesso às famílias desses meninos, enquanto que um município que, teoricamente não teria a necessidade de uma unidade ( se é que algum município tem, ou seja, se é que haja a real necessidade de construção de mais unidades de internação) terá a facilidade de acesso. E o SINASE que privilegia a manutenção dos vínculos familiares? O que acontece que ele não se cumpre? Mesmo nessa discussão ainda está se falando de construção de unidades de internação, que agora, segundo o diretor vão se chamar centros socioeducativos, porque segundo ele disse, ‘é isso que lá se faz: socioeducação.’ Então tá né! A cada vez mais eu fico pensando nesse negócio de SINASE fazer funcionar as coisas de maneira diferente. Como é essa diferença na prática. Porque eu ouço as pessoas falando: ‘Depois do

SINASE’, ‘Agora com o SINASE’, mas é com o SINASE mesmo que não se fecha o ESE! É com o SINASE mesmo que as roupas de cama são procuradas às pressas! É com o SINASE mesmo que meninos têm morrido nas unidades! É como o SINASE mesmo que os operadores chamam seus atendimentos de falácia! Tá tudo aí! É com o SINASE mesmo! Aquela mãe que teve seu filho morto e que conversou comigo, disse que a princípio acreditava no sistema. Acredito que naquela época ela não soubesse ao certo o que era SINASE... já pensou falar pra ela: ‘Seu filho morreu dentro do sistema, mas era na época do SINASE!’ O que o SINASE efetivou de mudança que impedisse a morte daquele menino? O que é que vai impedir que esse tipo de coisa aconteça? O que é que vai impedir que os operadores que atendem os meninos nos municípios não recebam seus salários ou que não haja dinheiro nem para um lanchinho? O que é que vai implementar mudanças naquilo que não se pretende mudar? O sistema funciona produzindo o que precisa que seja produzido. Isso não para! O que é que vai fazer essa coisa toda funcionar de maneira diferente, se em time que está ganhando não se mexe? O SINASE? E o que vai fazer funcionar o SINASE?

(Diário de Campo, Seminário, 29.11.10)

Naqueles dias de seminário, era impossível não fazer um contra-ponto com a teoria, o diário do curso, as entrevistas, o relato daquela mãe, o Estatuto e o SINASE. Falamos aqui de coisas recentes. Nada muito longe, nos tempos do Código de menores, ou da situação irregular, mas falas de hoje... (e sempre?) Isso não para!

Começava a pensar que escrevia sobre o que estava dado, sobre possíveis e não possibilidades, e me perguntava a respeito da funcionabilidade dessa escrita, em como poderia funcionar como um tamanco entre as engrenagens,<sup>74</sup> como chaves de vento sopradas em algo tão endurecido, ou mesmo naquilo que ela poderia trazer de fôlego para novos instituintes em meio à instituídos cristalizados do sistema socioeducativo, quando de repente ouvi as seguintes falas:

“Quase não há literatura no Brasil sobre socioeducação. A Universidade faz análise institucional, faz algumas denúncias e propõe algumas coisas... O jornalismo faz literatura de testemunho...”

(...)

“Aqui fica uma crítica à academia: Só há a crítica, não há respostas. Quando a gente pergunta: Mas o que fazer? Não há respostas.”

(Diário de campo, seminário, falas de dois participantes, 29.11.10)

Embora tivesse um pouco de “má-vontade” para falar do SINASE, a possibilidade de não oferecer respostas prontas era animadora. Acho mesmo que a possibilidade de não existirem

---

<sup>74</sup> No século XIX, operários jogavam seus tamancos de madeira (sabots) nas engrenagens das máquinas e assim paravam a produção das fábricas. Aqui não pensamos nesse sentido, mas em expor essa maquinação no que ela tem de potência/despotencialização que se dá entre a repetição do mesmo e criação de possibilidades.

respostas prontas é uma mola, uma carga de energia na busca por pistas de novos arranjos a cada encontro.

As análises dos efeitos das práticas despotencializadas, porque angustiadas, dos operadores do sistema socioeducativo em meio aberto, trazem nelas mesmas as possibilidades de novos rumos de atendimento. Aceitar um lanchinho oferecido pelos meninos atendidos, levar uma televisão ou um DVD de sua casa para assistir a um filme com eles, conversar com eles, comprar cartolina e lápis para fazer alguma atividade, estar com eles, falar com eles, ouvi-los...

O que fazer nos tempos do SINASE? Operar em meio à “má-vontade”?

Talvez não seja de “má-vontade” que se fale aqui, já que me utilizo de uma expressão do senso comum... Falamos de um funcionamento e do que é produzido. Sobre operar, também falamos. Operar é uma expressão que lembra movimento, movimentar. O movimento da máquina.

Isso não para.

Pensava no SINASE e me lembrava de Cazusa, quando, de maneira poética, nos idos de 1989 dizia aquilo que hoje percebo a respeito do SINASE: *“Tuas idéias não correspondem aos fatos”*. Desta mesma poesia, lanço mão ainda, para expressar uma percepção: *“Eu vejo o futuro repetir o passado. Eu vejo um museu de grandes novidades. O tempo não para.”*

### **3. O doce que é dado e tirado de dentro da boca. Quais os efeitos dessa intervenção?**

Jasão – (...) Quer o quê? Tirar doce de criança? (...)

Tem que produzir uma esperança  
de vez em quando pra a coisa acalmar  
e poder começar tudo de novo  
Então, é como planta, o povo,  
pra poder colher, tem que semear,  
Chegou a hora de regar um pouco  
Ele já não lhe deu tanto? Em ações,  
prédios, garagens, carros, caminhões,  
até usinas, negócios de louco...  
Pois então? Precisa saber dosar  
os limites exatos da energia.  
(Souza e Ramos, p.16)<sup>75</sup>

---

<sup>75</sup> Parte do texto de “Gota d’Água”, peça teatral de Chico Buarque de Holanda e Paulo Pontes, escrita em 1975 e publicada em livro homônimo em 1975, pela editora Civilização Brasileira. (<http://pt.wikipedia.org> acesso em 27.05.11)



Quando lia sobre o projeto I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S, houve uma fala que me chamou a atenção. Era a fala de um menino que após participar da atividade de pintura, disse o seguinte: “Acho que o CRIAM<sup>76</sup> agora é a minha casa, tomo banho, tenho comida (...) sou artista! Tenho tudo aqui!”. Aquele menino se percebia livre durante o tempo em que realizava a atividade de pintura. A liberdade para criar a partir de uma tela em branco lhe possibilitava a percepção de que existe algo passando nas “rodas”<sup>77</sup> da vida, que em algum momento pode ser acessado.

Pelas falas de vários outros participantes dessas atividades de pintura, podemos observar que também percebiam aquele tempo como um tempo de liberdade, já que se sentiam “livres” para criar na tela em branco. No entanto, podemos pensar da seguinte maneira: Naquele momento de liberdade para criar, se sentiram livres para conexões com aquilo que não para de passar nas rodas da vida? No entanto, estavam em semiliberdade. O que é semiliberdade?

À fala daquele menino que acreditava ter tudo naquela instituição que lhe oferecia comida e banho, se seguiram outras, de outros meninos que queriam mais, queriam talvez acesso livre àquelas conexões que percebiam existirem quando estavam pintando, pois em resposta lhe disseram que poderia até pensar que por ter comida e banho tivesse tudo, “Só não têm liberdade!”, foi o que responderam.

Ao mesmo tempo em que alguns meninos se sentiram livres enquanto pintavam as telas, outros perceberam que essa liberdade era como um escape à dureza da lógica que conduzia suas vidas. Estavam em regime de semiliberdade, e o que é uma semiliberdade senão vigilância, controle e punição? Caso façam algo que o sistema julgue “errado”, podem voltar/ir para o regime fechado.

Quais os efeitos nas unidades de internação, da intervenção de projetos, como o “Plantando uma esperança”? Ou nas propostas das atividades da semiliberdade, como o I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S? Ou, ainda da municipalização das medidas de LA e PSC?

Mesmo respondendo de maneira apressada, utilizo-me da expressão de uma operadora, que diz haver certa “maquiagem” nos atendimentos municipalizados, um certo acomodar de estados de coisas se anuncia.

---

<sup>76</sup>As unidades de atendimento para cumprimento de medida de semiliberdade, que hoje se chamam Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD), anteriormente eram chamadas de Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM).

<sup>77</sup> Utilizo-me dessa expressão, anteriormente citada neste trabalho, que é retirada da fala de outro menino participante da atividade: “Gostei de tudo. Fiz arte. (...) Pinteí rodas: depende da roda a reviravolta na vida.”

As propostas das práticas socioeducativas na semiliberdade, como, por exemplo, as saídas para atividades culturais; ou no caso da Liberdade Assistida, por meio da qual supostamente se prestaria um atendimento “individualizado” ao jovem ou à sua família, estão inseridas no conjunto das diferentes modalidades do cárcere na sociedade de controle.

Creio que se percebe uma estratégia de dominação e controle quando lemos que “*Tem que produzir uma esperança de vez em quando pra a coisa acalmar e poder começar tudo de novo. (...) Pois então? Precisa saber dosar os limites exatos da energia*”<sup>78</sup>. Como se fosse o caso de essa “coisa” toda ser muito feia, muito dura, muito mortificante, então alguém pode ir lá e dar uma embelezadinha, uma amansadinha, “*produzir uma esperança de vez em quando, pra a coisa acalmar...*” realizar alguns projetos, alguns eventos, algumas atividades diferenciadas... Proporcionar aos meninos um sentimento de que, “dentro” do sistema, têm tudo... Como doses de calmantes... como gotas homeopáticas de contenção... de mortificação.

Garantir a manutenção do sistema, supostamente flexibilizando seus atendimentos, atenuando suas “penas”, garantindo direitos, mas mantendo a mesma lógica, em que os meninos participam ou não dos projetos, são ou não punidos com violência física, têm ou não atendimento médico, escola formal, atividades e cursos profissionalizantes, roupas de cama, comida, banho... , proporciona o tipo de funcionamento que os manterá sob vigilância e controle, seja dentro ou fora dos muros, pois não é disso que se trata. Não é de garantia de direitos, de acesso a atendimentos públicos como escola ou educação, ou mesmo de atividades profissionalizantes para melhor entrada em um mercado de trabalho congestionado, é de manutenção de uma lógica.

Talvez seja pelo fato de que o que se quer manter seja o funcionamento da máquina produtora “que não para”, mais do que oferecer a possibilidade de produção do novo, que projetos que ofereçam, ainda que minimamente, a possibilidade de escapes a essa lógica sejam extintos. Percebemos o “*dosar os limites exatos da energia*” no cortar das árvores que impediam a vigilância, ou pelo cessar das atividades do Cecult, que foram extintas porque não faziam parte da cultura dos meninos, e ainda, recentemente, pela extinção dos projetos I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S e Artes Vivências e Emoções.

O que se evidencia a partir disso?

Qual é o sentido de dar um doce, permitir que se sinta aquele gostinho adocicado, gostoso, que produz uma sensação boa e agradável... e depois tirá-lo de dentro da boca, quando já se sentia o

---

<sup>78</sup> Parte do texto de “Gota d’Água”, peça teatral de Chico Buarque de Holanda e Paulo Pontes, escrita em 1975 e publicada em livro homônimo em 1975, pela editora Civilização Brasileira. (<http://pt.wikipedia.org> acesso em 27.05.11)

prazer proporcionado por esse experimento? Qual o sentido de não se permitir comer o doce até o final e adoçar toda a existência encarcerada, punida, contida, vigiada?

Qual a função do doce? Do dar e tirar o doce?

Comido até o final, o doce produziria potência? Dado e tirado, a diminui?

Aos meninos, é permitido que conversem, que plantem, que saiam, que assistem filmes, que pintem, que tenham comida e banho, eles “só não têm liberdade!”, como disseram aqueles meninos que perceberam que faziam parte de uma grande estratégia de funcionamento. Partes da engrenagem, que “precisa dos presos, precisa dos pobres”, para que sejam presos, para que haja o controle social e para que gerem lucros.

“(…) como é que você vai conscientizar os municípios de que esse garoto também é responsabilidade dele, se não for por essa via? Existe um trabalho que é feito com esses garotos dentro do DEGASE, e aí quando o DEGASE sai pra discutir com a sociedade... Porque a sociedade também não quer esse garoto não! Se tivesse aí um plebiscito da maioria penal, provavelmente passava! (...) O senso comum diz que se matar tá bom! Por isso eu não vejo dicotomia. O trabalho com o DEGASE é o trabalho com o adolescente. Quem paga o meu salário?

\_Precisa dos presos.

\_A gente precisa dos presos, precisa dos pobres... O DEGASE é o seguinte: os pobres que não se encaixam dentro da pobreza que não se encaixam lá... vão parar no DEGASE!

\_ Os pobres, que não são contidos na rua, vão pro DEGASE... (...)

\_Então, os pobres já são punidos, embora haja um funcionamento que precisa deles na economia, são descartáveis, podem ser exterminados sem prejuízo (...) E nós estamos aqui falando da educação dentro do judiciário.

\_Contradição mesmo... Alguns garotos só tiram documentos quando são presos. Dentro do sistema é que tem a oportunidade de ir assistir filmes... O que é isso? É trabalhar com uma contradição da sociedade, porque é a sociedade que dá esses espaços públicos.

(Diário de Campo, entrevista com professor de unidade de semiliberdade, 28.09.10)

‘Que postura a administração pública tem frente aos programas estabelecidos? Por exemplo: não adianta ter tudo direitinho no papel, ter bons programas no papel, mas na hora do trabalho acontecer, não acontece. (...) A maioria dos municípios diz que tem programas profissionalizantes e não tem. Quando tem são aquelas oficinas que ninguém quer! Aquelas oficinas, por exemplo, de fazer vassoura. Que adolescente quer aprender a fazer vassoura? Quem quer comprar vassoura de menino que cumpre medida? As vassouras não se escoam para lugar nenhum! Aí uma pessoa me falou: eles podem vender de porta em porta! Quem vai abrir a porta para aquele menino preto, pobre, que fala de um jeito diferente? A moda agora é padaria. Também não escoam

para lugar nenhum! Aí alguém me falou: ele pode ter uma padaria em casa! Gente! Como ele vai ter uma padaria em casa? Em casa? Eu fico pensando assim: os meninos gostam tanto de mecânica... e as prefeituras têm carros... Por que não aproveitar isso? Os meninos e suas famílias não precisam de coisas irreais!’ (Fala do professor) (Diário de campo, curso DEGASE, 22.09.10)

A partir da imagem de uma criança da qual a mãe lhe tira um delicioso doce das mãos, podemos pensar a respeito do que sentem os meninos que, ao participarem de atividades das quais realmente gostam, e não somente aquelas oferecidas como “calmante” para ocupar seus corpos, repentinamente se vêm privados dessa participação.

A criança irá pedir o doce de volta, chorar, espernear, reclamar, será até como dizem “mal-educada”, por reivindicar aquilo que tanto quer. Os meninos também. Chamam-lhes mal-educados, ou seja, supostamente tiveram uma “educação ruim” e por isso, agora deverão passar por atividades, ditas como socioeducativas, mas não deverão, no entanto, entrar em contato com possibilidades, mas com possíveis somente. Um curso de mecânica é uma possibilidade que lhes é negada, assim como a continuidade do projeto I-D-E-N-T-I-D-D-E-S, que lhes permitia perceber conexões que não param de passar nas rodas da vida. As oficinas de vassouras pet, às quais eles sabem que não escoarão para lugar nenhum, lhes é oferecido. Isso lhes é possível, pois é parte do processo de despotencialização/mortificação.

O doce é tirado também àqueles que desenvolvem as atividades.

Frustração, angústia, indignação, incompreensão, são algumas expressões para o que dizem sentir essas pessoas, que tentaram conexões fora dos limites do possível, ampliando esse coeficiente para possibilidades de novas conexões. Em algumas pessoas com as quais conversei durante o processo da pesquisa, percebi nitidamente esses sentimentos. Elas também gostariam de pedir, reclamar, chorar, em muitas vezes espernear, por terem tido seus doces tirados de dentro de suas bocas. No entanto, em muitos casos, no entanto, permaneceram com o que lhes era possível: a transferência, a demissão, o remanejamento, a interrupção, o silêncio.

Nos textos transcritos acima, retirados do diário de campo, os profissionais são de unidades de semiliberdade, dos municípios e de unidades fechadas. Nesses três campos observamos dificuldades no oferecimento de atividades implementadoras de novidade para esses meninos. Permanecem todos, técnicos, operadores e jovens no campo dos possíveis: dar e tirar o doce “*de vez em quando pra a coisa acalmar e poder começar tudo de novo*”.

#### 4. Novo DEGASE : Bem vindos à máquina do senhor Bicho-Papão

“A meu ver, esse evento parece interessante, porque os meninos estão aqui, alguns familiares estão... os agentes estão... os técnicos, o diretor... Política?

O que está acontecendo aqui?” (Diário de Campo, 28.09.10)

“ \_ Qual é a política do Novo DEGASE? O que ‘pode ser visto’ no Novo DEGASE?

Esse é o nome da exposição: Pode ser visto.

\_Você acha que nessa política, nesse tipo de atendimento, o DEGASE tem em vista o menino ou o DEGASE? Ou... a política?

\_Acho que uma coisa não está desvencilhada da outra.

(Diário de campo, entrevista com professor de unidade de semiliberdade, 28.09.10)

Nesse ponto falo sobre o I Seminário Estadual sobre Medidas Socioeducativas do Rio de Janeiro, realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2010, na cidade do Rio de Janeiro.

Logo no início do seminário foi apresentado um vídeo com a exposição das novas unidades, com cursos profissionalizantes oferecidos aos meninos que cumprem as medidas e até mesmo com a fala de alguns jovens.

Como participante do Curso para operadores do sistema socioeducativo em meio aberto, que me possibilitou análises desconstrutoras da lógica de um funcionamento, dito falacioso, desse sistema,<sup>79</sup> não pude deixar, naquele momento, de ter a percepção de que os discursos daqueles jovens estavam muito “redondinhos”, tanto que logo ali, no início do seminário já me fiz valer de meu diário:

“Estranha a maneira como me sinto: Parece que estou num limbo ou num vácuo... O que dizer do fato de me sentir em um limbo, em um espaço que diz apontar saídas para quando os meninos forem ‘cruzar os portões’? Discursos de marcação de espaços diferenciados como dentro e fora. O que se pretende apresentar nesse seminário, como propostas de mudanças? Como se dá o agenciamento Novo DEGASE- Medidas socioeducativas em meio aberto? Que novas pistas tenho aqui? O que permanece como o “invisível não escondido”<sup>80</sup>, quando percebo nas falas dos jovens,

---

<sup>79</sup> Desconstrução que expôs o funcionamento de um sistema que opera a produção de corpos descartáveis, depositados, despotencializados, mortificados, mas também de especialismos, de ONGs, de projetos e programas eleitoreiros, de lucro, etc., sendo que esses elementos retroalimentam esse funcionamento a todo o momento.

nesse vídeo, um certo enquadramento de discursos que favoreçam à instituição, como percebia nos jovens do abrigo? Eles falam de possibilidade de entrada no mercado de trabalho, falam de “acertar”, de dar alegria às suas famílias (!), além da seguinte expressão: ‘Agora eu não tenho medo de errar!’ O que nos apontam essas frases? Seria o Novo DEGASE um lugar mágico, onde os jovens entram “errados” e saem “certos”? Seria o Novo DEGASE comparado à uma agência de empregos? E aí também seria um lugar mágico, devido à escassez do mercado de trabalho. Seria uma máquina de fabricar jovens que proporcionam uma certa ‘alegria asséptica’ às suas famílias, supondo que anteriormente à sua passagem por esse órgão não lhes proporcionasse isso em nenhum momento? Ah sim! Talvez seja, nesse sentido, uma atualização da máquina do ‘Vigiar e Punir’!<sup>81</sup> Que práticas se operam no Novo DEGASE que possam ser traduzidas pela expressão ‘agora eu não tenho medo de errar’? Que jovem pobre não tem medo de errar, em um sistema que pune a cada dia mais condutas classificadas como erradas, aqueles que passaram pelo atendimento do Novo DEGASE? Só se for um lugar mágico mesmo! (Diário de campo, 29.11.10)

Aqueles eram dias de ocupação do Morro do Alemão<sup>82</sup> e algumas pessoas que compunham as mesas falavam da alegria de se viver aquele momento do hasteamento das bandeiras no morro.

Um participante disse “O que será discutido aqui será uma salvação para a cidade!”

No início dessa dissertação falávamos sobre as finalidades de se limpar e proteger a cidade em períodos históricos que remontam ao Império. Porém, até hoje falamos disso...

O seminário falava sobre e não com. Talvez se falasse com, tivesse que chamar alguns meninos para compor as mesas e aí, caso eles realmente falassem, o “Novo”, presente no título do projeto “Novo DEGASE” tivesse que ser retirado.

Fico pensando no que pode dizer um nome sobre o novo. Ou melhor, se um novo nome, ou um “Novo” no nome, diz realmente da implementação de novas práticas. Penso a respeito da aliança entre os discursos e as práticas, pois acabamos de ler sobre “salvar a cidade” em um seminário que

---

<sup>80</sup> Expressão utilizada pela professora Lília Ferreira Lobo, quando de suas aulas no segundo semestre de 2010, da disciplina Foucault e a história. A referida professora faz parte do Departamento de Psicologia da UFF, atuando na pós-graduação.

<sup>81</sup> Aqui faço referência a uma ilustração contida no livro *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2008, p. s/nº) A reprodução de uma gravura do século XVIII, na qual se lê como título: “Máquina a vapor para a rápida correção das meninas e dos meninos”. A gravura vem acompanhada de um texto que diz que as crianças que apresentem “defeitos”, como por exemplo, preguiça ou gulodice dentre outros, devem ser levadas para serem corrigidas por essa máquina de correção. Aqueles que forem “incorrigíveis” deveriam ser internados. Note-se que os responsáveis pela máquina de correção são “o senhor Bicho-Papão e a senhora Tralha-Velha”

<sup>82</sup> A ocupação do Morro do Alemão teve início no domingo 28 de novembro de 2010, por uma ação conjunta da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Polícia Civil e Forças Armadas, para combate, segundo informado pela mídia, ao tráfico de drogas. A maioria da população se mostrou a favor da ocupação, apesar da maioria dos moradores do morro do Alemão não ser formada por traficantes.

trata de medidas socioeducativas previstas no SINASE, sobre a vigência de uma lei de proteção à infância e à juventude.

O mesmo participante que falava sobre a “salvação para a cidade” aponta para a questão da expressão “Novo”, no nome da instituição DEGASE:

“Vamos produzir conhecimento nessa área (...) abandonar práticas que não deram certo!” Ele apontou a questão da mudança do nome, de DEGASE, para ‘Novo’ DEGASE, colocando que em sua opinião isso é de muita ‘coragem’, pois não se abandonou o nome DEGASE, mesmo buscando uma mudança de paradigma.

(...)

O diretor disse que o que tem acontecido nesse Novo DEGASE é uma ruptura com antigos paradigmas e práticas de atendimento, que não se coadunam com o conceito de socioeducação. Segundo ele, na passagem do SAM para a FUNAMEM, houve a mudança do nome da instituição, mas não de suas políticas e de suas práticas no atendimento aos usuários. No Novo DEGASE o que se percebe, pela fala do diretor, é que os estabelecimentos passam por mudanças arquitetônicas. Quanto às práticas, penso eu, não é uma questão de arquitetura, mas de desconstrução de alianças com determinados discursos, como esse de ‘salvação para a cidade’. A representante do MP, que participa da mesma mesa de abertura, disse que ‘pessoas fazem mais diferença do que um prédio ou um quarto pintado...’ Já ouvi isso em vários lugares: no ato público, na conversa com a mãe daquele menino que foi morto, no curso... Será que isso se fará ouvir nesse seminário?

O que será que traz o novo? Serão as novas unidades de internação, construídas com novos padrões?

‘Construção em arena e construção em ‘U’ (...) é opressora pro menino e opressora para o funcionário! O funcionário que trabalha lá com 270 meninos não tem condições. (...) No novo projeto a estrutura arquitetônica não é mais em ‘U’ e será somente para 90 meninos.’ (Noventa meninos em uma unidade fechada, é somente?) (...) ‘É uma construção moderna’. O diretor disse ainda que haverá uma área de bosque para visitação externa e uma horta. Segundo ele, ‘a horta é só desculpa. É para trabalhar valores.’

Fala-se muito em construção de novas unidades de internação.

Atualmente as unidades de internação (UIs) são todas concentradas em um único espaço, na capital. Pretende-se, no entanto que esse atendimento para cumprimento de medida de privação de liberdade seja regionalizado, com a construção de mais cinco unidades. A da região serrana será em Teresópolis, no leste fluminense será em Araruama, a do norte fluminense será em Campos, a região metropolitana terá uma unidade em São Gonçalo, e Volta Redonda, no sul fluminense, também terá uma UI.

Segundo o diretor ainda, as UIs serão chamadas de ‘Centro Socioeducativo’, pois o que lá se faz é socioeducação. Em suas palavras: ‘Todos vão mudar de nome. Se o que se faz lá é socioeducação, o nome será ‘Centro de Socioeducação’. E eu penso: mais uma vez a questão do nome. Continuam sendo unidades para privação de liberdade, com paradigma correcional-

repressivo, mas se diz que o que se faz lá é socioeducação. Continuando, o diretor disse: ‘O caminho é doloroso e longo! (...) Tá longe do ideal, mas o caminho é esse!’ De repente ele diz: ‘Meu sonho é ver todos os alojamentos destruídos! (...) Não se iludam! Eu quero fechar o ESE! Enquanto precisar funcionar vai funcionar, mesmo que tenha só um menino!’

A quem ele se dirigiu quando disse ‘Não se iludam!’?

Quais seriam as pessoas, presentes nesse seminário ou não, que garantem a manutenção de uma unidade de internação do tipo do ESE, apesar de todas as mobilizações para seu fechamento? O que ele quis dizer quando disse ‘Não se iludam!’? Será que fala da manutenção de práticas punitivas, apesar dessa suposta mudança de paradigma, para a socioeducação? Pois isso é o que me parece, quando ouço a respeito de roupas de cama esquecidas... em tempos do ‘Novo’ DEGASE. ‘Não se iludam’: A socioeducação é mais uma engrenagem na produção. É mais um dispositivo de sabe-poder, que constrói unidades ‘modernas’ para limpar a cidade. Para ‘salvar a cidade’ ”

(Diário de campo, seminário, 29.11.10)

Quando o diretor do “Novo” DEGASE falou sobre a construção de um bosque e de uma horta, não pude deixar de me lembrar de outros projetos que foram implementados e que depois foram deixados de lado, como as árvores que foram plantadas pelos meninos que cumpriam medida em uma unidade de internação e que, posteriormente, uma outra direção, que não a do diretor que havia implementado o projeto de plantio, foram arrancadas porque impediam que os agentes de disciplina os vigiassem.

O que parece ocorrer, é que quando se muda a direção os projetos deixam de ser implementados, como o próprio projeto I-D-E-N-T-D-A-D-E-S, que contava com o apoio do diretor do CRIAAD no qual era realizado, mas que, à sua transferência, foi sumariamente interrompido.

Retornando a algumas perguntas do início desse capítulo, que fazem parte do diário de campo, quando avistei todas aquelas pessoas do DEGASE no salão da biblioteca central da UFF, no Gragoatá, para a abertura da exposição “Pode ser visto”, novamente pergunto: “*O que está acontecendo aqui? (...) “\_ Qual é a política do Novo DEGASE? O que ‘pode ser visto’ no Novo DEGASE? (...) \_Você acha que nessa política, nesse tipo de atendimento, o DEGASE tem em vista o menino ou o DEGASE? Ou... a política?*”

Faço novamente essas mesmas perguntas, pois que “não querem calar” frente ao acontecimento exposição do Novo DEGASE na UFF e recentemente ao acontecimento encerramento desse mesmo projeto (I-D-E-N-T-I-D-A-D-E-S), que propiciou essa exposição do Novo DEGASE. Digo exposição do Novo DEGASE, e não exposição dos trabalhos dos meninos, porque àquela época, bem como hoje, não tinha/tenho como certo que essa suposta “nova” política de atendimento



tivesse em vista novas práticas de atendimento aos meninos. Ou, seria a exposição apenas uma forma de mostrar como “Novas” as práticas do DEGASE?

Àquele dia, quando cheguei ao salão alguém estava falando:

“Não é uma exposição do CRIAAD, mas do DEGASE. Do Novo DEGASE. (...) Que bom que hoje nós temos um Novo DEGASE!”

(Diário de campo, exposição “Pode ser visto”, 28.09.10)

Quando da conversa com o senhor S. para falarmos a respeito dos projetos que foram desenvolvidos no DEGASE, quando ele havia sido diretor, em determinado momento ele me disse:

“De 1999 a 2002, a gente fez uma verdadeira revolução naquele sistema! (...) Depois de 2002 foi dito que essas atividades não faziam parte da cultura daqueles jovens e não foram mais incentivadas.”

(Diário de campo, entrevista com S. ex-diretor do DEGASE, 14.04.10)

Outro ponto que me chamou a atenção nesse seminário, além da política e da socioeducação como partes da engrenagem produtora, foi a que se refere à “missão” do “Novo” DEGASE.

Mais uma vez retomo a imagem da “máquina do senhor Bicho-Papão”.

“O diretor acaba de falar que o DEGASE tem uma missão!

Segundo ele esta missão ‘foi uma construção coletiva do corpo de funcionários’.

Segundo expõe, ‘o DEGASE é um órgão vinculado a Secretaria de Estado de Educação, que tem a responsabilidade de acolher, cuidar, acompanhar, atender e tratar o adolescente em conflito com a lei.’

(...) O professor participante da mesa também fala de missão:

‘Nossa missão não é profissionalizar e nem ensinar a ler, escrever, contar. Nossa missão é socioeducar, ou seja, ensinar esse menino a se relacionar consigo mesmo e com os outros, o resto é acessório. O que é acessório? Ensinar uma profissão, ensinar computador...’

(Diário de campo, seminário, 29.11.10)

Quando conversei com alguns agentes de disciplina, eles me disseram que a função deles é “recuperar e entregar”. Para o cumprimento dessa tarefa é autorizada a utilização de alguns instrumentos como “lanterna de luz, direto na vista, que faz perder a visão por alguns segundos” e ainda “spray de pimenta”.

“(…) Mas posso falar também com esses agentes de disciplina! Será que posso? Ou melhor, será que eles podem falar comigo aqui? Já vou perguntando... Não. Não podem. Estão trabalhando...

Ah é! Vocês estão trabalhando aqui no evento? Que legal! Vou conversando assim mesmo... Não pode gravar, né?

Eles me disseram que o trabalho em uma unidade de internação, mesmo que seja de internação provisória, como o Padre Severino, é um lugar de contenção e vigilância extrema. É um lugar de passagem e por isso é um lugar de muita ansiedade. Nas unidades de internação alguns instrumentos de contenção são autorizados, como: lanterna de luz direta na vista, que faz perder a visão por alguns segundos e spray de pimenta também.

Disseram que para eles não há diferença entre Agente de disciplina, auxiliar de disciplina e agente educacional é só uma questão de nomenclatura. Ambos trabalham atualmente em unidade de semiliberdade. ‘Nosso trabalho é recuperar e entregar.’ Foi o que disseram.

Para quem não poderia conversar, já falamos muito. (Como eles não podiam falar comigo, deixei claro que não estava gravando a nossa conversa, mas eles viram que eu escrevia tudo o que falavam.) (Diário de Campo, exposição “Pode ser visto”, 28.09.10)

A utilização de expressões como “salvar”, “tratar”, “ensinar a se relacionar”, “recuperar”, “entregar”, são expressões que supõe uma “ressocialização”, “reinserção”, as quais já observamos fazerem parte das ilusões “re”.

Não obstante à percepção de que as práticas observadas nos atendimentos oferecidos nas unidades de internação, nas unidades de semiliberdade, ou mesmo nos atendimentos municipalizados não ofereçam possibilidades de mudança, mas de manutenção de um certo estado de coisas no sistema socioeducativo, a “reinserção na sociedade pela execução de medidas socioeducativas”<sup>83</sup>, parece ser a suposta missão do “Novo” DEGASE.

Novo nome, novas práticas, novas alianças: manutenção de um estado de coisas que produz o lixo descartável necessário à maquinação produtiva desse sistema.

“Não se iludam!”, as “ilusões ‘re’, funcionam também como engrenagens!

O “Novo” DEGASE alia suas práticas em conformidade com a sociedade de controle, entrelaçando seu discurso ao discurso da municipalização, produzindo especialismos, seminários, impulsionando a construção civil, quando propõe a construção de unidades de internação “modernas”, cria empregos, apresenta projetos, cursos, faz girar as engrenagens. “Pode ser Visto”!

Na sociedade de controle o senhor Bicho-Papão também se auto-modula.

---

<sup>83</sup> Conforme [www.degase.rj.gov.br](http://www.degase.rj.gov.br)

### **Fruto bom**

Num cantinho de um lugar,  
Uma árvore vou plantar,  
Plantar, para depois colher,  
Bem juntinho de você...  
Colher um fruto bom.  
Com a casca marrom.  
Dessa fruta eu comerei  
E com você dividirei  
Comerei até acabar,  
E outra árvore plantar...  
Plantar, para colher mais.  
Esse fruto é demais!  
Assim continuarei,

E um pomar formarei...

W.J.S.

## **E... concluindo...**

### **O grande mar... a partida... e a orientação da “rosa louca dos ventos.”**

Haverá chegada quando se está a orientar pela “rosa louca dos ventos”?

Haverá de qualquer modo uma conclusão a se chegar?

Essas e outras perguntas giram em minha cabeça, sem encontrar um ponto onde possam se apoiar, porque a princípio, não sei bem se concluí, se fechei, se terminei, se cheguei a algum fim.

Termino uma dissertação, mas a percebo como parte de algo. Como parte daquilo que a produziu, a grande maquinação que produz sempre. A grande maquinação que nos atravessa e transforma a cada momento de um mesmo dia, por vezes... e muda não somente a escrita, mas redireciona todo um processo, todo um mundo de possíveis, que passamos a perceber como de possibilidades...várias...incontáveis...infinitas...

*“Só do que sei de mim aos outros conto: de mim, atravessada pelo mundo. Toda a minha experiência, o meu estudo, sou eu mesma que, em solidão paciente, recolho do que em mim observo e escuto...”*<sup>84</sup> Escrever a sós e acompanhada pelo muito que somos, pelos muitos que encontramos, pelo mundo que se apresenta e modifica, pelos encontros, pelas tristezas, pelas alegrias, pelas noites, pelos dias, madrugadas tão rápidas que logo já vem o dia... a escrita que nos chama, que nos atravessa e reclama um espaço, uma atenção, um carinho. Vontade de “comer até acabar”, sabendo que não se acaba na verdade, porque dessa semente da escrita “outra árvore [há de se] plantar”. Isso, que desaloja e alimenta, também não para. É processo, é vôo, é sempre ida. A chegada, é ela mesma, um outro ponto de partida.

Concluir ou finalizar são verbos que nesse momento não consigo conjugar.

Tenho trabalhado por meses com operar, transformar, reinventar, desalojar, caminhar, mas não com finalizar...

As lembranças nesse momento vêm com força e propulsão, mas para o percurso, não para a conclusão.

O que concluir de cada pedaço de tempo, em que atravessada pelo acontecimento “mestrado” me pus em movimento de içar velas para velejar sempre de volta ao mar?

---

<sup>84</sup> Parte do poema “Soneto Antigo” de Cecília Meireles.

Talvez essa seja a mais potente conclusão: Estamos a cantar a “Canção do dia de sempre”, e mesmo entre capturas que não param de tentar nos abocanhar com a sedução do presente que serpenteia, buscamos os escapes, que não param de passar nas “rodas da vida”.

Canção do dia de sempre

Tão bom viver dia a dia...  
A vida assim, jamais cansa...

Viver tão só de momentos  
Como estas nuvens no céu...

E só ganhar, toda a vida,  
Inexperiência... esperança...

E a rosa louca dos ventos  
Preso à copa do chapéu.

Nunca dê um nome a um rio:  
Sempre é outro rio a passar.

Nada jamais continua,  
Tudo vai recomeçar!

E sem nenhuma lembrança  
Das outras vezes perdidas,  
Atiro a rosa do sonho  
Nas tuas mãos distraídas...

Mário Quintana

No mestrado o tempo com suas datas e horários marcados. Em meu funcionamento a dificuldade com as datas e os horários que são marcados, mas a simpatia pelo tempo. Pelo tempo que se vive dia a dia. Por isso tenho bem preso em meu chapéu a “rosa louca dos ventos”. E foi como folha ao vento que estive à espreita dos acasos que não pararam (e não param) de passar por entre a busca por pistas para a construção de um trabalho e os dias em que estive como que “preso” numa calmaria.

Na imensidão o mar... e eu lá na calmaria... logo, as chaves do vento... a alegria de navegar.

Penso que posso dizer que meu percurso foi assim: calmaria e ventania.

O início, a ventania.

Nas primeiras orientações a falação desordenada. Como falar do que não entendia?

Durante as aulas, os acidentes de percurso: pedaços de barco que precisavam ser trocados. O processo de transformação que se inicia.

Em cada encontro uma nova descoberta. Novas terras, por mim nunca dantes navegadas.

A busca na rua, por lugares de rápidas ancoragens. E foi andando na rua que o vento trouxe um “norte” para onde navegar.

Na qualificação, a potência. A guinada, a mudança de rumo. Quando pensava estar no porto... ser lançada ao mar...

Novamente nas orientações os questionamentos, até que minha orientadora lançou a pérola fatal: não há porto a se chegar.

Daí pra frente é “só alegria”! “*A vida assim jamais cansa... É só ganhar, toda a vida, Inexperiência... esperança...*” (Quintana)

Sabemos, porém que na vida, na clínica, nos encontros, o tempo todo estamos sujeitos a afetos tristes. Não é uma festa o tempo todo! Conforme DELEUZE e PARNET (1998), há que se ter muita prudência ao experimentar. A prudência também se aprende nas idas e vindas do mar... Aprendemos a afirmar os encontros que aumentam nossa potência.

Encontros, temos o tempo todo.

Gostaria de falar só dos felizes, mas creio que nessa dissertação, por vários momentos também me referi àqueles que diminuem essa potência. Falei de instituições que maquinam a produção de lixo descartável, quando o assunto era a respeito de pessoas.

Falei da reprodução de discursos que se aliam às práticas cristalizadas de despotencialização e mortificação.

Falei de política e de desrespeito às vidas que estão sob suposta “proteção”.

Falei a respeito do sistema socioeducativo. Produto e produtor de modos de vida para todos os envolvidos numa operação de manutenção de um estado de coisas. A exclusão pela inclusão em um sistema, estratégias do contemporâneo, que não deixa nada de fora, nem mesmo os meninos, que por algum motivo, o qual alguns denominam de “ato infracional”, foram presos.

Mas não estão todos presos?

A lógica de funcionamento dessa instituição não opera mortificações a todas as partes, quais sejam, quem atende e quem é atendido? Serão mesmo partes? Ou melhor, dizendo, serão partes distintas? Ou um todo que é em si mesmo parte dessa maquinação? Quem opera e a quem se opera como parte única da engrenagem que põe isso tudo em funcionamento?

Perto de um tentar finalizar, coloco mais questões. Mais pontos de interrogação. E deveriam ser pontos finais? Temos mesmo, como disse aquele participante do seminário, que oferecer respostas? “*Responder a perguntas não respondo. (...) E todos somos pura flor de vento.*”<sup>85</sup> O vento sopra pra onde quer... as respostas se engendram e se desfazem a cada encontro do vento com o que

---

<sup>85</sup> Parte do poema “Soneto Antigo” de Cecília Meireles

quer que seja que encontre pela frente. Se encontra grades, se encontra vigias, se encontra conversas, se encontra escapes... a cada encontro um arranjo diferente.

Pensando em finalizações e de minha dificuldade nesse encontro foi que me lembrei do curso para operadores do sistema socioeducativo em meio aberto, que fez parte da construção dessa dissertação. Percebo que muito de todas aquelas falas dos operadores estão aqui comigo. A indignação quanto a um tipo de atendimento que eles denominavam de “falácia” ainda permanece, mas a remexida e o desalojar desse e de outros conceitos me desestabilizam de tal modo que me percebo implicada no fazer da escrita (a qual eles, em muitos momentos, propiciaram que rumasse para mares que eu nem havia pensado navegar) também um instrumento de intervenção.

No início queria navegar, falar “com”, e pensava que teria que ser “com” os meninos. Naveguei e falei “com” os trabalhadores. Estive “com” estes que também sofrem os efeitos da manutenção de práticas de descaso, que também fazem gestão de miséria. Os operadores. A eles também se opera o descaso, quando não são atendidos em suas reivindicações. Trabalham com os meninos. Educar ou punir, não é a questão. Trabalham. Operam as medidas socioeducativas em meio aberto, que são a expressão contemporânea da contenção e vigilância.

Não mais o Panóptico<sup>86</sup>, mas a municipalização, a liberdade vigiada. A vigilância nas famílias, nas atividades, nas escolas, nas ruas, o controle em todos os lugares. Ainda é preciso que se controle a população de “pretos e pobres perigosos.” Brevemente serão “pretos-pobres-presos”, fazendo uma alusão ao nome do projeto anterior da exposição “Pode ser visto”, que acabou por ficar na invisibilidade... porque foi trocada a direção da unidade que apoiava esse projeto. O que será que os meninos têm feito agora? O que será “Pode ser visto” na unidade a qual estão em semiliberdade? O projeto era parte do cumprimento da medida, como disse o ex-coordenador. Subtraindo-se essa parte, a única que envolvia os meninos em atividades que eram de seu gosto, o que resta a ser visto? A repetição de um estado de coisas materializado em práticas endurecidas? Dizer que os meninos não querem nada, porque não querem participar das oficinas de vassouras de garrafas pet? O que pode ser dito a respeito de dar e tirar o doce?

Não obstante, unidades de internação ainda existem e são reformadas, além do projeto de construção de unidades ditas mais “modernas” Assim as predestinações continuarão se mantendo. Os jovens do abrigo estarão um dia em unidades de atendimento socioeducativo e um dia estarão

---

<sup>86</sup> Dispositivo disciplinar de vigilância e controle, que por suas disposições arquitetônicas, induzia a que os detentos permanecessem em um estado de visibilidade permanente. O panoptismo é uma forma de poder exercido sobre as pessoas, de maneira individual e constante. A esse respeito ver o Capítulo III de FOUCAULT (2008) e o Capítulo IV de FOUCAULT (2009).

depositados em prisões para “presos adultos”. *“Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades... O tempo não para!”*<sup>87</sup>

No entanto, escapes sempre existem.

São eles que dão alegria.

São eles que aumentam a potência.

São eles que dão esperança.

A repetição do mesmo também traz em si a criação.

E assim, estamos todos de volta ao mar, *“E sem nenhuma lembrança das outras vezes perdidas. Atiro a rosa do sonho nas tuas mãos distraídas...”* Sem lembrança, não diria, mas sem deixar que os afetos tristes nos arrastem a um marasmo de despotencialização. Afirmar encontros que aumentem essa potência, é um bom escape sempre.

Falando em bons encontros, que aumentam nossa potência, não posso deixar de mais uma vez citar meu querido colega de orientação, parceiro de dúvidas, desabafos e afirmações. Nas trocas de e-mails, o cultivar de parcerias engendradas durante as orientações...

As orientações! Espaço que promove intensos “terremotos interiores”. Acredito que a maioria das pessoas que tenha passado por orientações coletivas, individuais, ou bancas de qualificação, saiba bem o que seja um “terremoto” em seu interior, um vulcão que não cessa de explodir, um tsunami! Mas é bom! Proporciona o desalojar de coisas que estavam há muito tempo assentadas e muitas vezes endurecidas. Aí a gente parte para a escrita repleta dessas potentes intervenções.

“Date: Sun, 8 May 2011 01:27:24 -0300

Oi Valéria!

Há tantas coisas nestas linhas que me mandou, tanta intensidade. Modificou o ritmo do meu coração. É um bom sinal para se avaliar a qualidade de um texto.

Neste momento também estou às voltas com a escrita da dissertação, 00h40min. Escrever às vezes se parece com a tentativa de tirar de um imenso bloco de pedra informe uma bela escultura, um Michelangelo quem sabe. Mas o trabalho é doloroso, muitas vezes atacamos a pedra com as mãos nuas, as unhas tentam talhar a grossa pedra.

Muito lindo este seu texto.

Não é vc que se mostra no texto, é seu sangue que marca o papel. Por isso o texto é tão intenso, luta das mãos contra a pedra. Sangue, sinônimo de vida. Vida que descreve com vibração a mortificação produzida pelo sistema socioeducativo.

Muito bonito este seu texto.

Leio os pedaços dos e-mails que lhe enviei e não os reconheço, vc faz um uso particular deles, que bom!

(...)

Fico muito feliz em saber que aqueles simples e-mails possibilitaram entradas diferentes na escrita e

---

<sup>87</sup> “O tempo não para”, CAZUZA (1989).



na pesquisa.  
Bons ventos na continuação de seu trabalho.  
muito bonito o texto.  
bj.”

Nas mãos as marcas dessa escrita.

Nas mãos, no corpo, no trabalhar e experimentar de cada dia.

Desse processo ninguém sai igual.

“Escrever é traduzir”, primeiramente para quem escreve, e depois para quem quiser interagir.

Portanto, buscando pistas, tentando traçar uma linha de pesquisa que foi modular o tempo todo e que talvez tenha encontrado aí sua potencia de criação e de intervenção, instrumentalizando-me dos conceitos já citados neste trabalho, uma microanálise das práticas operadas no sistema socioeducativo foi construída, na tentativa de desembaraçar as linhas de uma certa zona de sombreamento produzida entre o judiciário e a educação, que apontem um sistema produtivo com o nome de socioeducativo.

A esse processo chamo construção pois que foi/está se fazendo a cada dia, a cada alteração na escrita, a cada releitura, a cada conversa sobre a finalização do mestrado... aliás, as conversas são instrumentos poderosos para se desalojar conceitos, para se desestabilizar territórios, por isso penso que pode ser um instrumento poderoso para aqueles que trabalham com os jovens que cumprem medidas.

Em muitas conversas, durante o período da pesquisa, falei muito sobre um sistema produtor de mortificações, o sistema socioeducativo, e percebi que muitos ainda acreditam que ele funcione para coisas como as ilusões “re”... Por isso acredito na força de intervenção da pesquisa. Aliás já falamos disso no início mesmo deste texto, na potência de um texto acadêmico “falar com”... todos aqueles que entrem em contato com ele.

Por aprender a funcionar assim, ao modo dos afetos, é que a pesquisa me atravessa a todo o momento, mesmo quando trabalho em um outro suposto campo de intervenção que é o da clínica. Digo suposto, porque durante o processo de construção, os atravessamentos entre clinica e política levaram-me por várias vezes a falar da pesquisa no consultório, e do consultório na pesquisa. Seriam mesmo campos separados aqueles que traziam uma mesma potência à minha prática? Os estudos de subjetividade e política social não estariam de todo o modo entrelaçados na produção de subjetividade e clínica, a prática também não estaria? O atendimento clinico não leva sempre em conta as questões sociais, já que estamos no social e não descolados dele?

Eram questões que, quanto mais me aprofundava no estudo de assuntos supostamente sociais e políticos, me atravessavam, pois que estavam presentes em minha prática clínica.

Por muitas vezes me senti sem território. Atualmente trabalhando com clínica, atendendo em consultório, estudava e pesquisava sobre o social... foi então que vi que este não lugar é o mais potente, até porque não percebia a separação, já que para mim tudo era prática de intervenção.

Foi então que, muito recentemente fui mais uma vez salva.

Ao folhear “POLIFONIAS” (MACIEL JUNIOR, KUPERMANN e TEDESCO (2005), encontrei mais uma pérola.

Engraçado, como as coisas às vezes estão “ali”... mas não nos afetam...

O livro fala de um evento que eu havia participado. Ou seja já havia ouvido e anotado muito do que ele fala, bem como já havia ouvido várias vezes no mestrado: Toda clínica é política!

Ocorre que desta vez, na construção dessa pesquisa, estando em contato com a clínica e com a política fui afetada de outra maneira: algumas questões não poderiam ser simplesmente ouvidas por mim, mas se tornaram minhas.

Foi assim, que mesmo pensando que não fosse um assunto pertinente à dissertação, não pude deixar de ler o texto de Abreu e Coimbra (2005). Bem... foi mais um aprendizado. Afinal, “*As coisas nunca se passam lá onde se acredita, nem pelos caminhos que se acredita*” (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 12)

Abreu e Coimbra (2005) falam justamente da despotencialização operada quando da tentativa de separação entre clínica e política. Ora, separando esses dois campo, exclui-se o plano das forças, o que gera acomodação.

Pensando nas práticas operadas no sistema socioeducativo e de como seus operadores sentem-se de “mãos amarradas”, podemos supor que, na extinção de um plano de forças que possa ser produtor de constantes processos revolucionários, haja uma tentativa de se

“retirar do humano sua potência crítico-inventiva de criação de muitas maneiras de existir, pensar, agir, perceber, sentir e, enfim, viver. (...) Um humano que (...) deve doravante se (con)formar com sua condição de sujeito castrado, assujeitado, ou seja, destituído do poder de inventar-se de múltiplas e diferentes maneiras.” (ABREU e COIMBRA, 2005, p.42)

Desse modo, quando pensei nesta dissertação, pensei quealaria “com” os meninos, mas... falo de práticas a partir de um “estar com” os profissionais, Na verdade o trabalho tomou um rumo bem diferente... modificando-se seu eixo, transformou traçados. Hoje percebo que a intervenção

clínica se presentificou o tempo todo, porque não esteve/está em nenhum momento separada da política.

Acolher as angústias dos operadores em muitas conversas, foi de algum modo intervenção naquelas vidas, ou melhor, nas nossas vidas, porque as minhas próprias angústias também eram acolhidas, naquele conjunto. Já que uma conversa é transformação “entre”, e não mudança em um ou outro, no agenciamento pesquisador/operador, um não se tornou o outro, mas constituiu-se uma multiplicidade. (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 45) Se multiplicidade tem a ver com possibilidades e não com possíveis, acredito que espaços criativos/inventivos foram percebidos ali.

Mas não só ali, nas conversas naqueles encontros.

A pesquisa enquanto intervenção produz transformações e até aqui me encontro com a acolhida da clínica. O processo da escrita, enquanto acolhedor de impasses, produz escapes, como já dito... em todos aqueles que estejam dispostos a inter...vir, inter...agir.

## **ANEXO I**

### Capítulo II

#### Das Entidades de Atendimento

##### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 94. As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:

I - observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;

II - não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação;

III - oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;

IV - preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;

V - diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;

VI - comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares;

VII - oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;

VIII - oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos;

IX - oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;

X - propiciar escolarização e profissionalização;

XI - propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;

XII - propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;

XIII - proceder a estudo social e pessoal de cada caso;

XIV - reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente;

XV - informar, periodicamente, o adolescente internado sobre sua situação processual;

XVI - comunicar às autoridades competentes todos os casos de adolescentes portadores de moléstias infecto-contagiosas;

XVII - fornecer comprovante de depósito dos pertences dos adolescentes;

XVIII - manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos;

XIX - providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem;

XX - manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento da sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.

~~§ 1º Aplicam-se, no que couber, as obrigações constantes deste artigo às entidades que mantêm programa de abrigo.~~

§ 1º Aplicam-se, no que couber, as obrigações constantes deste artigo às entidades que mantêm programas de acolhimento institucional e familiar. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º No cumprimento das obrigações a que alude este artigo as entidades utilizarão preferencialmente os recursos da comunidade.

## Referências Bibliográficas:

ABREU, A.M.R.M. e COIMBRA, C.M.B. Quando a clínica se encontra com a política, In: *Polifonias- clinica, política e criação*, Orgs. Junior, A.M., Kupermann, D., Tedesco, S., Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005

AGUIAR, K. Movimentos sociais: Armadilhas e Escapes na Sociedade de Controle. In *Subjetividade Questões contemporâneas*, Org. SILVA, A. E. et al, São Paulo: Hucitec, 1997

ARANTES, E. M. M.. *Discurso de abertura de Ato Público na ALERJ*, realizado em 01 de dezembro de 2009.

ARANTES, E.M.M.; MOTTA, M. E. (ogs) *A criança e seus direitos: Estatuto da Criança e do Adolescente e Código de Menores em Debate*. Rio de Janeiro: PUC/ FUNABEM, 1990.

ARANTES, E. M. M.. Estatuto da criança e do adolescente: doutrina da proteção integral é o mesmo que direito penal juvenil? In: ZAMORA, M.H. (org) *Para além das grades. Elementos para a transformação do sistema socioeducativo*, Rio de Janeiro: PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

BAPTISTA, L. A. S. A Fábula do Garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: Cidade, Cotidiano e Poder, In: *Psicologia e Educação: novos caminhos para a formação* In: Maciel, I. M. (Org.), Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.

BATISTA, V.M. Prefácio In: WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

BATISTA, V. M. Adeus às ilusões “Re”, In COIMBRA.,C.M. B., AYRES, L. S. M., NASCIMENTO, M.L (org), “*PIVETES*” *Encontros entre a Psicologia e o Judiciário*, Curitiba: Juruá, 2008.

BASTOS, A. D. *De Infrator a Delinquente: O Biográfico em Ação*. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

BAZÍLIO, L. C. (org.). *Infância Tutelada e Educação: História, Política e Legislação*. Rio de Janeiro: Raval, 1998.

BITENCOURT, R.N. Como a cena trágica pode nos proporcionar a alegria? In: *Filosofia Ciência e Vida*, nº 29,2008

BOCCO, F. *Cartografias da Infração Juvenil*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, 2006.

BRASIL, 1990. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BULCÃO, I. A produção de infâncias desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos “criança” e “menor”, In NASCIMENTO, M. L. (org.), “PIVETES” *A produção de infâncias desiguais*, Niterói, Rio de Janeiro: Intertexto/ Oficina do Autor, 2002.

BULCÃO, I. *Investigando as práticas do Juizado de Menores de 1927 a 1979*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

CARROLL, L. *Alice no País das Maravilhas*, Editora do Brasil, s/d.

CFP/OAB *Uma amostra das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei - Relatório das visitas realizadas simultaneamente em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal, no dia 15 de março de 2006*. Brasília, 2006.

COIMBRA, C.M.B., Monteiro, A., Filho, M.M.. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público?, In: *Psicologia e Sociedade*, volume 18, nº 02, Porto Alegre, 2006.

COIMBRA, C. M. B. Cidadania ainda recusada: O Plano Nacional de Direitos Humanos e a Lei sobre Mortos, In *Psicologia, Ética e Direitos Humanos*, Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 1998.

COIMBRA, C. M., BOCCO, F., NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência, In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v.57, nº 01, 2005.

COIMBRA, C. M. B.; LOBO, L. F.; NASCIMENTO, M. L. Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. In: *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, 2008 .

DEGASE. GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCAATIVAS. *Nossa Voz Poesias e Prosas*, Org. Assessorias do DEGASE, Rio de Janeiro: DEGASE pelo DEGASE, 2000.

DELEUZE, G.. *Nietzsche e a Filosofia*, Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O que é a Filosofia*, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G. *Conversações*, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G. e PARNET, C. *Diálogos*, São Paulo: Escuta, 1998

DELEUZE, G. *Diferenças e Repetição*, Rio de Janeiro: Graal, 1988

DELEUZE, G. *Espinosa. Filosofia prática*. São Paulo, SP: Escuta. 2002

FIGUEIREDO, V. C. *História da Instituição do Abrigo para Crianças e Adolescentes no Brasil: Criação de novas saídas*. Monografia do Curso de Especialização em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*, São Paulo: Martins fontes, 2005

FOUCAULT, M. *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Rio de Janeiro: Nau, 2009.

FUTURO, A., TELLES, S. e SOUSA, Z. J. C.. *Plantando uma Esperança*, S/D, Mimeo

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. *Micropolítica- Cartografias do desejo*, Petrópolis: Vozes, 1993.

GOFFMAN, E. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LEVI, P. *É isto um homem?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

LOBO, L. F. Por uma vida acadêmica não fascista. In: NASCIMENTO, M. L.(org.), “PIVETES” *A produção de infâncias desiguais*, Niterói/ Rio de Janeiro: Intertexto/ Oficina do Autor, 2002.

LOURAU, R. *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*, Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LOURAU, R. A educação Libertária, In: JACÓ- VILELA, A. e MANCEBO, D.. *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

MACHADO, R. Por uma Genealogia do Poder, In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1993.

MACIEL JUNIOR, A. O problema da escolha e os impasses da clínica na era do biopoder, In: *Polifonias- clínica, política e criação*, Orgs. Junior, A.M., Kupermann, D., Tedesco, S., Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005

MEIRELES, C. *Soneto antigo*. s/d <http://pensador.uol.com.br>, acesso em 27/ 05/11

MELLO, T. “*Faz escuro, mas eu canto*”, 1965.

NASCIMENTO, M. L.. Internação de Jovens Pobres: Prática que Atravessa a História, In NERI, R. e MENEGAT, M. (org.), *Criminologia e Subjetividade*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

NEVES. C.E.A.B. *Interferir entre desejo e capital*. Tese de doutorado em psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

PASSETTI, E. Bem estar do menor: Apontamentos sobre genocídio programado. In: *Revista São Paulo em perspectiva*, nº1, 1987, 20-25.

PASSETTI, E. Ensaio sobre um abolicionismo penal. In: *Revista Verve*, nº9, São Paulo: Nu-Sol, 2006, 83-114.

POMPÉIA, R. *O Ateneu*, São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

PROJETO LEGAL. Relatório sobre violações de direitos humanos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa da Organização de Direitos Humanos, 2009.

QUINTANA, M. *Canção do dia de sempre*. s/d [www.culturitapeva.com.br/conteudo](http://www.culturitapeva.com.br/conteudo), acesso em 27/05/11

RIZZINI, I. O Surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In: ZAMORA, M.H. (org) *Para além das grades. Elementos para a transformação do sistema socioeducativo*, Rio de Janeiro: PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

SCHEINVAR, E. *O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente*, Rio de Janeiro: Lamparina/ FAPERJ, 2009.



SOUZA, D.P.A. de, e RAMOS,R.P. “Uma tragédia brasileira”: *Gota d’Água e as interfaces do texto teatral*” In: <http://www.seer.ufu.br>

SPINOZA, B. de. *Ética*, Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VOLPI, M. (org.) *O adolescente e o ato infracional*, São Paulo: Cortez, 2002.

WACQUANT, Loïc. Crime e Castigo nos Estados Unidos: de Nixon a Clinton. In: *Revista de Sociologia e Política*, nº 13, 1999. Disponível em [www.observatoriodeseguranca.org](http://www.observatoriodeseguranca.org)

#### INTERNET:

[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br), acesso em 20 de agosto de 2010.

[www.promenino.org.br/Portals/0/Legislacao/Sinase.pdf](http://www.promenino.org.br/Portals/0/Legislacao/Sinase.pdf), acesso em 14 de abril de 2011.

[www.uff.br](http://www.uff.br), acesso em 07 de maio de 2011.

[www.observatoriodeseguranca.org](http://www.observatoriodeseguranca.org) , acesso em 10 de maio de 2011.

[www.seer.ufu.br](http://www.seer.ufu.br), acesso em 27 de maio de 2011

[www.pensador.uol.com.br](http://www.pensador.uol.com.br) acesso em 27 de maio de 2011.

[www.wikipidia.org](http://www.wikipidia.org), acesso em 27 de maio de 2011.

[www.culturitapeva.com.br/conteudo](http://www.culturitapeva.com.br/conteudo), acesso em 27 de maio de 2011

[www.crianca.caop.mp.pr.gov.br](http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br), acesso em 22 de julho de 2011.

[www.noticias.terra.com.br](http://www.noticias.terra.com.br), acesso em 22 de julho de 2011.

[www.anovademocracia.com.br](http://www.anovademocracia.com.br), acesso em 01 de setembro de 2011.

[www.cmdcario.rj.gov.br](http://www.cmdcario.rj.gov.br), acesso em 01 de setembro de 2011.

#### Filmes e documentários

Brasil 8.069- Documentário: cor: 24 min. Rio de Janeiro, Brasil, 2008. Direção: Dafne Capella

Querô. Filme, 90 mim. Brasil, 2006. Estúdio/Distribuição: Imagem Filmes. Direção Carlos Cortez

#### Músicas

CAZUZA. “O tempo não para”. Em: *O tempo não para*, faixa 06, Universal Music Brasil, 1989.

RAMALHO, Zé. “Admirável gado novo”. Em: RAMALHO, Zé - *20 Anos Antologia Acústica – Volume 2*, faixa 4, Sony BMG, 1997.

SANTOS. L. “Como uma onda”. Em SANTOS, L. *O Ritmo do Momento*, faixa 04, Warner Music Brasil, 1983.

